

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**LIBERDADES DE IMPRENSA E DE EXPRESSÃO
NA MADEIRA**

Roberto Bruno Meijer Loja

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação

Orientador:

Prof. Doutor José Manuel Paquete de Oliveira

Agosto de 2006

Resumo

A liberdade de imprensa deve ser vista como um dos elementos fundamentais em termos da implementação de regimes democráticos. Trata-se aqui de saber em que medida o facto de a população ou do território controlado por um governo ser de pequena dimensão determina necessariamente um menor grau de liberdade de imprensa, ou se isto será mais uma consequência do tipo de regime instalado. A análise dos questionários distribuídos aos jornalistas que trabalham na Madeira permitiu concluir que a) há situações de limitações à liberdade de imprensa, e b) que estas não existem em Portugal quando este é analisado como um todo. A análise às entrevistas realizadas permitiu aferir que estas limitações à liberdade de imprensa decorrem da acção do Governo Regional da Madeira, bem como da falta de capacidade e/ou vontade dos jornalistas em termos de reivindicação das condições mínimas que lhes garantam a capacidade de cumprir as suas obrigações perante o público.

Abstract

Freedom of the press should be seen as one of the fundamental elements for the implementation of democratic regimes. This paper tries to analyse the way in which the smallness of a territory or a population necessarily determines a lesser degree of freedom of the press, or whether this is more the consequence of the type of regime operating. The analysis of the questionnaires distributed to journalists working in Madeira led to the conclusion that a) there are limitations to press freedom, and b) these do not exist in Portugal when the country is analysed as a whole. Analysis of the interviews led to the conclusion that limits to press freedom are a result of local government action, and specifically that of its president, as well as the lack of means and/or lack of will to demand the minimum conditions to fulfil their obligations towards their public.

Índice

| | |
|--|-----|
| Índice | 5 |
| Introdução | 9 |
| I. Liberdades de imprensa e de expressão | 15 |
| 1. Mais concretamente | 28 |
| II – As liberdades insulares e a informação | 33 |
| 1. A Madeira e os madeirenses | 33 |
| 2. Breve caracterização do jornalismo madeirense | 36 |
| 3. Breve caracterização dos meios de informação | 41 |
| III. A situação actual: estratégias empregues..... | 45 |
| 1. Inquéritos e entrevistas | 46 |
| 2. Inquéritos | 48 |
| 2.1. Os sujeitos | 48 |
| 2.2. O instrumento | 50 |
| 2.3. Procedimentos estatísticos | 53 |
| 2.4. Apresentação, leitura e discussão dos resultados | 55 |
| 3. Entrevistas | 65 |
| Conclusão | 71 |
| Bibliografia | 81 |
| Anexos | 85 |
| 1. Lista de jornais publicados na Madeira entre 1821 e 1923..... | 87 |
| 2. Questionário aplicado aos jornalistas madeirenses | 91 |
| 3. Questionário da RSF/Reporters Without Borders..... | 97 |
| 4. Lista ordenada do estudo da RSF/Reporters Without Borders | 101 |
| 5. Conclusões do estudo da RSF/Reporters Without Borders | 105 |
| 6. Questionário da Freedom House | 109 |
| 7. Lista ordenada do estudo da Freedom House | 113 |
| 8. Conclusões do estudo para a Europa Ocidental da Freedom House | 117 |
| 9. Caracterização de Portugal pela Freedom House..... | 121 |
| 10. Tabelas de frequência do inquérito aplicado aos jornalistas madeirenses..... | 125 |
| 11. Procedimentos estatísticos | 141 |
| 12. Entrevistas | 169 |
| 13. Exemplo de um direito de resposta e publicação pelo Jornal da Madeira..... | 197 |
| 14. Síntese do relacionamento de Alberto João Jardim com a imprensa | 201 |

“Não pode haver democracia sem liberdade de expressão, como qualquer pessoa que se mantenha a par das notícias saberá. A lista infindável de pessoas – jornalistas, escritores e outros – que são ameaçados, perseguidos e mortos por se atreverem a expressar perspectivas políticas dissonantes ou inconvenientes é uma triste confirmação deste facto.

A Europa pode parecer protegida do totalitarismo da mente, mas outros perigos podem estar presentes e podem minar as próprias fundações das nossas democracias. As pressões e violência a que estão sujeitos os jornalistas quando denunciam corrupção e crimes, o insidioso controlo exercido sobre certos media por governos no sentido de silenciar vozes não conformistas – são dolorosas recordações que a luta pela liberdade de expressão nunca está inteiramente ganha”¹.

¹ TARSCHYS, Daniel, in *Media and Democracy*, ed. Council of Europe Publishing, Strasbourg, 1999 (1998), p. 7. Tradução do autor.

“Todos os animais são iguais, mas alguns são mais iguais que outros”²

Introdução

O que é uma democracia? Em termos teóricos, tratar-se-á de uma forma de governo em que se logrou encontrar um ponto de equilíbrio entre a prossecução do bem comum e da protecção das liberdades individuais. Para uma definição “prática” desta forma de governo dever-se-á considerar a prossecução do bem comum e das liberdades individuais, na medida suficiente para garantir a manutenção do poder por parte do decisor político. Esta necessidade de assegurar a permanência do decisor faz com que esta seja, muitas frequentemente, a primeira das prioridades a ser satisfeita, muitas vezes em prejuízo das reais necessidades da população.

Para assegurar este objectivo “primordial” de permanência do decisor, todos os meios são válidos, numa linha que tem dominado o sistema internacional desde o século XIV, e que foi tão claramente delineada por Maquiavel em “O Príncipe”.

Obviamente que esta é uma visão simplista do mundo, embora não deixe de ser interessante o número de semi-democracias – ou quase democracias – existentes no sistema internacional. Os estudos de entidades como a “Freedom House³”, a

² ORWELL, George, *Animal Farm*, citado em *The Oxford Dictionary of Quotations (revised edition)*, ed. Oxford University Press, Oxford, 1996. Tradução do autor.

³ URL www.freedomhouse.org

“RSF/Reporters Without Borders”⁴ ou a “International Federation of Journalists”⁵ apontam para um número crescente de atropelos a liberdades basilares para a democracia, como sejam a liberdade de imprensa, ou a liberdade de expressão. Mas aferir do número e das características das quase-democracias seria matéria mais do que suficiente para desenvolver uma outra tese.

O objecto desta dissertação foi a Região Autónoma da Madeira, e especificamente a forma como o jornalismo se tem vindo a desenvolver nestas ilhas. Mais concretamente, e foi claramente este o percurso coberto pelo inquérito aos jornalistas madeirenses, tentou-se saber em que medida o exercício das liberdades de imprensa e de opinião tem sido limitado pelas “realidades regionais”, realidades que passam pela reduzida dimensão dos públicos e do mercado, bem como pelo evidente – e constante – domínio da cena política regional por um único partido político e pelo seu carismático mas sempre polémico presidente.

Ainda antes da realização do inquérito, uma série de sinais eram já motivo de preocupação. Para além de um permanente atrito mantido com os profissionais de informação, claramente documentada nas imprensas nacional e regional, a conduta do Governo Regional da Madeira tem-se pautado pela tentativa sistemática de condicionar a actuação da comunicação social. Vejam-se as tentativas de obter para si o direito de nomear as direcções regionais da RDP e da RTP, bem como de ameaças de saneamento aos jornalistas destas instituições.

Esta tentativa de fazer controlar os media e de fazer “passar” o paradigma governamental é já por si uma violação da mais elementar das obrigações de governos e administrações, apontado por diversos teóricos: o “dever de abstenção”. Ou, por outras palavras, o dever que os regimes democráticos têm de resistir à tentação de intervir ou de pressionar jornalistas e/ou meios de comunicação no sentido de fazer passar a sua visão da realidade.

Aliás, o “respeito pela, e a garantia da liberdade de imprensa têm sido desde sempre vistas como estando entre as bases fundamentais da democracia, já que o fluxo ininterrupto de informação política era reconhecido como a forma de manter os

⁴ URL www.rsf.org

⁵ URL www.fij.int

*governos responsáveis pelas suas acções e omissões. Desta forma, os governos deveriam interferir tão pouco quanto possível no livre fluxo de informação nos media*⁶.

Ninguém contestará que a comunicação social se quer livre e interventiva, de modo a servir como um verdadeiro elemento controlador da administração: a função a que os teóricos anglo-saxónicos chamam “watchdog”.

A relevância do estudo decorre da análise do peso das reclamações feitas pelos órgãos de comunicação, jornalistas ou cidadãos às estruturas responsáveis pela regulação do sector, nomeadamente à Alta Autoridade para a Comunicação Social, e que tem nas queixas oriundas da Madeira um peso desmesurado quando comparado com o todo nacional. A isto deverá ser acrescentada a polémica iniciativa do “défice democrático”, despoletada pelo PS no início dos anos 90, e em que se pretendeu demonstrar a existência na Região de uma democracia mais incompleta que a vigente no todo nacional. A iniciativa resultou numa pequena tempestade a nível nacional, e num *casus belli* regional que ainda hoje é invocado pelo PSD.

Foi possível identificar, dentro da base de dados acessível online da AACCS⁷, múltiplas queixas, umas originadas pela própria AACCS com base em declarações proferidas por elementos do Governo Regional da Madeira, outras na sequência de queixas de outras pessoas ou instituições, entre as quais se destaca a Delegação Regional da Madeira do Sindicato de Jornalistas. Estas reclamações têm um peso desproporcionado em relação ao que seria de esperar de uma região pequena como é a Madeira. Estranhamente, e embora este contacto tenha sido feito, a Entidade Reguladora não foi tinha disponíveis números que pudessem esclarecer objectivamente esta percepção: não têm registo do número total de reclamações, nem é possível dividi-las pelas regiões em que têm origem.

Das reclamações apresentadas⁸ a maior parte diz respeito ao Jornal da Madeira, normalmente por não publicação nos termos previstos de direitos de resposta, mas os

⁶ MUGHAN, Anthony, GUNTHER, Richard, “The Media in Democratic and Nondemocratic Regimes: a Multilevel Perspective”, in *Democracy and the Media – A Comparative Perspective*, Cambridge University Press, Cambridge, 2000. Pp. 9-10.

⁷ URL www.aacs.pt.

⁸ Em anexo no CD.

casos mais graves serão certamente as várias reclamações de jornalistas respeitantes à actuação de Jardim.

Tem-se verificado uma crescente crispação do relacionamento do PSD regional com a imprensa, que se consubstancia na existência de um clima de fricção permanente entre a imprensa – principalmente a imprensa apontada pelo Governo como “oposição” – e o elenco governativo, bem como estruturas regionais a ele ligadas.

Um exemplo claro é o recente conflito criado pelo presidente da Assembleia Regional, que impôs um “*dress code*” aos jornalistas a exercer funções na ALR. Mas o caso não é único, nem sequer é o mais grave, servindo apenas para exemplificar até que ponto vai a prepotência do partido maioritário.

Resta apenas saber em que medida este conflito não é artificial ou, mais exactamente, em que medida não é uma ficção que é mantida porque interessa ao Governo Regional manter, face à opinião pública, a ideia que a imprensa – ou pelo menos alguma imprensa – lhe é adversa. Alberto João Jardim nunca se coibiu, aliás, de afirmar que a verdadeira oposição na Madeira é consubstanciada pela Comunicação Social, e especificamente por “alguma comunicação social”, em que ele sistematicamente destaca o “jornal dos ingleses” e a televisão que afirmou querer sanear⁹.

A primeira fase de produção deste documento passou necessariamente por um processo de recolha e análise bibliográfica, que se estendeu depois um pouco ao longo de toda a sua gestação. O objectivo foi ter uma noção do que era o “state of the art”, bem como fazer um enquadramento teórico, e determinar as técnicas e métodos de trabalho mais adequados, nomeadamente no que diz respeito ao desenho e aplicação dos questionários, bem como ao seu posterior tratamento e análise.

Uma segunda fase teve a ver com um estudo, inicialmente pouco estruturado, mas sempre baseado numa experiência profissional em jornalismo, da actuação da imprensa na Madeira, quer em termos da história, quer em termos do jornalismo que se faz na actualidade.

⁹ A este respeito, vejam-se as queixas à AACCS, em anexo no CD.

A terceira fase passou pela combinação de estratégias de investigação qualitativa e quantitativa, com a realização de um inquérito por questionário ao universo de jornalistas que operam na Madeira, para o que se contou com a colaboração inestimável do Sindicato de Jornalistas da Madeira. Os resultados foram alvo de tratamento estatístico com o programa SPSS¹⁰. Os resultados das duas partes dos questionários foram também integrados no quadro de resultados dos estudos originais de que foram retirados e adaptados.

Os questionários usados no inquérito são versões adaptadas dos inquéritos aplicados por duas ONG dedicadas à análise e protecção das liberdades de expressão e de imprensa no mundo: a Freedom House e a Reporters Without Borders.

Finalmente, passou-se ainda por uma fase qualitativa, consubstanciada pela realização de entrevistas semi-estruturadas a vários actores: directores de órgãos de comunicação publicados na Madeira; lideranças políticas; uma ou outra entrevista realizada, quando se considerou que os entrevistados trariam informação útil que de outra forma não teria sido utilizada.

¹⁰ SPSS – Statistical Package for Social Sciences, © SPSS – Inc.

(...) “o grande dever do jornalismo é fazer conhecer o estado das coisas públicas, ensinar ao povo os seus direitos e as garantias da sua segurança, estar atento às atitudes que toma a política estrangeira, protestar com justa violência contra os actos culposos, frouxos, velar pelos nocivos, pelo poder interior da pátria, pela grandeza moral, intelectual e material em presença de outras nações, pelo progresso que fazem os espíritos, pela conservação da justiça, pelo respeito do direito, da família, do trabalho, pelo melhoramento das classes infelizes”¹¹.

I. Liberdades de imprensa e de expressão

A civilização em que vivemos é, cada vez mais, uma civilização de contactos, e a vida passa-se num processo de comunicação que tende a ficar mais rápido, complexo e dependente de intermediários e tecnologia. Consequência do aumento da velocidade, e da dependência dos instrumentos, começa também a ser cada vez mais superficial, sendo que em muitos casos se começa a sacrificar a exactidão e a objectividade à velocidade, e nalguns casos o meio começa a ser a mensagem.

A palavra informação tem a sua origem no vocábulo latino “informatio”, cujo significado varia em função do contexto em que a palavra é utilizada. Pode assim significar desde fabricar, dar forma, até educar, ensinar ou instruir, ou ainda, representar. Dois mil anos não serviram para tornar mais explícita a palavra. Ainda hoje tem todos estes significados.

¹¹ QUEIROZ, Eça, citado por PONTE, Cristina, Leituras das Notícias, col. Média e Jornalismo, ed. Livros Horizonte, Lisboa, 2004. P. 27.

Mas em termos mais concretos, a informação, no sentido da palavra que lhe é dado quando usado na imprensa, só é útil se for produzida e consumida em liberdade. Donde, a necessidade de garantir as liberdades básicas com aplicação à imprensa: liberdades de expressão e de imprensa, que se aplicam basicamente ao processo de produção da informação, e a liberdade de opinião, que será a consequência do consumo livre da informação.

Estas liberdades são parte integrante de uma série de instrumentos jurídicos e tratados internacionais – alguns de aplicação universal – e são objecto de um esforço colectivo de aplicação que encontra as suas raízes nas revoluções americana e francesa.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH), a sua equivalente europeia, a Declaração Europeia dos Direitos do Homem (DEDH), o preâmbulo do Tratado de Washington (também conhecido como Tratado do Atlântico Norte, que deu origem à NATO), a Declaração do Atlântico, de 1941, que dará origem à Carta da ONU e os tratados internacionais que dão origem e levam às alterações da União Europeia, todos eles apontam um caminho claro a seguir. Um caminho em que o percurso a seguir pela colectividade passa por um desenvolvimento em comum, mas que não se compadece com o sacrifício sistemático dos direitos e liberdades individuais em prol dos interesses colectivos.

De uma forma mais resumida e directa, há assim circunstâncias em que a luta pelo bem comum não pode, legitimamente, pôr em causa as liberdades individuais, porque essa perda de liberdade por parte de um indivíduo põe em causa a legitimidade de todo o sistema que se pretende beneficiar. Tratar-se-ia de um preço demasiado alto a pagar, e nestas situações será necessário proceder-se a uma conciliação dos interesses em causa.

As duas liberdades acima referidas – de imprensa e de expressão – deverão ser consideradas preponderantes para a exequibilidade de uma outra, a liberdade de opinião, já que a primeira permite a sua formação – porque opinião sem informação não passa de um capricho – enquanto a segunda será a sua consequência, já que quem se dá ao trabalho de formular uma opinião dará o passo seguinte, que é esforçar-se pela sua divulgação e difusão. E as novas opiniões passarão assim, de uma forma quase dialéctica, a servir de base a novas opiniões.

Nelson Traquina considera mesmo que *“os pais fundadores da teoria democrática sempre insistiram (...) na liberdade como factor essencial da troca de ideias e opiniões, reservando ao jornalismo não apenas o papel de informar os cidadãos, mas também, num quadro de checks and balances (a divisão de poder entre poderes), a responsabilidade de vigilante (watchdog) do governo”*¹².

Será útil proceder à análise de alguns conceitos de utilização corrente ao longo de todo este texto. Democracia, liberdade, liberdade de expressão, liberdade de imprensa, bem como uma breve visão do que tem sido aceite como obrigações da imprensa e dos meios utilizados por esta para atingir estes fins.

Condição e consequência da vida em democracia é a liberdade. A liberdade pessoal é apenas, mas sempre, limitada pelas liberdades dos outros. Mas há perspectivas mais complexas: *“A liberdade total, absoluta, é um mito. Mas a(s) liberdade(s) democráticas, contingenciadas pelas condições ou não-condições do seu exercício terão de ser vigiadas pelo vector corrector de uma crescente consciencialização e participação de cidadania política, social e mediaticamente responsável. (...)”*¹³.

A liberdade, que deve ser vista como um todo – isto é, existe ou não existe –, acabou por ser dividida em vários subsistemas, que tornam o objecto mais compreensível. Hoje em dia fala-se de liberdade de opinião, liberdade de imprensa e liberdade de expressão.

Roosevelt afirmava aspirar *“a um mundo baseado em quatro liberdades humanas fundamentais: A primeira é a liberdade de expressão – em todo o mundo. A segunda é a liberdade para cada pessoa adorar Deus à sua maneira – em todo o mundo. A terceira é a satisfação das necessidades básicas – em todo o mundo. E a quarta é a ausência de medo – em todo o mundo”*¹⁴. Quatro liberdades que consubstanciam o princípio “liberdade”, indissociável do de democracia.

¹² TRAQUINA, Nelson, *Jornalismo*, col. O Que É, ed. Quimera, Lisboa, 2002.

¹³ OLIVEIRA, José Manuel Paquete de, “Também no reino da liberdade de opinião «nem tudo o que luz é ouro»”, in *Media, Jornalismo e Democracia – Comunicações apresentadas ao seminário internacional*, col. Media e Jornalismo, ed. Livros Horizonte, Lisboa, 2002.

¹⁴ ROOSEVELT, Franklin D., *Address to Congress*, 6th January 1941, in *Public papers*, citado em *The Oxford Dictionary of Quotations (revised edition)*, ed. Oxford University Press, Oxford, 1996. Tradução do autor.

Em termos nacionais e contemporâneos, o conceito está claramente explicitado na Constituição da República, no seu artigo 37º ¹⁵, sendo que basicamente se determina que não há limites ao que as pessoas podem dizer, com eventuais abusos a ser julgados em tribunal.

Um princípio que também se aplica à liberdade de imprensa: Mais uma vez, a Constituição, no seu artigo 38º ¹⁶, determina que esta é virtualmente ilimitada, e que os responsáveis por eventuais abusos deverão ser julgados em tribunais. Mas mais do que isso, a lei determina que cabe ao Estado garantir que ao jornalista é garantido o acesso às fontes, e que não deverá haver entraves à criação de novos órgãos de comunicação.

¹⁵ Constituição da República Portuguesa, Artigo 37º, Liberdade de expressão e informação:
“1. Todos têm o direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, bem como o direito de informar, de se informar e de ser informados, sem impedimentos nem discriminações.

2. O exercício destes direitos não pode ser impedido ou limitado por qualquer tipo ou forma de censura.

3. As infracções cometidas no exercício destes direitos ficam submetidas aos princípios gerais de direito criminal ou do ilícito de mera ordenação social, sendo a sua apreciação respectivamente da competência dos tribunais judiciais ou de entidade administrativa independente, nos termos da lei.

4. A todas as pessoas, singulares ou colectivas, é assegurado, em condições de igualdade e eficácia, o direito de resposta e de rectificação, bem como o direito a indemnização pelos danos sofridos.”

In Constituição da República Portuguesa - 7ª Revisão Constitucional, Assembleia da República, Lisboa, 2006.

¹⁶ Constituição da República Portuguesa, artigo 38º, Liberdade de imprensa e meios de comunicação social.

1. É garantida a liberdade de imprensa.

2. A liberdade de imprensa implica:

a) A liberdade de expressão e criação dos jornalistas e colaboradores, bem como a intervenção dos primeiros na orientação editorial dos respectivos órgãos de comunicação social, salvo quando tiverem natureza doutrinária ou confessional;

b) O direito dos jornalistas, nos termos da lei, ao acesso às fontes de informação e à protecção da independência e do sigilo profissionais, bem como o direito de elegerem conselhos de redacção;

c) O direito de fundação de jornais e de quaisquer outras publicações, independentemente de autorização administrativa, caução ou habilitação prévias.

3. A lei assegura, com carácter genérico, a divulgação da titularidade e dos meios de financiamento dos órgãos de comunicação social.

4. O Estado assegura a liberdade e a independência dos órgãos de comunicação social perante o poder político e o poder económico, impondo o princípio da especialidade das empresas titulares de órgãos de informação geral, tratando-as e apoiando-as de forma não discriminatória e impedindo a sua concentração, designadamente através de participações múltiplas ou cruzadas.

5. O Estado assegura a existência e o funcionamento de um serviço público de rádio e de televisão.

6. A estrutura e o funcionamento dos meios de comunicação social do sector público devem salvaguardar a sua independência perante o Governo, a Administração e os demais poderes públicos, bem como assegurar a possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião.

7. As estações emissoras de radiodifusão e de radiotelevisão só podem funcionar mediante licença, a conferir por concurso público, nos termos da lei.”

In Constituição da República Portuguesa - 7ª Revisão Constitucional, Assembleia da República, Lisboa, 2006.

Algumas normas de Direito Internacional sobrepõem-se às vigentes em termos de Direito interno. De entre estas destacam-se as normas constantes de tratados internacionais de que Portugal é parte, entre as quais se incluem a Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH) e a Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH).

A CEDH determina no seu artigo 10º que qualquer pessoa tem direito a liberdade de expressão, que este direito compreende a liberdade de opinião e a liberdade de receber ou de transmitir informações ou ideais sem que possa haver ingerência de quaisquer autoridades públicas, e sem considerações de fronteiras, embora também se estabeleça que isto não impede que os estados submetam as empresas de radiodifusão, de cinematografia ou de televisão a um regime de autorização prévia.

O artigo 10º da CEDH determina ainda que o exercício destas liberdades, porquanto implica deveres e responsabilidades, pode ser submetido a certas formalidades, condições, restrições ou sanções, previstas pela lei, que constituam providências necessárias, numa sociedade democrática, para a segurança nacional, a integridade territorial ou a segurança pública, a defesa da ordem e a prevenção do crime, a protecção da saúde ou da moral, a protecção de honra ou dos direitos de outrem, para impedir a divulgação de informações confidenciais, ou para garantir a autoridade e a imparcialidade do Poder Judicial.¹⁷

A Constituição da República Portuguesa determina, logo no seu artigo 2º, que “*a República Portuguesa é um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democráticas, no respeito e na garantia da efectivação dos direitos e liberdades fundamentais e na separação e interdependência de poderes, visando a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa*”¹⁸.

Democracia significa “poder do povo”. Mas talvez mais rigorosamente, poder pelo povo, e para o povo. Um dos axiomas da então jovem república americana era

¹⁷ URL http://www.cidadevirtual.pt/cpr/asilo1/cesdh.html#artigo_10

¹⁸ In Constituição da República Portuguesa - 7ª Revisão Constitucional, Assembleia da República, Lisboa, 2006.

exactamente que o poder era “do povo, pelo povo e para o povo”¹⁹. Normalmente aceita-se, no entanto, que o poder dificilmente será exercido directamente pelo povo, pelo que a solução passa pela criação de um sistema em que o poder é exercido por representantes do povo.

Idealmente, estes representantes serão seleccionados através de uma eleição que se desenrole de forma a assegurar a representação das várias minorias que perfazem a população, sem que se determine de forma taxativa a forma como se deverá desenrolar este processo. A Constituição portuguesa reconhece-o, aliás, ainda no seu artigo 2º, quando refere especificamente a necessidade do “*aprofundamento da democracia participativa*”²⁰.

Admite-se que um Estado moderno tem um sistema político representativo democrático “*na medida em que seus os decisores mais poderosos são escolhidos através de eleições justas, honestas e periódicas, durante as quais os candidatos entram em livre concorrência pelos votos e praticamente toda a população tem o direito de votar*”²¹. Mas esta determinação é complementada por uma outra: “*a realização de eleições livres, justas e competitivas só é possível se existir, em alguma medida, liberdade de expressão, de reunião e de imprensa, e se os candidatos e partidos da oposição puderem criticar os outros candidatos sem medo de retaliação*”²².

Cees Hamelink, um especialista holandês em direito constitucional, defende no entanto que estas fórmulas, presentes na CEDH e nas constituições nacionais, não são, por si sós, suficientes para garantir as liberdades fundamentais. Considera mesmo que a estas devem ser acrescentadas outras normas e regulamentos:

“A constituição deve incluir garantias de liberdade de expressão institucional; uma proibição explícita de todas as formas de limitações a priori (censura, etc.) por entidades estatais ou não estatais; deve aceitar apenas condicionamentos limitados,

¹⁹ LINCOLN, Abraham, in The Gettysburg Address. Citado com base em BASLER, Roy P. (ed.), The Collected Works of Abraham Lincoln, vol. VII, Da Capo Press, Cambridge (Massachusetts), 2001.

²⁰ In Constituição da República Portuguesa - 7ª Revisão Constitucional, Assembleia da República, Lisboa, 2006.

²¹ SCHUMPETER, Joseph A., Capitalism, Socialism and Democracy, ed. Harper & Row, New York, 1976, p. 269.

²² HUNTINGTON, Samuel P., Vinte Anos Depois: O Futuro da Terceira Vaga, in A Invenção Democrática, ed. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2000, p. 22.

específicos e legítimos a esta liberdade, bem como uma garantia de acesso máximo à informação de interesse público.

Os estatutos dos media devem assegurar: uma rejeição explícita a todas as formas de interferência interna ou externa; devem aceitar apenas condicionamentos limitados, específicos e legítimos aos conteúdos dos media e/ou acesso à informação de interesse público; devem insistir na protecção do segredo profissional dos jornalistas; devem insistir em garantias de acesso máximo à informação de interesse público num Acto Especial de Liberdade de Informação; devem insistir numa garantia de apoio público ao pluralismo dos media num acto específico. As limitações cíveis e criminais à liberdade de expressão na base de interesses específicos do Estado, valores sociais e direitos individuais devem ser limitados e específicos.

Os mecanismos de auto-regulação dos media e dos jornalistas devem assegurar: o uso de estatutos editoriais comuns para todos os media; a rejeição expressa de todas as interferências internas ou externas nos códigos de conduta profissionais; inclusão de cláusulas de consciência nos códigos de conduta e nos contratos de trabalho; a exigência de máximo acesso à informação pública pela comunidade profissional; a exigência de segredo profissional para a comunidade profissional”²³.

Ainda a respeito da liberdade, um escritor norte-americano dava graças a Deus pela existência de três elementos indescritivelmente preciosos: “a liberdade de expressão, a liberdade de consciência e a prudência necessária para jamais praticar nenhuma delas”²⁴. Mas a opção pela não-prática destas liberdades só pode ser tomada se elas existirem, e esta opção nunca pode ser assumida por um jornalista... Finalmente, nunca será demais referir que “(...) a soberania do povo e a liberdade de imprensa são coisas inseparáveis”²⁵, e que “não há democracia sem liberdade de imprensa”²⁶.

²³ HAMELINK, Cees, Media Regulation and Media Independence. Towards a Model Regulatory Regime, Centre for Communication and Human Rights, Amsterdam, 1996. Citado em JAKUBOWICZ, Karol, Media and Democracy, in -, Media and Democracy, Council of Europe Publishing, Strasbourg, 1998 (1999). Pp 16-17.

²⁴ CLEMENS, Samuel Langhorn (Mark Twain), in Following the Equator, citado em --, The Oxford Dictionary of Quotations (revised edition), ed. Oxford University Press, Oxford, 1996.

²⁵ TOCQUEVILLE, Alexis de, citado por TRAQUINA, Nelson, Jornalismo, col. O Que É, ed. Quimera, Lisboa, 2002, p. 34.

Durante muito tempo foi aceite que o mero facto de se realizarem eleições fazia de um qualquer regime uma democracia. Recentemente, uma visão menos redutora de democracia fez surgir os conceitos de democracias eleitorais e de democracias liberais. Larry Diamond²⁷ explica as diferenças existentes entre estas duas realidades, apontando que embora haja eleições, o que caracteriza as democracias liberais é uma série de limitações ao poder executivo, a existência de um poder judicial independente e eficaz, sistemas de protecção dos direitos, liberdades e garantias individuais, restrições impostas ao partido no poder por forma a impedi-lo de pôr em causa o processo eleitoral, entre outras.

É também importante que se aceite que a democracia e a liberdade não são conceitos fechados. São sempre passíveis de evolução, aliás como é próprio da natureza humana, que determina que o homem é eternamente insatisfeito, vendo cada patamar como uma forma de atingir o próximo. Neste sentido, o contexto português, enunciado por Mário Soares, refere que *“a democracia nunca é uma obra acabada, já que a permanente evolução das condições sociais e económicas das sociedades torna necessário aperfeiçoar e adaptar a democracia a estas alterações. Num mundo em mudança – e mudança acelerada – como aquele em que vivemos é fundamental que a democracia esteja atenta e que encontre nela própria as respostas aos anseios e às aspirações das populações, mesmo nas sociedades mais evoluídas”*²⁸.

Admite-se também que numa democracia moderna o papel da imprensa é determinante na formação da opinião pública, base sobre a qual se realizam as escolhas, mais ou menos informadas, dos eleitores. A formação da opinião pública foi, aliás, um dos primeiros objectivos apontados para a imprensa, já nos seus primórdios.

Mas a opinião pública torna-se especialmente importante a partir do século XX. Segundo Jeremy Bentham, por exemplo, a opinião pública era uma parte integrante da teoria democrática do Estado. Seria, ainda para Bentham, esta opinião pública quem

²⁶ JEFFERSON, Thomas, citado por TRAQUINA, Nelson, *Jornalismo*, col. O Que É, ed. Quimera, Lisboa, 2002, p. 34.

²⁷ DIAMOND, Larry, citado por HUNTINGTON, Samuel P., *Vinte Anos Depois: O Futuro da Terceira Vaga*, in *A Invenção Democrática*, ed. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2000, pp. 22-23.

²⁸ SOARES, Mário, in *Apresentação de Samuel P. Huntington*, in *A Invenção Democrática*, ed. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2000, p. 13.

reuniria *“toda a sabedoria e toda a justiça da nação”*²⁹, faltando apenas determinar a forma como se deveria manifestar essa opinião pública. A resposta, para aquele como para vários contemporâneos, passava pela imprensa. Queixas e injustiças seriam divulgadas pelos jornais, que seriam assim responsáveis por proteger os indivíduos contra sistemas menos que democráticos.

Uma decisão do Tribunal Constitucional alemão, em parte sustentada pelo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem³⁰, determinou aliás, bem mais recentemente, que a imprensa tem uma função de *“criação da opinião pública”*, acrescentando ainda, noutro contexto importante das funções da imprensa, que *“o facto da imprensa assegurar a função de criação da opinião pública não exclui o entretenimento das garantias funcionais determinadas pela Lei de Bases [Constituição]”*. A decisão do tribunal determina mesmo que *“o entretenimento também desempenha um papel na formação da opinião pública (...) estimulando ou influenciando por vezes mais do que informação meramente factual”*.

Na mesma decisão afirma-se mesmo que *“não se pode negar ao mero entretenimento um papel na formação de opiniões. Isso seria o mesmo que presumir que o entretenimento se limita a satisfazer um desejo para diversão e descontração. O entretenimento também pode fazer passar imagens da realidade e propor temas para debate que despoletem um processo de discussão e assimilação relacionado com as filosofias de vida, valores e modelos de conduta. Nesse aspecto desempenha funções sociais importantes (...)”*³¹.

A acção da imprensa não se limita assim *“à difusão de um sistema de valores, no seio dos quais a política detém um lugar privilegiado. Politiza igualmente o corpo social, transformando a política num espectáculo cujos jogos e peripécias irão sacudir a apatia da opinião pública. A «vedetização» do poder, na época contemporânea, é um fenómeno já descrito muitas vezes. Tanto a exigência das sociedades de consumo como de uma necessidade natural de identificação e intercessão em certas sociedades*

²⁹ Citado em TRAQUINA, Nelson, *Jornalismo*, col. O Que É, ed. Quimera, Lisboa, 2002, p. 32.

³⁰ URL <http://cmiskp.echr.coe.int/tpk197/portal.asp?sessionId=320346&skin=hudoc-en&action=request>, 20/09/2004. As afirmações foram traduzidas da versão em inglês das transcrições do julgamento que opôs Carolina de Hannover ao Estado alemão por invasão de privacidade. P. 8-9. Tradução do autor.

³¹ Idem.

arcaicas”³². A afirmação tem trinta anos, mas mantém-se actual. Se algo mudou, foi no sentido de hoje em dia ser ainda mais verdade do que era na época.

A imprensa pode assim – e deve – assumir a tarefa de lutar por mais e melhor democracia. A legitimidade desta posição assenta na teoria democrática, e passa necessariamente por “*uma postura de desconfiança (em relação ao poder) e numa cultura claramente adversarial entre jornalistas e o poder*”³³.

A teoria democrática deu legitimidade aos jornalistas para desempenhar um papel que se desdobra em dois níveis. Eles são assim vistos como “*porta-vozes da opinião pública, dando expressão às diferentes vozes no interior da sociedade que deveriam ser tidas em conta pelos governos, e como vigilantes do poder político, que protegem os cidadãos contra os abusos (históricos) dos governantes*”³⁴. Donde, não tendo sido eleitos, têm no entanto uma legitimidade de função, delegada de forma implícita, que valida a sua intervenção em defesa da “*res publica*”.

Difícilmente será possível encontrar uma explicação mais clara e concisa dos diferentes papéis e desempenho dos media em regimes democráticos e autoritários/totalitários do que a apresentada a seguir, da autoria de Anthony Mughan e Richard Gunthar.

“*A visão tradicional é que os média têm um carácter esquizofrénico e desempenham papéis opostos no estabelecimento/manutenção da ordem política em regimes autoritários/totalitários e em democracias: os media foram descritos como manipuladores e subversivos em termos das liberdades e da escolha política nos primeiros e como garantia das liberdades políticas e da responsabilidade governamental no último*”³⁵. Generalizando, o que caracteriza o modelo autoritário/totalitário é o controlo governamental dos media de forma a atingir os objectivos estabelecidos por uma elite não-eleita – e consequentemente inimputável.

³² LASSALE, Jean-Pierre, in *Introdução à Política*, col. Universidade Moderna, ed. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 4ª ed., Lisboa, 1974, pp. 19-20.

³³ TRAQUINA, Nelson, *Jornalismo*, col. O Que É, ed. Quimera, Lisboa, 2002, p. 32.

³⁴ *Idem*, p. 33.

³⁵ MUGHAN, Anthony, GUNTHER, Richard, “The Media in Democratic and Nondemocratic Regimes: a Multilevel Perspective”, in *Democracy and the Media – A Comparative Perspective*, Cambridge University Press, Cambridge, 2000. Pp. 3-4. Tradução do autor.

Mughan e Gunther afirmam que estas elites são quem determina a agenda política, bem como quem “desenha” a informação que chega ao público através de dos media que controlam, com o objectivo final de formar e manipular atitudes e comportamentos das não-elites. A situação é claramente distinta nos regimes democráticos.

Os media servem aqui “*como garantias essenciais de responsabilidade das elites e controlo popular do governo em democracias, já que um grupo de cidadãos informados de forma abrangente e profunda ajuda a garantir uma democracia simultaneamente responsável e activa. Duas características dos sistemas de media democráticos são utilizadas para garantir que a informação política disseminada pelos media serve para constringer, ou limitar, o poder governamental mais do que aumentá-lo: A primeira é que normas ou convenções constitucionais garantam aos cidadãos livre acesso à informação política. Liberdade de imprensa, de expressão e de reunião permitem uma grande diversidade de comunicação política e de pontos de vista. Estas liberdades também permitem aos cidadãos que se oponham publicamente ao seu governo e aos seus objectivos e que o remova do poder através de eleições livres e concorridas, se as suas acções ou omissões forem inaceitáveis para um número suficientemente grande de cidadãos. A segunda é que os media estão protegidos do exercício arbitrário do poder governamental, e que o pluralismo dos medis está institucionalizado. Não só os media estão livres de controlo político directo mas foram estabelecidos processos legais para promover e sustentar uma diversidade de tipos e formas de media*”³⁶.

A democracia sai assim fortalecida e a sua integridade é assegurada pelo livre fluxo de informação e pela competição entre meios de comunicação públicos e comerciais articulando uma variedade de pontos de vista políticos para “educar” o público e permitir-lhe a tomada de decisões informadas, particularmente na altura de eleições. Num regime democrático, “*a informação política disseminada pelos media serve para constringer, ou limitar, o poder governamental, mais do que aumentá-lo*”³⁷.

Será assim mais frequentemente nos países e regiões menos democráticas que os jornalistas são vistos como “*personagens políticas subversivas, uma mão-cheia de*

³⁶ MUGHAN, Anthony, GUNTHER, Richard, “The Media in Democratic and Nondemocratic Regimes: a Multilevel Perspective”, in *Democracy and the Media – A Comparative Perspective*, Cambridge University Press, Cambridge, 2000. Pp. 4-5. Tradução do autor.

³⁷ Idem.

*homens sem princípios que agitavam a estabilidade social por motivos baixos de proveito económico e promoção pessoal*³⁸, ou então, em alternativa, e como na Madeira, como “comunistas”, “frustrados” e agentes “da CIA e da Trilateral”...

Por outro lado, o ritmo crescente em que a vida se processa vai criando novas limitações à participação na “coisa pública”. Então como agora, e tal como em muitos outros campos, a “*informação pode ser uma técnica de alienação tanto como de publicidade, e não é garantido que as características de que se reveste a nossa época permitam aos cidadãos, como aos governantes, uma plena assunção da função política*”³⁹. O que implica novas responsabilidades para a imprensa e para os jornalistas. Mas também para eles a vida está longe de ser fácil.

Uma das realidades incontornáveis da comunicação – e da vida – na actualidade é que os ritmos mudaram por completo. Deixou de haver tempos mortos. Falando em termos de jornalismo, os prazos são cada vez mais curtos, e os custos que se pagam por quebrar estas barreiras são cada vez mais proibitivos. Razão porque frequentemente um jornalista se sinta pressionado para fechar um texto com o qual não está plenamente satisfeito, ou para “esquecer” a confirmação de uma notícia. Nestas condições cometem-se erros, e estes erros são pagos em termos da credibilidade dos jornalistas e dos media.

Para agravar a situação, enquanto que o tempo disponível se torna cada vez mais reduzido, o espaço em que cada jornalista tem de garantir a cobertura é cada vez mais extenso, já que os noticiários são cada vez mais sínteses da actualidade global, pelo que se espera que o jornalista seja capaz de cobrir assuntos em todo o mundo, e os leitores têm de ser capazes de absorver informação relativa a todo o universo humano.

Ainda a respeito dos tempos que ditam a produção e leitura dos jornais, José Rebelo deixa uma chamada de atenção importante: “*Quando prevalece o princípio da leitura rápida. Da leitura em diagonal. Quando prevalece o princípio da informação em simultâneo (...). Quando ao tempo diferido se sobre põe o tempo directo. Quando cada*

³⁸ Citado em TRAQUINA, Nelson, *Jornalismo*, col. O Que É, ed. Quimera, Lisboa, 2002, p. 33.

³⁹ LASSALE, Jean-Pierre, in *Introdução à Política*, col. Universidade Moderna, ed. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 4ª ed., Lisboa, 1974, p. 21.

*um de nós é avassalado por esta pressão do instante, apetece parar. Para reflectir*⁴⁰. Parece-nos no entanto que é mais que isso. Não apetece parar, é imperativo parar, para pensar. Para pensar antes de agir. Mas é preciso que os tempos que nos regem se compadeçam com a nossa incapacidade de os acompanhar...

Os jornalistas devem ainda – cada vez mais – manter presente o ideal de que *“o jornal é publicado no interesse do público (...) [e que] uma imprensa honesta e determinada é a primeira protecção contra o banditismo”*⁴¹.

Neste sentido, deve ser preocupação dos jornais e dos jornalistas procurar uma postura neutra. Um princípio de cumprimento difícil, já que também é verdade que os jornalistas se encontram hoje cada vez mais envolvidos nas questões em que trabalham, e a imprensa cada vez mais se dedica a assuntos especializados. E embora cada vez mais pessoas manifestem o seu desencanto e mesmo, nalguns casos, profunda aversão, à política, trata-se de um rubrica que não deverá desaparecer da informação. Até porque isso seria violar um dos objectivos para que foram desenhados, originariamente, os media. Os media *“não agem apenas pelo desenclaustramento social que provocam. Contribuem geralmente para valorizar o político no seio da colectividade. (...) A tendência geral parece ser a de uma despilitização dos mass media”*⁴².

Torna-se difícil, neste sentido, manter uma neutralidade equidistante se se pretende, simultaneamente, que um jornalista se mantenha integrado no seu meio, e que crie laços com pessoas, instituições e organizações de várias ordens.

Mas acima de tudo, os jornalistas têm a obrigação de manter sempre presente a diferença entre o que é de interesse público e aquilo que o público acha interessante (*“public interest”* e *“interest of the public”*). O jornalista tem obrigação de divulgar informação no sentido de defender ou promover o interesse público, mas deverá abster-se de publicar aquilo que acha que o seu público quer ouvir, apenas porque é o que este quer ouvir. Esta questão levanta outro tipo de problemas, como o relativo à necessidade do lucro nos media.

⁴⁰ REBELO, José, O discurso do jornal, col. Media e Sociedade, ed. Notícias Editorial, Lisboa, 2002 (2000), p. 10.

⁴¹ Fala do director Hutchinson, no filme “A Última Ameaça”, de Richard Brooks. www.imdb.com.

⁴² LASSALE, Jean-Pierre, in Introdução à Política, col. Universidade Moderna, ed. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 4ª ed., Lisboa, 1974, p. 18.

Nesta lógica, e “*apesar de ser bom que as empresas jornalísticas sejam rentáveis, o lucro não pode tornar-se um fim em si mesmo, sob pena de se perderem os valores originais do jornalismo – os mesmos que estão na base da sua estreita relação com a democracia – ou seja, os ideais do bem comum e do interesse público*”⁴³. Os autores destas palavras não são jornalistas experientes, com anos de tarimba na profissão, mas sim jovens licenciados em comunicação social, o que acaba por ser elucidativo das expectativas que os jovens jornalistas em início de carreira mantêm em relação à sua profissão.

A globalização e as novas tecnologias devem ser vistas mais como novas oportunidades – com riscos, sim, mas riscos que devem ser corridos – do que como barreiras impossíveis de ultrapassar. Ralf Dahrendorf considera aliás, neste contexto, que “*é fundamental que encaremos os desafios da globalização como oportunidades, e não como ameaças*”⁴⁴. Muitos jornais apostaram numa presença importante em termos de Internet, e muitos já fazem desta presença uma actividade que traz novos rendimentos para a empresa. E mesmo que esta faceta da actividade jornalística não cubra todos os custos, a verdade é que é importante que os jornais estejam presentes na Internet, e que cada vez mais os que não o estiverem serão vistos como filhos de um Deus menor.

1. Mais concretamente...

Um texto de 1984 afirma que os media portugueses mudaram mais desde o 25 de Abril do que em toda a geração anterior. Mas acrescenta ainda que “*os eventos de 1974-1975 não apagaram o passado nem criaram uma nova imprensa, rádio ou televisão. Muitas, se não quase todas, das mesmas pessoas permaneceram, com os mesmos hábitos e atitudes profissionais. A imprensa portuguesa não é uma imprensa fascista que subitamente se transformou em democrata-liberal: uma pressão contínua da parte dos media ajudou a promover uma mudança de atitudes muito antes do 25 de Abril. O que aconteceu com os media também aconteceu com a vida política e social portuguesa em*

⁴³ BAPTISTA, Carla (i.a.), “Apresentação”, in Media, Jornalismo e Democracia – Comunicações apresentadas ao seminário internacional, col. Media e Jornalismo, ed. Livros Horizonte, Lisboa, 2002.

⁴⁴ DAHRENDORF, Ralf, “Bem Estar e Coesão Social numa Sociedade Livre”, in A Invenção Democrática, ed. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2000, p. 204.

geral. Um período de mudança progressivamente mais rápida antes de 1974 culminou numa aceleração explosiva a que se seguiu um período de recuperação e consolidação do sistema”⁴⁵.

O que acontece na Madeira não é diferente do que acontece no resto do país. E se hoje já é difícil afirmar que “muitas, se não quase todas, das mesmas pessoas permaneceram, com os mesmos hábitos e atitudes profissionais” – passaram-se, afinal, mais de 30 anos da revolução – a verdade é que, pelo menos na Madeira, se nota que continua a prevalecer uma “cautela” persistente que consiste em não incomodar, pelo menos de forma demasiado ostensiva ou persistente, o poder instalado e os seus beneficiados.

Afinal, como explica o director de um dos jornais portugueses de referência, no 25 de Abril como hoje em dia, “(...) *na Madeira, ao contrário do que sucede no continente, criam-se entre as populações e os seus governos estranhas relações de cumplicidade. Uma cumplicidade que em alguns casos é tão forte que toda a oposição a Alberto João Jardim (...) corre o risco de aparecer como uma traição.*”⁴⁶ O que torna muito difícil o exercício sério do jornalismo, embora a opção fácil, a abstenção, não deva ser uma opção para os jornalistas merecedores deste nome.

A falha mais clara do Governo Regional presidido há quase 30 anos por Alberto João Jardim está na violação do princípio que deveria nortear a actuação de qualquer governante numa democracia liberal: o de se isolar em relação ao que fazem os media, já que os governantes devem abster-se de procurar limitar a acção dos media.

É aliás este princípio que vem consagrado no artigo 10º da Convenção Europeia dos Direitos Humanos, em que se determina o direito à liberdade de expressão e de imprensa. Trata-se aqui, em termos legais, de um *direito de abstenção* – leia-se um direito da parte das populações a uma abstenção por parte do Estado –, impondo-se aos Estados uma obrigação de abstenção, proibindo-se a administração de intervir no

⁴⁵ SEATON, Jean e PIMLOTT, Ben, *The Portuguese Media in Transition*, in MAXWELL, Kenneth (ed.), “The Press and the Rebirth of Iberian Democracy”, *Global Perspectives in History and Politics, Contributions in Political Science* (nr. 99), Greenwood Press, Westport, Connecticut e Londres. P. 113.

⁴⁶ SARAIVA, António José, in *Dicionário Político à Portuguesa*, ed. Expresso, Lisboa, 2002.

âmbito da comunicação, a não ser que esta intervenção se faça nos termos, e dentro dos limites, estabelecidos pelo artigo 10º da referida Convenção⁴⁷.

E é isto que não se tem vindo a verificar na Madeira. Antes pelo contrário, verifica-se uma constante tentativa por parte do Governo Regional – leia-se o seu presidente e os seus colaboradores mais próximos – de controlar a acção dos media na Madeira. Esta acção desenvolve-se a vários níveis, como aliás é bem patente nas respostas dos jornalistas madeirenses ao questionário posto no âmbito deste trabalho.

A acção governamental deve, pelo contrário, facilitar a acção dos media e facultar-lhes toda a informação e apoio de que necessitem para que possam exercer, livremente, a sua acção. Mas se o Governo Regional intervém junto da imprensa fá-lo porque os jornalistas se deixam intimidar, e não resistem, como deveriam, a exercer uma cautela excessiva e persistente no sentido de não incomodar, ou pelo menos de não incomodar demasiado, o poder instalado e os seus beneficiados.

Uma decisão do Tribunal Constitucional Federal alemão, de 1966, estabelece que “*uma imprensa livre, independente do Estado e livre de censura, é um dos elementos fundamentais de um Estado democrático... Se se pretende que o cidadão intervenha no processo de decisão política, ele deve estar, por um lado, plenamente informado, e por outro deve ser capaz de reconhecer e comparar as opiniões expressas por outros... Numa democracia representativa, a imprensa é simultaneamente uma ligação constante e um instrumento de supervisão entre a população e os seus representantes eleitos no parlamento e no governo.*”⁴⁸

Blumler explica aliás muito claramente a inter relação entre os media e os cidadãos numa democracia representativa: aquilo “*de que temos necessidade, como cidadãos, e acima de tudo, é de um conjunto de agentes e informação bem equipados, capazes de agir de forma eficaz como mediadores e (1) que nos analisem o ambiente informativo; (2) que o reduzam e relacionem de forma a criar uma visão coerente das questões mais importantes que a sociedade enfrenta; (3) que actualizem a agenda de assuntos*

⁴⁷ Cfr. VOORHOOF, D., in Critical Perspectives on the Scope and Interpretation of Article 10 of the European Convention on Human Rights, Mass Media Files No. 10, Council of Europe Publishing, Strasbourg, 1995. P. 16.

⁴⁸ Citado em PETERS, Bettina, in Media and Democracy, Council of Europe Publishing, Strasbourg, 1998 (1999), p. 62.

principais conforme seja necessário; (4) e que organizem um diálogo coerente sobre como melhor lidar com estas questões⁴⁹”.

Mas hoje corremos principalmente o risco de esquecer o básico: “*A democracia moderna é um produto da civilização ocidental e encontra-se enraizada no pluralismo social, no sistema de classes. Na sociedade civil, no primado do Estado de direito, na experiência das organizações representativas, na separação entre a autoridade espiritual e temporal e na defesa do individualismo, características que se desenvolveram na Europa ocidental ao longo do último milénio*”⁵⁰ ...

⁴⁹ BLUMLER, J. G., in *Democratic Theory and Broadcast Practice*”, in WHITNEY, D. C., WARTELLA, E., WINDAL, S. (eds.), *Mass Communication Review Yearbook*, vol. 3, Sage Publications, Beverly Hills, 1982. P. 633.

⁵⁰ HUNTINGTON, Samuel P., *Vinte Anos Depois: O Futuro da Terceira Vaga*, in *A Invenção Democrática*, ed. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2000, p. 21-22.

A democracia “*corre sério risco de ser posta em causa quando os benefícios da organização dispensam o cidadão de se autogovernar*”⁵¹.

II – As liberdades insulares e a informação

A acção dos media pode exercer-se de várias formas: Pode promover o debate democrático e a participação cívica, pode relatar a realidade tal como esta é compreendida pelo jornalista, ou “*pode contribuir para criar uma lenda à volta do homem e personificar o poder de tal modo que a instituição se apaga atrás do indivíduo*”⁵². Tem sido um pouco este o papel da imprensa na Madeira, e para muitos, na Madeira, o Governo Regional é Alberto João Jardim, como para muitos continentais a Madeira é um feudo pessoal do seu presidente.

1. A Madeira e os madeirenses

A Madeira começou a ser colonizada no início do século XV, na sequência da sua descoberta, tendo-se para isso recorrido a duas populações distintas: do norte de Portugal foram trazidos os trabalhadores, enquanto a administração foi assegurada pelo sul do país – mormente Algarve –, principalmente por quadros oriundos de instituições controladas pelo Infante D. Henrique. O arquipélago foi aliás considerado como sendo da responsabilidade do Infante, que só teria de prestar contas ao seu irmão, o rei de

⁵¹ LASSALE, Jean-Pierre, in Introdução à Política, col. Universidade Moderna, ed. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 4ª ed., Lisboa, 1974. P. 29.

⁵² Idem, p. 20.

Portugal, em casos de aplicação de justiça que envolvessem a perda da vida ou de membros⁵³.

Sendo o grosso da população constituído por homens e mulheres do norte do país, principalmente do Minho e de Trás-os-Montes, será normal que tenham trazido consigo o cariz conservador das populações do norte de Portugal, tendo Kenneth Maxwell referido, a respeito do comportamento destas populações nas eleições de 1976, que “*no Norte, o PPD e o CDS dominaram os resultados eleitorais, e o resultado inesperado destas eleições foi o de destacar claramente as profundas diferenças existentes na organização social e económica do sul e norte de Portugal*”⁵⁴. Um pouco mais adiante, na mesma obra, Maxwell refere ainda a existência de “*similaridades importantes entre as regiões controladas pelo PPD e pelo PCP. Os distritos de Bragança e Vila Real, no norte, e de Beja e Évora, no sul, padeciam dos maiores níveis de mortalidade infantil do país, tinham a maior percentagem da população ligada ao sector primário (mais de 70%) e tinham um nível de analfabetismo extremamente elevado (cerca de 40%)*”⁵⁵. Uma característica que, curiosamente, era partilhada pela Madeira⁵⁶.

Uma edição do Departamento de Estado norte-americano, de 1976, não hesita aliás em considerar as populações da Madeira e dos Açores como “*predominantemente católicas e politicamente conservadoras*”⁵⁷. O autor refere ainda a existência de um ressentimento secular contra o que os ilhéus consideram abuso por parte do continente.

De acordo com outra publicação norte-americana, a National Geographic Magazine, num artigo dedicado à Madeira e publicado em 1994, “*se Deus votasse, votaria no PSD*”⁵⁸, citação com que pretende demonstrar a influência que a Igreja Católica ainda hoje exerce na política regional. Alberto João Jardim é aliás apontado por muitos como

⁵³ Cfr. SILVA, Fernando Augusto da, e MENEZES, Carlos Azevedo, Elucidário Madeirense (versão em CD-ROM), ed. Centro de Estudos de História do Atlântico, Funchal, e PEREIRA, Eduardo C. N., Ilhas de Zarco, vol. 2, ed. Câmara Municipal do Funchal, 1989, p. 172.

⁵⁴ MAXWELL, Kenneth, Prospects for Democratic Transition in Portugal, in , O’DONNELL, Guillermo, SCHMITTER, Phillippe, WHITEHEAD, Laurence (ed.), Transitions from Authoritarian Rule – Southern Europe, ed. Johns Hopkins University Press, Baltimore, 1986, p. 122.

⁵⁵ Idem, p. 123.

⁵⁶ INE, censos 1970, 1981, 1991 e 2001. URL www.ine.pt.

⁵⁷ KEEFE, Eugene K., Area Handbook for Portugal, Área Handbook Séries, Foreign Área Studies, American University, Washington, 1985 (1976). P. 242.

⁵⁸ National Geographic Magazine, Washington, Nov. 1994, p. 96 (legenda). A frase original terá sido proferida no Estreito de Câmara de Lobos por um Padre Pita.

uma “criação” do então (1974) bispo do Funchal, Francisco Santana, embora se admita que, no relacionamento com o novo bispo, não é o prelado o elemento dominante⁵⁹. A religião é assim – continua assim a ser – um elemento importante na estrutura de poder regional.

A preponderância sistemática do PSD no governo da Região é ainda mais difícil de explicar porque o sistema eleitoral português – e o da Madeira – foram desenhados para assegurar representatividade mais do que para garantir governabilidade: para os legisladores que criaram a Constituição de 1976, “a *“legitimidade era mais importante que a eficácia governativa”*”⁶⁰. O apelo de Jardim no sentido de ser mantida a maioria na Madeira é aliás, neste aspecto, muito claro: a alternativa “*seria o caos que se vive no continente*”. E mesmo assim, o retalhar dos círculos eleitorais levou a que durante os últimos trinta anos o PSD tenha na Assembleia Regional um peso que ultrapassa largamente o seu peso eleitoral real.

Uma regra imposta pelo Tribunal Constitucional determinou que para cada círculo eleitoral deveria ter, pelo menos, dois deputados. O que significa que o número de eleitores representado por cada deputado variava francamente: cada um dos dois deputados eleitos pelo Porto Moniz, por exemplo, representava umas (poucas) centenas de votos, enquanto que um deputado eleito pelo círculo do Funchal podia mesmo precisar de milhares de votos para chegar ao parlamento, onde teria um peso igual ao do seu colega do Porto Moniz, o que equivalia a atribuir pesos significativamente diferentes aos votos dos eleitores.

Uma questão que foi agora resolvida com a alteração da lei eleitoral regional, criando um círculo eleitoral único para toda a Região, o que vai permitir assegurar uma maior proporcionalidade entre o total de votos obtidos e o peso de cada representação parlamentar.

Pode hoje em dia falar-se da existência de um eleitorado rural e de um eleitorado urbano na Madeira, embora a distinção seja difícil, já que as freguesias suburbanas do Funchal

⁵⁹ SILVA, Vicente Jorge, O Comércio do Funchal e a Autonomia, col. Ao Encontro da História, Viver a Madeira, Lisboa, 2006. P. 26.

⁶⁰ PINTO, António Costa (ed.), Modern Portugal, The Society for the Promotion of Science and Scholarship, Palo Alto, 1998.

têm um comportamento muito próprio. O eleitorado típico do PSD na Madeira tem sido o rural, sendo que um peso crescente do eleitorado urbano não se tem traduzido em derrotas para o partido do poder apenas porque a oposição também não é aceite como uma alternativa válida pela população urbana, que se refugia cada vez mais na abstenção.

2. Breve caracterização do jornalismo madeirense

As fontes de informação, os grupos de pressão e os líderes de opinião existem na Madeira como existem em muitos outros locais, mas caracterizam-se aqui como em muitos ambientes mais pequenos, por uma maior proximidade entre jornalistas e fontes, que são muitas vezes os próprios líderes de opinião.

Consequência da maior proximidade entre jornalistas, fontes e leitores, é exercida uma grande pressão sobre os profissionais de informação, nomeadamente por parte do poder político, que não hesita em enviar mensagens a directores e chefes de redacção – e a jornalistas, a emitir “notas oficiais”⁶¹ e em passar “recados” no decorrer de acontecimentos públicos.

Na Madeira como em toda a parte, os jornalistas têm de proteger-se “*das pressões para se conformarem, que surgem de sistemas muito latos, bem como das pressões políticas exteriores, que o próprio poder dos meios de comunicação tende a estimular*”⁶². E é provavelmente aqui que se nota a maior deficiência do jornalismo na Madeira, mais concretamente a sua incapacidade de escapar à tentação de se aproximar dos políticos, e especialmente do poder político.

As regras deontológicas aplicam-se aos jornalistas da Madeira da mesma forma que aos do resto do país, mas se as regras de objectividade e distanciamento já são difíceis de cumprir em universos mais amplos, num espaço por natureza limitado este ideal torna-

⁶¹ --, Déficit Democrático- Intervenções do Grupo Parlamentar do PS/Madeira na Interpelação ao Governo Regional da RAM em 22 de Abril de 1992, ed. Grupo Parlamentar PS-ALR, Funchal, 1992. P. 14. De acordo com Gregório Gouveia, terão sido mais de 150 entre 1978 e 1992.

⁶² NOELLE-NEUMANN, Elisabeth, Os efeitos dos meios de comunicação na pesquisa sobre os seus efeitos, in ESTEVES, João Pissarra (Org.), Comunicação e Sociedade – os efeitos sociais dos meios de comunicação de massas, col. Media e Jornalismo, ed. Livros Horizonte, Lisboa, 2002.

se ainda menos exequível. Estes dois princípios são principalmente postos em causa pelo número limitado de fontes existentes, e pelo facto de se verificar uma “sobrelotação” do espaço disponível. As fontes são proporcionalmente menores em número que em universos mais extensos, pelo que em muitos casos se nota uma dependência inusitada dos jornalistas em relação a algumas fontes de informação. A preocupação com a verificação da informação torna-se assim mais difícil de cumprir, do que resultam imprecisões, erros e peças desequilibradas – com a consequente perda de credibilidade por parte dos órgãos de comunicação como um todo. Em muitos casos a agenda prosseguida pelos jornais regionais é já criada pelas fontes a pensar no consumo pelos seus interlocutores, e pensada de forma a dificultar o processo de confirmação da informação.

Uma outra situação que se verifica é a tentação da auto censura por parte dos jornalistas, consequência, mais uma vez, da grande proximidade existente entre jornalistas e fontes, já que indispor-se com uma fonte é fechar uma série de portas, e eventualmente permitir mesmo que um órgão de comunicação concorrente – ou mesmo um colega do mesmo jornal – tenha um acesso facilitado a pessoas e/ou entidades que até aí eram praticamente feudos de um único jornalista

Outro factor que caracteriza o jornalismo madeirense é a extrema agressividade do discurso do poder, com o trabalho dos jornalistas a ser constantemente posto em causa, com acusações frequentes de ligações ao Partido Comunista, bem como de “*influências maçónicas, da CIA e da Trilateral*”. Escusado será dizer que os jornalistas acabam muitas vezes por se refugiar na auto-censura, de forma a reduzir a carga de protestos de que são alvo...

Na Madeira como no resto do país coexistem diferentes meios de comunicação, com várias formas. Existe um canal de televisão (RTP/Madeira) e a RDP emite para toda a Região. O acesso aos canais nacionais já é possível, através de uma rede de televisão por cabo⁶³. As emissões de rádio cobrem a totalidade das ilhas da Madeira e do Porto Santo, coexistindo rádios locais, regionais e nacionais.

⁶³ Na sequência de um protocolo assinado entre os governos Regional e da República, a Madeira recebe gratuitamente os sinais da RTP1, RTP2, SIC e TVI, tendo os telespectadores apenas de adquirir um

Em termos do mercado actual, a maior tiragem é indubitavelmente a do “*Diário de Notícias*”, seguindo-se a do “*Jornal da Madeira*”. O “*Tribuna da Madeira*” e o “*Notícias da Madeira*” são semanários, pelo que obedecem a regras diferentes e não partilham do mesmo mercado dos diários, tendo públicos distintos.

O “*Diário de Notícias*”, consequência da forma como domina o mercado regional, não tem nenhum público específico, sendo certamente o mais generalista dos diários. O “*Jornal da Madeira*” é normalmente mais conotado com o poder vigente. O “*Tribuna da Madeira*” terá a faixa de mercado com maiores níveis de formação, embora o “*Diário de Notícias*” seja visto na Madeira como sendo de leitura quase obrigatória.

O “*Diário de Notícias*” está ligado aos grupos Blandy e Lusomundo, que detém, na totalidade ou em parte, o capital da TSF, do “*Diário de Notícias de Lisboa*”, do “*Jornal de Notícias*” e do “*Açoriano Oriental*”. Por seu lado, o “*Diário de Notícias*” da Madeira detém participações na TSF-Madeira, no “*Correio de Caracas*” (Venezuela) e no “*Século de Joanesburgo*” (África do Sul), cobrindo assim os mercados da diáspora madeirense.

O “*Jornal da Madeira*” pertence ao Governo Regional (90%) e à Diocese do Funchal (10%), e detém a “*Rádio Jornal da Madeira*”. O “*Notícias da Madeira*” está ligado a um grupo familiar, a Controlmedia, que também é proprietário de uma série de estações de rádio locais, enquanto o “*Tribuna da Madeira*” pertence a um grupo industrial com várias unidades fabris no Parque Empresarial da Zona Oeste e na Zona Franca do Caniçal.

Todos estes meios de comunicação desenvolveram, ou estão a desenvolver, presenças on-line, mais ou menos constantes, com a disponibilização, ou não, de serviços complementares, com a necessidade, ou não, de se proceder a um registo, e com objectivos comerciais mais ou menos conseguidos.

A tendência que se vem verificando em termos de conteúdo aponta para uma homogeneização crescente do conteúdo dos jornais, decorrente também da necessidade

descodificador digital. O sistema entrou em funcionamento em 2005, sendo o sinal distribuído pela Cabo TV Madeirense, que passou a facultar aos seus clientes a possibilidade de optar pelo *Pacote Zero*, que inclui apenas os cinco canais: RTP1, RTP2, SIC, TVI e RTP/M.

de garantir um volume de leitores que justifique a sua produção. A pressão no sentido de garantir um crescimento faz com que se procure uma estandardização de conteúdos que passa por encontrar o mínimo denominador comum na população, o que acabará necessariamente por frustrar os leitores com maiores níveis de formação. É por esta razão que se vem assistindo ao surgimento de um número crescente de suplementos, destinados a satisfazer as aspirações deste segmento de mercado.

O facto da tiragem do “*Diário de Notícias*” ser mais do que duas vezes superior à dos seus concorrentes – juntos – faz com que o mercado esteja desequilibrado à partida⁶⁴: em igualdade de circunstâncias será muito mais fácil a um jornalista do Diário garantir uma “catcha”, porque o alcance da informação será muito maior que o obtido através do seus concorrentes. O mesmo verifica-se certamente em termos do mercado da publicidade: embora os preços desta sejam mais altos no DN, o público que este alcança acaba por compensar os custos acrescidos.

Em termos da produção dos jornais propriamente dita, o “*Diário de Notícias*” e o “*Notícias da Madeira*” partilham de ferramentas informáticas semelhantes, e numa fase da sua vida ambos os jornais corriam sobre os mesmos servidores. Todos os diários são impressos na mesma tipografia, embora as crescentes exigências por parte do “*Diário de Notícias*” – em termos dos seus vários suplementos – estejam a levar a Grafimadeira aos limites. Surgem aliás referências à possibilidade de uma parceria entre Diário de Notícias, Jornal da Madeira e Grafimadeira adquirir uma rotativa.

Os diários produzidos na Madeira são comercializados fundamentalmente por assinatura, e têm distribuição porta a porta, assegurada por uma empresa do grupo “*Diário de Notícias*”, a SDIM. O que leva a que mesmo os seus concorrentes mais directos tenham de facultar a uma empresa do grupo a sua lista de assinaturas... Uma aposta do Jornal da Madeira para se abrir a um público mais vasto levou à distribuição gratuita da publicação numa série de percursos de autocarro, urbanos e suburbanos. Em termos de consumo, os diários são lidos muito frequentemente de manhã, ainda em

⁶⁴ Tiragens diárias médias aproximadas em Agosto de 2006:

| | |
|---------------------|----------------------------|
| Diário de Notícias: | 18.000 exemplares (diário) |
| Jornal da Madeira: | 6.000 exemplares (diário) |

| | |
|----------------------|-------------------------------|
| Notícias da Madeira: | 2.000 exemplares (semanário) |
| Tribuna da Madeira: | 10.500 exemplares (semanário) |

casa, ou então num qualquer intervalo durante o dia nos inúmeros cafés que disponibilizam o uso de um jornal aos seus clientes.

Os mercados de informação e de publicidade estão naturalmente limitados pelo facto da Madeira ser uma ilha. Um número limitado de fontes e de consumidores de informação, bem como de anunciantes, faz com que estes mercados funcionem como “mercados de soma zero”, em que todos os ganhos de um actor se traduzem em perdas de outro ou outros actores. A competição pelas fontes, leitores e anunciantes faz com que o mercado seja extremamente duro para com os meios de comunicação e com os jornalistas.

Durante muitos anos o mercado local circunscreveu-se ao “*Diário de Notícias*” e ao “*Jornal da Madeira*”, pelo que o surgimento do “*Notícias da Madeira*” e do “*Tribuna da Madeira*” acabaram por dividir o “bolo” publicitário e de fontes de informação por mais títulos.

Quando se pensa num meio de comunicação social, o termo venda surge a vários níveis. Pode ser visto como a necessidade crescente de vender publicidade. Nenhum jornal na actualidade depende meramente das suas “vendas” físicas, com a publicidade a ser responsável por uma parcela cada vez maior dos proveitos dos media. Neste contexto interessará que os media tenham a maior circulação possível, tendo também em conta a lei da diminuição dos retornos. Esta visão já foi levada a cabo por alguns órgãos de comunicação na Madeira, sendo um caso paradigmático o do “*Jornal da Madeira*”, que como forma de aumentar a circulação acordou a sua distribuição gratuita a bordo de transportes públicos.

O maior capital de um jornal é a credibilidade que merece junto aos seus leitores, e é isto que lhe dá força. Para a manter, o jornal tem de construir uma ilusão de realidade, embora em muitos casos a informação já chegue à redacção do jornal com vários “inputs” distintos, cada um deles com uma agenda e interesses próprios.

Consequência disto, o jornalista realista “*nunca identifica a origem do seu discurso com a realidade, mas, sempre e somente, tão longe quanto se possa ir, com um real já*

escrito, com um código prospectivo, ao longo do qual, e a perder de vista, nada mais se pode encontrar que uma fiada de cópias”⁶⁵.

Os jornalistas reivindicam muitas vezes o facto de relatarem a verdade. Mas o facto de muitas vezes serem objecto de pressões – de maior ou menor grau – acaba por condicionar, se não a percepção que têm da realidade, pelo menos aquilo que dela “passam” aos seus leitores.

O jornalista deve ser, pelo estatuto que lhe impõe a profissão, um realista, e deve sê-lo também, talvez sobretudo, quando procede ao relato da realidade a que foi exposto. De acordo com Cristina Ponte, a “*relação com o real será marcada por uma observação desapaixonada e aparentemente desinvestida de emoções e preconceitos, uma atenção às pessoas e aos seus ambientes pautada por distanciação e respeito, a assunção de um lugar mediador e discreto por parte do narrador*”⁶⁶.

3. Breve caracterização dos meios de informação

O primeiro jornal a publicar-se na Madeira terá sido, de acordo com o Elucidário Madeirense⁶⁷, o “*Patriota Funchalense*”, propriedade de Nicolau Caetano Bettencourt Pitta, o seu primeiro redactor. O seu primeiro número foi impresso em 1821⁶⁸.

Até ao primeiro quartel do século XX as publicações foram-se multiplicando, mas a esmagadora maioria era efémera, tratando-se muitas vezes de jornais que serviam para apoiar correntes políticas, e que subsistiam enquanto havia capacidade financeira para os sustentar. Eram principalmente casos de imprensa panfletária, e as excepções foram tão efémeras como a regra.

A publicação mais duradoura foi sem dúvida o “*Diário de Notícias*”, fundado em 1876, sendo apenas quase 50 anos depois que surge o seu concorrente do século XX, o

⁶⁵ S/Z, citado por REBELO, José, O discurso do jornal, col. Media e Sociedade, ed. Editorial Notícias, Lisboa, 2002 (2002), p. 113.

⁶⁶ PONTE, Cristina, Leitura das notícias – contributos para uma análise do discurso jornalístico, col. Media e Jornalismo, ed. Livros Horizonte, Lisboa, 2004, p. 26.

⁶⁷ SILVA, Fernando Augusto da, e MENEZES, Carlos Azevedo, Elucidário Madeirense (versão em CD-ROM), ed. Centro de Estudos de História do Atlântico, Funchal.

⁶⁸ A listagem dos jornais publicados entre 1821 e 1923 está no Anexo I.

“*Jornal da Madeira*”. Já mais recentemente – já na década de 1990 – surgiram também o “*Notícias da Madeira*” (que começou como diário e é agora um semanário) e o “*Tribuna da Madeira*” (um semanário).

Curiosamente, existiram na Madeira duas publicações impressas em inglês, o que atesta da importância da comunidade inglesa na Região.

Também é interessante verificar que muita da imprensa que se fez na Madeira nestes anos ostenta títulos de intervenção, ou que permite aferir que os seus objectivos seriam a crítica, social e/ou política: “*A Lucta*”, “*O Cacete*”, “*O Chicote*”, “*A Chacota*” ou “*A Risota*”, para citar apenas alguns exemplos, ou títulos que permitem identificar objectivos da imprensa moderna, depois da criação da “penny press”, como “*O Vigilante*”, “*A Sentinella*”, “*O Imparcial*”, “*Ideia*” ou “*Debate*”, bem como “*O Baratíssimo*”.

Depois da Primeira República os títulos continuam a suceder-se, embora a um ritmo menos acelerado, e a censura fez sentir a sua acção, embora na Madeira talvez menos que no Continente, o que acabou por permitir o aparecimento aqui de um jornal que se tornou famoso pelo seu intervencionismo: O “*Comércio do Funchal*”, o “jornal cor-de-rosa”, que tinha por chefe de redacção Vicente Jorge Silva.

Foi já depois do 25 de Abril que surgiram os títulos mais recentes, como “*O Imparcial*”, o “*Notícias da Madeira*” e o “*Tribuna da Madeira*”, sendo que estes dois últimos, a par do “*Diário de Notícias*” e do “*Jornal da Madeira*” continuam a ser publicados, embora o *Notícias da Madeira* tenha passado de diário a semanário, entrando assim no espaço do *Tribuna*, desenhado à partida como semanário.

Um jornal também se “vende” em termos físicos. As assinaturas dizem respeito à venda – paga antecipadamente – de edições do jornal. O mesmo se aplica aos exemplares que são vendidos em tabacarias, e ao longo de todo o canal de distribuição de um jornal.

Finalmente, um jornal também se “vende” em termos de imagem. Os leitores “compram” uma imagem, uma imagem com a qual se identificam, ou não – caso em que deixarão de comprar o jornal, a circulação cairá, e os proveitos com publicidade também. E será esta imagem, acima de todas as outras, que constitui a grande vantagem

competitiva do “*Diário de Notícias*” na Madeira. E tendo ganho esta batalha, será em princípio o ganhador das outras batalhas pelas vendas.

Esta é a “venda” mais difícil de assegurar, também porque as pessoas gerem os seus preconceitos, e têm relutância em abandonar os juízos de valor que já fizeram. E será acima de tudo por isto que o “*Diário de Notícias*” continuará a dominar na Madeira. E é também por isto que interessa ao Diário ser visto como “oposição” a Alberto João Jardim, gerindo uma situação em que o conflito é dominante. A opinião pública já “comprou” que só o Diário é que faz frente a Jardim...

Há estratégias definidas para incrementar as vendas de um determinado bem ou serviço. O mesmo se aplica a um jornal. Neste caso, há vários critérios que devem entrar na equação: a capacidade de gerir a divulgação de novidades, bem como de gerar credibilidade e, tão importante como esta, pelo menos em termos do subconsciente, afinidade.

Uma das características menos interessantes da imprensa é que a sua actividade principal não é suficientemente rentável para suportar os custos que lhe são inerentes, pelo que é preciso procurar meios financeiros em actividades paralelas, que são por vezes de conciliação difícil com a actividade principal. Mas que acabam por ser toleradas por todos – desde produtores a consumidores – porque são a única maneira de tornar rentáveis os meios de comunicação e, em última análise, de garantir a sua sobrevivência.

A publicidade permitiu o desenvolvimento da imprensa, assegurando a rentabilidade dos jornais, mas os desenvolvimentos mais recentes podem acabar por limitar a eficácia da imprensa, já que em alguns casos já é difícil distinguir entre aquilo que é informação e aquilo que é comunicação institucional. Esta situação dúbia retira credibilidade à imprensa, tirando-lhe simultaneamente parte do seu poder e parte da capacidade de funcionar como “árbitro” da sociedade moderna.

Aquilo que interessa a uma empresa é fazer passar a sua mensagem, e proteger o seu produto. Aquilo que cabe à imprensa é garantir que o que passa – pelo menos em termos de informação – corresponde à verdade e é de interesse para o público.

“A estatística serve para transformar a informação em conhecimento⁶⁹”

III. A situação actual: estratégias empregues

Ao longo de toda a primeira parte deste trabalho foram desenvolvidos conceitos e pressupostos, teóricos e consuetudinários, que sendo em muitos casos de conhecimento geral, não dispensam uma explicação contextualizante. Esta explicação pretende dar a conhecer a evolução por que estes conceitos e costumes passaram ao longo dos tempos, bem como a forma como diferentes tradições a aplicaram na prática.

Muitas das referências feitas à vivência da imprensa – mais uma vez utilizada aqui como sinónimo de comunicação social – na Madeira permitiam constatar que nem tudo estava bem. Uma conclusão que se impunha verificar, para o que se utilizaram dois mecanismos distintos, um com características quantitativas, de forma a tornar possível uma generalização da informação recolhida, outro de cariz qualitativa, que permitiu uma exploração mais aprofundada do conhecimento e da experiência de cada um dos entrevistados.

⁶⁹ PESTANA, Dinis, em entrevista à TSF.

1. Inquéritos e entrevistas

No âmbito deste trabalho foi realizado um inquérito por questionário aos jornalistas que operam na Madeira. Em termos gerais, podemos aceitar que o inquérito por questionário se define “*como uma interrogação particular acerca de uma situação englobando indivíduos, com o objectivo de generalizar*”, caso em que “*o investigador intervém colocando questões, mas sem intenção explícita de modificar a situação na qual actua enquanto inquiridor*”⁷⁰.

A informação resultante da aplicação do questionário é quantificada, obtendo-se os dados que viabilizam o tratamento estatístico. O conhecimento não advém assim das respostas de um indivíduo, mas das respostas de todo o conjunto de inquiridos.

Tem ainda a vantagem de, depois de ter sido desenhado ou adaptado o questionário, se tornar relativamente simples a sua aplicação a um conjunto relativamente grande de sujeitos. Instrumento de investigação quantitativa por excelência, o inquérito por questionário procura assegurar a expressão numérica de uma realidade objectiva, privilegiando por isso números e medidas.

Concretamente em relação ao questionário aplicado aos jornalistas madeirenses no âmbito deste estudo, o questionário é formalmente constituído por vários grupos de questões fechadas, e por uma questão aberta, de resposta opcional, tendo sido aplicado aos jornalistas madeirenses no início de 2006.

Os resultados do questionário, depois de tratados, foram completados por entrevistas, um método eminentemente qualitativo. É difícil afirmar qual dos dois métodos é melhor. Cada um é utilizado para obter dados distintos de uma mesma realidade, pelo que talvez seja mais correcto aceitá-los como complementares. Há “*vantagens e desvantagens em cada um dos paradigmas de investigação e que dados de natureza*

⁷⁰ GHIGLIONE, Rodolfe, MATALON, Benjamin, *O Inquérito – Teoria e Prática*, col. Métodos e Técnicas, Celta, Oeiras, 1993, p 8.

quantitativa e qualitativa podem ser recolhidos, com claras vantagens, no processo de resolução do mesmo problema”⁷¹.

A entrevista, enquanto método de investigação qualitativa, permite “*recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo*”⁷². Bogdan e Biklen vão mesmo mais longe, e consideram que uma investigação será tanto mais qualitativa quanto mais das cinco condições seguintes forem cumpridas: “*na investigação qualitativa a fonte directa dos dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal (...) - A investigação qualitativa é descritiva. Os dados recolhidos são em forma de palavras ou imagens, e não de números (...) – Os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados (...) – Os investigadores qualitativos tendem a analisar os seus dados de forma indutiva (...) – O significado é de importância vital na abordagem qualitativa*”⁷³.

Por outro lado, se a questão do observador afectar os resultados já é um risco a ter em conta na recolha de informação quantitativa, essa questão torna-se ainda mais pertinente em termos das entrevistas, sendo assim necessário ter uma noção muito clara da forma como a percepção da realidade foi afectada, e em que medida continuam válidas as conclusões tiradas. Por outras palavras, no processo de recolha de informação qualitativa, é “*excessivamente fácil que os preconceitos e atitudes dos investigadores influenciem os dados*”⁷⁴. Razão por que esta forma de investigação tem de ser desenvolvida sempre com a maior cautela.

As entrevistas qualitativas variam quanto ao seu grau de estruturação. Algumas, embora relativamente abertas, centram-se em tópicos determinados ou podem ser guiadas por questões gerais. É importante não controlar excessivamente a entrevista, já que “*quando o sujeito não consegue contar a sua história em termos pessoais, pelas suas próprias palavras, a entrevista ultrapassa o âmbito do qualitativo*”⁷⁵. Esta foi aliás a razão

⁷¹ FERNANDES, Domingos, *Notas sobre os Paradigmas da Investigação em Educação* in Noesis n. 18, ed. Instituto da Inovação Educacional, Lisboa, 1991, p 66.

⁷² BOGDAN, Robert, BIKLEN, Sari, *Investigação qualitativa em educação – uma introdução à teoria e aos métodos*, Porto Editora, Porto, 1994, p 134.

⁷³ Idem, p 48-50.

⁷⁴ Idem, p 67.

⁷⁵ Idem, p 135.

porque se procuraram entrevistados com experiência suficiente para garantir que a informação veiculada seja afectada o menos possível pela presença do investigador.

2. Inquéritos

2.1. Os sujeitos

Em contactos com a delegação regional do Sindicato dos Jornalistas foi possível determinar que o universo correspondia a cerca de 200 profissionais, tendo sido elaborada uma lista nominal dos jornalistas activos na Região. Este número corresponde ao número de jornalistas portadores de carteira profissional que exercem funções na Região Autónoma da Madeira, independentemente de trabalharem para órgãos de comunicação locais ou nacionais.

De acordo com a Comissão da Carteira Profissional de Jornalistas⁷⁶, são jornalistas os cidadãos maiores de dezoito anos que façam do jornalismo a sua actividade principal, permanente e remunerada. Por actividade jornalística entende-se o exercício de funções de pesquisa, recolha, selecção e tratamento de factos, notícias ou opiniões, através de texto, imagem ou som, destinados a divulgação informativa pela imprensa, por agência noticiosa, pela rádio, pela televisão ou por outra forma de difusão electrónica.

A profissão de jornalista inicia-se com um estágio obrigatório, a concluir com aproveitamento, com a duração de 24 meses, sendo reduzido a 18 meses em caso de habilitação com curso superior, ou a doze meses em caso de licenciatura na área da comunicação social ou de habilitação com curso equivalente, reconhecido pela Comissão da Carteira Profissional de Jornalista.

É condição do exercício da profissão a habilitação com o respectivo título. Ao titular da carteira profissional de jornalista são garantidos, quando no exercício das suas funções, todos os direitos previstos na Lei de Imprensa e no Estatuto do Jornalista: liberdade de expressão e de criação; liberdade de acesso às fontes de informação; garantia de sigilo profissional; e garantia de independência.

⁷⁶ URL www.ccpj.pt

Foi determinado que, dado o pequeno número de profissionais envolvidos, seria mais conveniente aplicar o questionário a todo o universo dos jornalistas madeirenses, sendo que isto foi feito ao longo dos primeiros meses de 2006.

Aquando da aplicação do questionário, foi possível constatar que esta lista de jornalistas com carteira profissional a trabalhar na Madeira estava desactualizada, e que era válida em apenas cerca de 65% dos casos. A população que se pretendia inquirir estava assim limitada a 156 indivíduos. Destes, cerca de metade (45%) respondeu ao inquérito – o que fez com que o número de respostas se ficasse pelas 70.

Desta forma, acabou por se formar uma amostra aleatória simples, formada por default, devido às não-respostas de alguns elementos do universo.

| | <i>Total</i> | <i>Respostas</i> | <i>%</i> |
|---------------------------------|-------------------|------------------|------------------|
| <i>Bola</i> | <i>1</i> | <i>1</i> | <i>100</i> |
| <i>Diário de Notícias</i> | <i>40</i> | <i>20</i> | <i>50</i> |
| <i>Garajau</i> | <i>1</i> | <i>1</i> | <i>100</i> |
| <i>Jornal da Madeira</i> | <i>32</i> | <i>13</i> | <i>40</i> |
| <i>Notícias da Madeira</i> | <i>13</i> | <i>4</i> | <i>30</i> |
| <i>Posto Emissor do Funchal</i> | <i>3</i> | <i>3</i> | <i>100</i> |
| <i>RDP</i> | <i>14</i> | <i>5</i> | <i>36</i> |
| <i>RTP</i> | <i>34</i> | <i>11</i> | <i>32</i> |
| <i>Saber</i> | <i>3</i> | <i>3</i> | <i>100</i> |
| <i>Tribuna</i> | <i>10</i> | <i>6</i> | <i>60</i> |
| <i>TSF</i> | <i>5</i> | <i>3</i> | <i>60</i> |
| <i>Total</i> | <i>156</i> | <i>70</i> | <i>45</i> |

As alíneas finais do questionário serviram para recolher dados relativos à caracterização da amostra. Foram recolhidas informações relativas ao sexo, à idade, à formação, à experiência e ao local de trabalho de cada um dos jornalistas participantes.

Assim, e começando pelo mais simples, da amostra analisada 39% dos jornalistas são do sexo feminino, e 61 do masculino. Em termos de idade, 34% têm entre 18 e 30 anos, 43% estão entre os 31 e os 40 e 23% têm mais de 41 anos.

No que diz respeito á experiência profissional, 27% têm entre 2 e 5 anos de serviço, 34% entre 6 e 10 e 39% têm mais que 10 anos de serviço.

Finalmente, da amostra analisada, 29% trabalham no Diário de Notícias, 19% no Jornal da Madeira, 16% na RTP, 9% no Tribuna da Madeira, 7% na RDP, 6% no Notícias da Madeira, 4% no Posto Emissor do Funchal, na TSF e na Saber, e 1,5% na Bola e no Garajau.

2.2. O instrumento

O questionário foi desenhado, à partida, para poder ser lido de duas formas distintas. No contexto do tratamento que lhes foi dado pelas organizações que criaram os questionários e, depois do tratamento estatístico adequado, como um questionário independente.

O estudo da RSF/Reporters Without Borders colige as respostas no sentido de criar uma lista em que está melhor o país que acumular o menor número de pontos, distribuídos entre 0,50 (melhores) e 109,00 (pior). O índice “mede” a liberdade de que os jornalistas e media dispõem em cada país, e os esforços desenvolvidos pelos governos de forma a garantir o respeito pela liberdade de imprensa. O questionário regista o envolvimento legal que se aplica aos media (como punições por delitos de imprensa, monopólios estatais em algumas áreas e a existência de uma unidade reguladora) e o comportamento do Estado face aos media públicos e à imprensa externa. Também são tidas em conta as ameaças à livre circulação de informação na Internet. A RSF/Reporters Without Borders tem em conta não apenas os excessos perpetrados por entidades estatais, mas também os que são levados a cabo por milícias armadas, organizações secretas e grupos de pressão que constituam ameaças sérias à liberdade de imprensa.

O índice é uma imagem da situação baseada em acontecimentos entre 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2005. Só tem em conta a liberdade de imprensa, não abrangendo

quaisquer outras violações – ou ausência de violações – noutras áreas. Finalmente, o índice não é um indicador da qualidade do media. A RSF/Reporters Without Borders considera que a liberdade de imprensa deve ser garantida independentemente do conteúdo dos media, pelo que quaisquer desvios de ética ou de deontologia profissional não foram tidos em conta.

O estudo da Freedom House é repetido todos os anos desde 1980, e é baseado em critérios universais. O estudo atribui pontos com base em 23 questões metodológicas, o que permite uma mais fácil comparação entre países, bem como uma análise do evoluir da situação de ano para ano. Quanto menos pontos, melhor a classificação. De 0 a 30 pontos os media de um país são considerados “livres”, de 31 a 60 “parcialmente livres” e de 61 a 100 “não livres”.

A análise do nível de liberdade de imprensa levada a cabo pela Freedom House passa pela colocação de 23 questões metodológicas divididas em três grandes categorias: a lei, a política e a economia. Para cada questão metodológica, uma pontuação menor reflecte uma situação de maior liberdade, enquanto uma pontuação maior reflecte o inverso. A natureza diversa das questões pretende cobrir as várias formas que podem ter as pressões sobre o fluxo de informação e a capacidade de imprimir, emitir ou publicar na Internet: em resumo, pretende-se representar toda a estrutura que permite o funcionamento de um órgão de comunicação. Cada unidade territorial é avaliada no âmbito destas três categorias, com os valores mais altos a denotar menos liberdade. Uma pontuação total de 0 a 30 está na área da imprensa Livre, de 31 a 60 na imprensa Parcialmente Livre, e de 61 a 100 na imprensa Não Livre.

A categoria “lei” envolve a análise das leis e regulamentos que possam influenciar o conteúdo dos media e a inclinação do governo utilizar estas leis e regulamentos para restringir a liberdade de operação dos media. São avaliados os impactos reais das garantias legais e constitucionais para a liberdade de imprensa; os aspectos potencialmente negativos da legislação de segurança, do código penal e de outras normas legais; penalizações por difamação; a existência e utilização de legislação de livre acesso à informação; a independência dos tribunais e dos órgãos de regulação dos

media; a necessidade de registo dos media e dos jornalistas; e a possibilidade das associações de jornalistas de operar livremente.

Em termos da “política”, avalia-se o grau de controlo político sobre o conteúdo dos media. As questões analisadas vão desde a independência editorial dos órgãos de comunicação públicos e privados; o acesso à informação e às fontes; censura oficial e auto-censura; a vivacidade dos media; a capacidade dos media externos e locais cobrirem notícias de forma livre e sem limitações indevidas; e a intimidação de jornalistas pelo Estado e por outras organizações, incluindo a detenção e prisão arbitrárias, violência e outras ameaças.

A “economia” analisa o ambiente em que funcionam os media. Esta questão inclui a estrutura de propriedade dos media; a transparência e concentração de propriedade; os custos de criação de meios de comunicação, bem como custos de produção e distribuição; a recusa selectiva de publicidade ou subsídios pelo Estado e outros actores; o impacto da corrupção e suborno no conteúdo; e a medida em que a situação económica da unidade territorial afecta o desenvolvimento dos media.

A tradução e adaptação para língua portuguesa, a partir da versão original, em inglês, dos dois questionários, foi feita por um tradutor profissional com experiência na área da comunicação social, de modo a aumentar a probabilidade das expressões utilizadas corresponderem às habitualmente utilizadas pelos destinatários do instrumento. A tradução foi posteriormente verificada por dois licenciados em Comunicação Social com experiência em jornalismo, com o objectivo de se identificarem eventuais discrepâncias entre a versão original e a traduzida.

Depois de obtida a versão final do questionário foi testada a sua aplicabilidade transcultural, o que foi feito através da sua aplicação a um grupo de teste, criado para o efeito. O objectivo desta fase foi verificar a compreensibilidade geral dos itens, a adequação das dimensões/itens à realidade sócio-cultural portuguesa, e a presença de redundâncias e/ou ausências de itens relevantes. O questionário foi incluído, na íntegra, neste documento, constituindo um dos documentos presentes em anexo⁷⁷.

⁷⁷ Anexo II.

Embora, em relação ao estudo da RSF/Reporters Without Borders, não tenham sido colocadas no questionário todas as alíneas do estudo original⁷⁸ – não faria sentido inquirir jornalistas madeirenses sobre se se deram assassinatos de jornalistas, ou se milícias armadas ou organizações secretas têm regularmente por alvo jornalistas – este facto não invalida a comparação com os resultados de outras entidades territoriais, já que os resultados nulos que seriam atribuídos a estas questões não afectam a classificação final da unidade territorial.

Trata-se de um instrumento de auto-preenchimento, com cinco grupos obrigatórios, os primeiros três oriundos do estudo da RSF/Reporters Without Borders, e os dois últimos da Freedom House⁷⁹. Cada um dos itens do questionário foi cotado segundo uma escala de tipo Likert, com quatro (grupos D e E) ou seis (grupos A, B e C) opções possíveis. A opção pela utilização de escalas distintas para as duas partes do estudo decorre da vontade de manter os resultados deste estudo compatíveis com os dos estudos originais.

Os questionários foram impressos e entregues a jornalistas que, trabalhando nas várias redacções, os distribuíram pelos seus companheiros de trabalho de acordo com listas nominais – as listas dos jornalistas titulares de carteira profissional em cada um dos órgãos de comunicação social que operam na Madeira. Depois de preenchidos, foram devolvidos ao jornalista que os distribuiu, que os devolveu à procedência. Os questionários foram todos preenchidos num período de tempo limitado, que se estendeu ao longo de três semanas no início de 2006.

2.3. Procedimentos estatísticos

Embora o questionário tenha sido aplicado a todo o universo, o número de respostas foi inferior à dimensão deste. Tratando-se de uma parte do universo, acaba por se constituir uma amostra. Porque esta se constitui de forma aleatória, e a possibilidade de não-resposta é igual para todos os elementos do universo, chama-se à amostra uma amostra aleatória simples. Porque o peso de não-respostas não é constante, não se verifica uma

⁷⁸ Em anexo, o questionário - base da RSF/Reporters Without Borders, e as conclusões e ranking do estudo de 2005. Anexos III, IV e V, respectivamente.

⁷⁹ Questionário da Freedom House no Anexo VI.

representação fiel do universo o que significa que podem ocorrer erros de amostragem, tendo no entanto sido considerado que estes eventuais erros não invalidam os resultados já que a probabilidade de uma não resposta era igual para todos os inquiridos.

Os itens, apesar da sua natureza ordinal, foram considerados como variáveis quantitativas para efeito de cálculo, e como tal igualmente descritas por parâmetros. Embora esta não seja uma estratégia consensual, a legitimidade de tratar como variáveis quantitativas os resultados obtidos através da utilização de escalas de tipo ordinal é cada vez mais um dado adquirido nos meios científicos. De acordo com Streiner, “(...) *de um ponto de vista pragmático, pode afirmar-se que na maioria das situações (...) os resultados das escalas ordinais podem ser analisados como dados de tipo quantitativo, sem que isso introduza um enviesamento significativo*”⁸⁰.

Foi decidido utilizar para a análise estatística software específico. Neste caso, o SPSS – Statistical Package for Social Sciences⁸¹, e foram lançadas para tabelas de frequência todas as respostas às questões do questionário.

Dada a dimensionalidade dos questionários decidiu-se recorrer à Análise de Componentes Principais, que identificou, depois de uma rotação Varimax, dez factores em que agrupou os itens iniciais, o que permite que, sem perda generalizada da informação, se possam estudar apenas dez destas “novas variáveis”. As tabelas geradas pelo SPSS que permitiram esta divisão em factores estão incluídas, em anexo, no item Procedimentos Estatísticos⁸².

Uma vez definidas as novas variáveis utilizamos o coeficiente Alpha de Cronbach, que confirmou que os itens incluídos em cada factor definiam uma estrutura teórica válida e consistente pois em todos se obtiveram coeficientes iguais ou superiores a 0,6, conforme indicado na tabela a seguir.

⁸⁰ STREINER, D., NORMAN, G., *Scaling Responses in Health Measurement Scales – A Practical Guide to their Development and Use*, Oxford Medical Publications, Oxford, 1995. Pp 28-53.

⁸¹ SPSS – Statistical Package for Social Sciences, da SPSS, Inc. Versão 14.

⁸² Anexo IX.

| <i>Factor</i> | <i>Dimensão</i> | <i>Itens</i> | <i>Alpha de Cronbach</i> |
|---------------|--|-----------------------------|--------------------------|
| 1 | <i>Liberdades individuais</i> | <i>e1, e2, e3, e4, e5,</i> | <i>0,899</i> |
| 2 | <i>Direitos individuais de integração social</i> | <i>e8, e9, e11, e12,e13</i> | <i>0,857</i> |
| 3 | <i>Política e Imprensa</i> | <i>c1, c4, c5, c6</i> | <i>0,734</i> |
| 4 | <i>Política e Governo</i> | <i>a8, c2, d1, d2,</i> | <i>0,802</i> |
| 5 | <i>Transparência</i> | <i>d8, d9, e10</i> | <i>0,694</i> |
| 6 | <i>Pressões Directas</i> | <i>a1, a2, a5</i> | <i>0,762</i> |
| 7 | <i>Acesso</i> | <i>b4, b1, b2</i> | <i>0,712</i> |
| 8 | <i>Participação Cívica</i> | <i>d5, d6, d7, e14</i> | <i>0,608</i> |
| 9 | <i>Pressões</i> | <i>.a6, a7</i> | <i>0,585</i> |
| 10 | <i>Delitos de Imprensa</i> | <i>.a3</i> | |

Finalmente, foi calculada a pontuação média de cada componente, sendo-lhe atribuído um significado, e estas novas variáveis foram utilizadas para fazer cruzamentos com as variáveis demográficas. O nível de significância utilizado foi 0,05, conforme tabelas no Anexo IX – Procedimentos estatísticos.

Foram verificadas as possibilidades de relações destas novas variáveis com as variáveis demográficas que caracterizam a amostra: $p < 0,05$, para o que se utilizou o teste Kruskal-Wallis, tendo-se junto a tabela correspondente no Anexo IX.

2.4. Apresentação, leitura e discussão dos resultados

2.4.1. A Madeira vista pela Reporters Without Borders e a Freedom House

A primeira análise aos resultados passou pela integração destes na lista ordenada das organizações internacionais que criaram os questionários originais, de acordo com as regras estipuladas para o tratamento da informação recolhida pelas organizações que desenharam os questionários.

Portugal como um todo está excepcionalmente bem colocado em termos de liberdade de expressão e de opinião. Nos dois estudos referenciados, surge consistentemente dentro da linha da frente, a par de outros pequenos países da União Europeia, que lideram de

forma destacada, pelo menos dentro a EU, o processo de luta pelas liberdades de imprensa.

A RSF/Reporters Without Borders⁸³ caracteriza os países pior colocados no seu índice de liberdade de imprensa como “*buracos negros*” informativos. Nestes países uma “*uma palavra a mais, um comentário que se desvie da linha oficial ou um nome mal escrito poderia fazer com que o autor possa ser atirado para a prisão ou incorrer na ira daqueles que detêm o poder*”⁸⁴.

A RSF/Reporters Without Borders atribui a Portugal uma posição claramente positiva, mas muito distante ainda da verificada para os países comunitários mais próximos do ideal: Dinamarca, Finlândia, Islândia, Irlanda, Países Baixos, Noruega e Suíça partilham todos a primeira posição neste índice, todos com 0,50. Portugal tem 4,85 pontos (23º). O Reino Unido tem 5,17, a França tem 6,25 (mais que Cabo Verde, 6,00), a Espanha tem 8,33, a Itália tem 8,67 e os EUA têm 9,50, o que os coloca na 44ª posição.

É notório que para os jornalistas que participaram neste estudo o que se verifica na Madeira é uma situação mais distante do ideal do que a que existe no resto do país.

De acordo com cálculos levados a cabo com base no questionário da RSF/Reporters Without Borders, e tendo em conta que a exclusão de várias questões diminui a possibilidade de pontuação, o que acaba por aumentar a possibilidade de uma avaliação mais positiva para as entidades a quem foi aplicado um questionário mais reduzido. Mas a verdade é que o score relativo à Madeira é francamente pior que o do todo nacional: se Portugal teve 4,83 pontos, a Madeira logrou 7. Os jornalistas madeirenses atribuíram à Madeira pós-25 de Abril uma avaliação, em termos de liberdade de imprensa, que a deixa na mesma liga que países como a Bósnia-Herzegovina e a Coreia do Sul.

O estudo anual da Freedom House⁸⁵, por seu lado, põe Portugal em 13º lugar no ranking internacional da liberdade de imprensa, abaixo da Finlândia (1º), Islândia (1º), Suécia (1º), Dinamarca (4º), Noruega (4º), Bélgica (6º), Luxemburgo (6º), Países Baixos (6º),

⁸³ Parte do estudo da RSF/Reporters Without Borders relativa à Europa Ocidental foi integrado no Anexo IX.

⁸⁴ URL www.rsf.org – Worldwide Press Freedom Index 2005. Tradução do autor.

⁸⁵ No Anexo VII está a parte do estudo da Freedom House relativa à Europa Ocidental. O ranking está no Anexo VIII.

Suiça (6º), Nova Zelândia (10º), Palau (11º), e o grupo que inclui Portugal: Andorra, Bahamas, Liechtenstein, Mónaco e Portugal.

A Alemanha surge em 20ª posição, o Canadá e os Estados Unidos em 24ª, o Reino Unido em 30ª. A França surge em 37ª, a Espanha em 48ª. A pior classificação para um Estado membro da União Europeia é 77ª, e foi atribuída à Itália como consequência da intervenção do governo Berlusconi nas regras da RAI que vieram facilitar a instalação de um monopólio virtual das estações que aquele detinha.

E se Portugal, para ser classificado em 13º, tem 14 pontos, os jornalistas madeirenses atribuíram à Madeira uma pontuação muito pouco elogiosa de 46 pontos, o que colocaria a Região em 103º lugar na lista ordenada, entre a Bósnia-Herzegovina e Moçambique, e a Roménia, e claramente dentro do grupo das nações ditas apenas “parcialmente livres”.

c. Estudo dos resultados do questionário

A apresentação dos resultados será feita por ordem das novas variáveis obtidas por Análise de Componentes principais, e os dados dessas novas variáveis serão cruzados com os dados demográficos que nos permitem caracterizar a amostra.

O cruzamento de dados demográficos (nomeadamente a “Experiência”, a “Idade”, o “Órgão” e a “Formação”, com os novos factores permitiu gerar, através do SPSS, representações gráficas destas “novas” variáveis (“caixas de bigodes”), o que levou a uma mais fácil identificação de padrões de resposta e a consequente interpretação de resultados. Testes realizados com o SPSS permitiram verificar da existência ou não de relações directas entre as variáveis demográficas e os novos factores⁸⁶.

Para cada variável demográfica são identificados os valores limites de resposta em cada factor, enquanto a caixa identifica a metade dos valores mais próximos da mediana: os percentis 25 a 75. O traço no meio da caixa marca o percentil 50. Quando há valores que saem fora do espectro de respostas “normais” é colocado fora dos limites do gráfico

⁸⁶ Cfr anexo IX, Procedimentos Estatísticos. Estes testes permitiram aferir em que medida os cruzamentos eram legítimos.

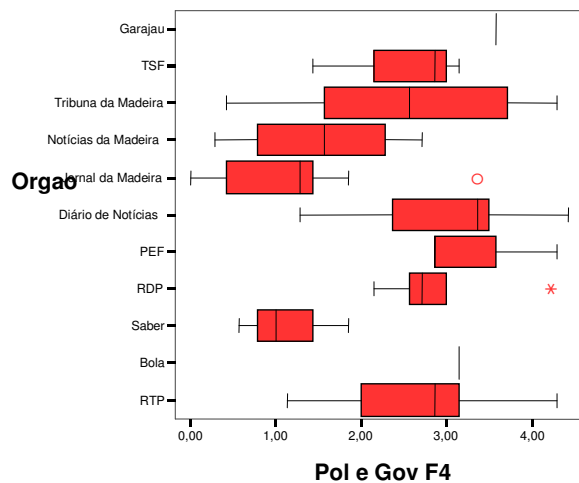
e identificado com um asterisco se se tratar de um desvio moderado e com um círculo se se tratar de um desvio extremo.

Por uma questão de manter os resultados dos questionários comparáveis com os resultados dos estudos feitos pelas instituições que os criaram, adoptou-se o sistema de deméritos utilizado. Assim, a resultado ideal é 0 (zero). Todas os outros são maus, sendo tanto piores quanto maior for o valor apurado. Os máximos são de 4 para os grupos D e E e de 6 para os grupos A, B e C.

Os resultados da nova variável “F1 – Liberdades” não podem ser cruzados com quaisquer dados de natureza demográfica, já que não existem diferenças significativas entre as respostas recolhidas. O mesmo se pode dizer em relação em relação aos factores “F2 – Direitos Individuais de Integração Social” e “F3 – Política e Imprensa”⁸⁷.

No que diz respeito a “F4 – Política e governo” os dados recolhidos podem ser cruzados com a variável “Órgão”: em termos gerais os jornalistas não confiam no Governo Regional, e desconfiam das suas intenções. As excepções a este quadro são os jornalistas do Jornal da Madeira, do Notícias da Madeira e da Saber. Estes jornais e revista têm características diferentes, o que pode justificar, de certa forma, a sua postura. O Jornal da Madeira e o Notícias da Madeira estão muito próximos do Governo Regional: num caso, trata-se de uma relação de propriedade, no outro, o proprietário é secretário-geral do PSD/Madeira. No que diz respeito à Saber, o seu conteúdo não é de molde a fomentar conflitos com o poder vigente.

⁸⁷ Cfr anexo nr. IX, Procedimentos Estatísticos.

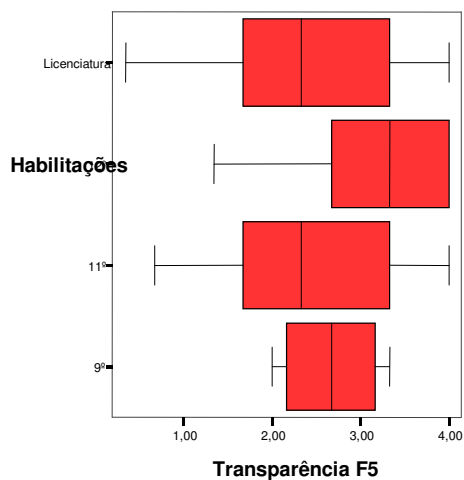
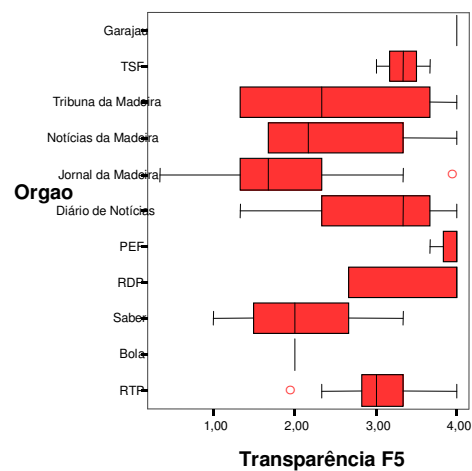
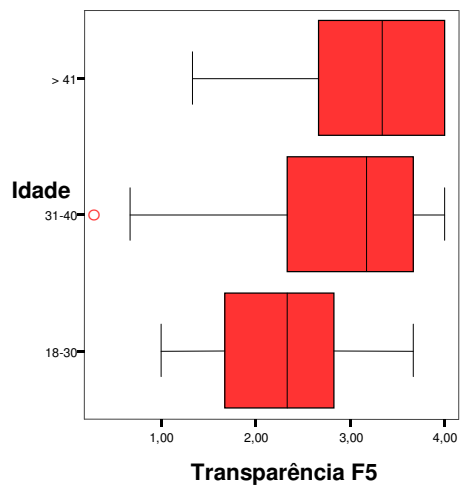


Para este factor, “F5 – Transparência” existem diferenças significativas nos cruzamentos com as variáveis demográficas “Órgão”, “Idade”, “Experiência” e “Habilitações”, mas foi determinado que havia uma correlação para as variáveis “Idade” e “Experiência”, pelo que foram tratadas juntas.

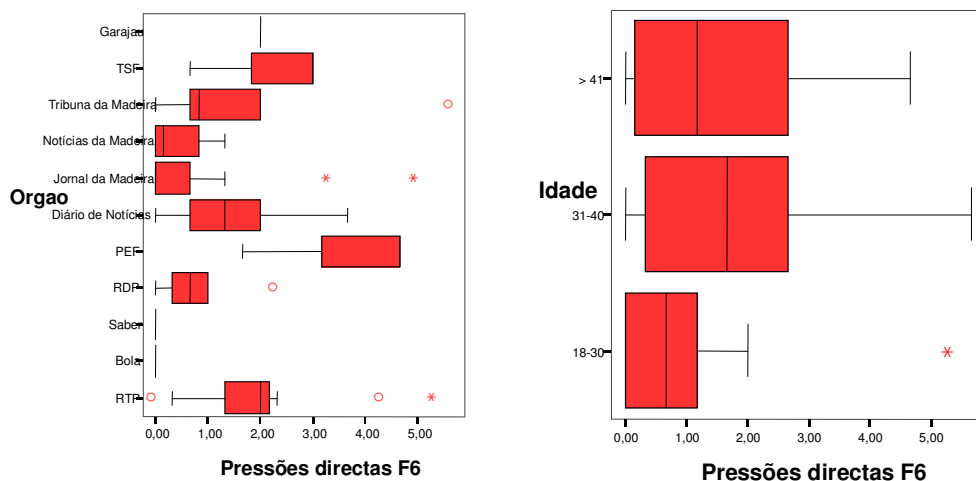
As respostas dos jornalistas às questões relacionadas com “Transparência” são muito homogêneas: em termos gerais os jornalistas consideram a acção do Governo Regional pouco transparente, e desconfiam da forma como decorrem os processos de decisão. Mais uma vez, os jornalistas do Jornal da Madeira comportam-se de maneira diferente, já que todos os outros órgãos de comunicação têm o percentil 50 das respostas no ponto 2.0 (Saber) ou à direita desta, o que deixa a grande maioria das respostas na parte menos positiva do gráfico.

O resultado do cruzamento feito do factor F5 – “Transparência” com a variável “Idade/Experiência” é muito claro. Em termos gerais, quanto mais experientes são os jornalistas, menos confiam na actuação e nas intenções do Governo Regional.

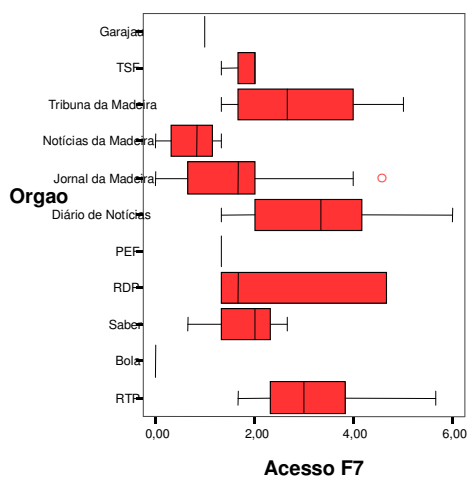
O quadro relativo às “Habilitações” é de leitura mais difícil, mas se se considerar que muitos dos quadros mais experientes dos jornais madeirenses, que são quem na maior parte dos casos chefiam as redacções, não tenham concluído licenciaturas, é natural que sejam estes quem esteja sujeito às maiores pressões. O movimento para “redacções de licenciados” é ainda recente na Madeira, pelo que são normalmente os licenciados quem beneficiou de menos experiência.



“F6 – Pressões directas” são mais sentidas, de acordo com as respostas ao inquérito aos jornalistas, nas rádios e televisão que na imprensa escrita. E nesta as pressões fazem-se sentir sobretudo em relação ao Diário de Notícias e ao Tribuna da Madeira, talvez por serem os órgãos que mais se dedicam a fazer (algum) jornalismo de investigação.



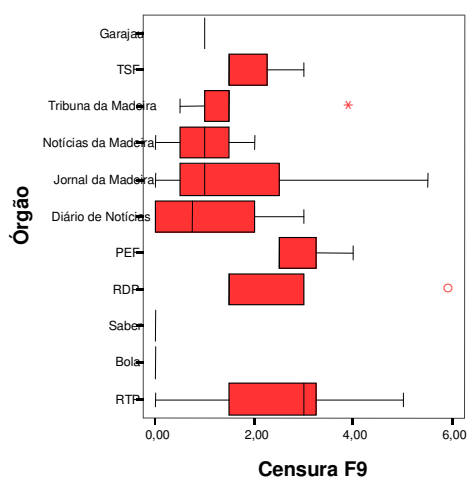
Os jornalistas do Tribuna, do Diário de Notícias e da RTP queixam-se de lhes ter sido negado “Acesso a instalações” uma realidade que é menos sentida por todos os outros órgãos de comunicação regionais, talvez por serem principalmente aqueles que praticam jornalismo de investigação. Este factor, “F7 – Acesso” só permite o cruzamento com os dados relativos ao órgão em que trabalham os jornalistas questionados.



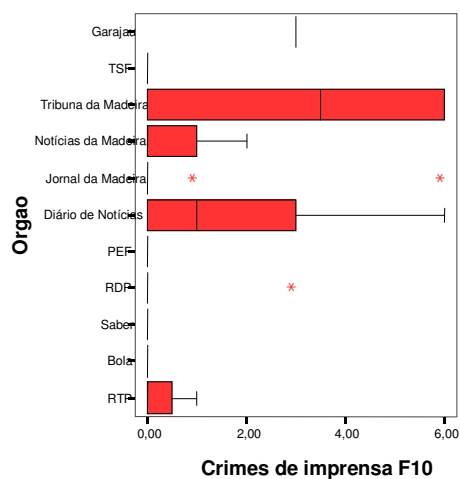
Em termos do factor “F8 – Participação cívica”, o teste de Kruskal-Wallis aponta para a não-existência de diferenças significativas entre as respostas.

O factor “F9 – Censura/Auto-censura” permite concluir que este é um problema que afecta muitos dos jornalistas que responderam ao questionário. Torna-se possível cruzar

a informação resultante, mas apenas com a variável “Órgão”. Censura/Autocensura é sofrida/praticada por todos os órgãos, embora em graus diferentes. Os jornalistas do Jornal da Madeira, do Notícias da Madeira e do Garajau sofrem-na e praticam-na, em média, mais do que os do Diário, mas menos do que todos os outros órgãos objecto de análise, excepto a Saber e a Bola, que pelos seus conteúdos estariam em princípio menos sujeitos a restrições desta ordem.



Finalmente, são os jornalistas da Tribuna da Madeira e do Diário de Notícias quem mais referem acusações indevidas de “Delitos de Imprensa”, provavelmente, mais uma vez, porque são estes órgãos quem mais se dedica a jornalismo de investigação, e quem vai mais longe em termos de informação.



Há uma resposta que não foi, até agora, tratada, e que tem a ver com a forma como os jornalistas madeirenses avaliaram os órgãos de informação regionais. Foi-lhes pedido que os ordenassem, classificando-os de 1 a 11, por ordem crescente, os órgãos em que mais confiavam. As respostas são expostas no quadro a seguir, dando conta da moda e da média das respostas:

| | <i>média</i> | <i>moda</i> |
|-------------------------------------|--------------|-------------|
| <i>RTP</i> | 4,77 | 5 |
| <i>PEF</i> | 5,25 | 4 |
| <i>RDP</i> | 3,56 | 3 |
| <i>RJM</i> | 7,56 | 9 |
| <i>TSF</i> | 4,38 | 2 |
| <i>Rádios locais (Controlmedia)</i> | 9,29 | 11 |
| <i>Diário de Notícias</i> | 2,97 | 1 |
| <i>Jornal da Madeira</i> | 7,21 | 10 |
| <i>Notícias da Madeira</i> | 7,25 | 8 |
| <i>Tribuna da Madeira</i> | 5,47 | 3 |
| <i>Garajau</i> | 6,77 | 11 |

Vemos assim que o órgão de informação em que os jornalistas que responderam ao questionário mais confiam é o Diário de Notícias. A RDP e a TSF estão muito

próximas, ambas com valores médios abaixo de 5. O Diário foi mais frequentemente colocado em primeiro lugar na lista ordenada, e a TSF em segundo. Não deixa de ser curioso que estes órgãos partilhem a mesma redacção. RDP e Tribuna da Madeira receberam mais frequentemente o 3, mas a média do Tribuna foi “carregada” com algumas avaliações menos positivas.

Os pior colocados neste índice são as rádios locais da Controlmedia, o Jornal da Madeira e o Garajau. Seria talvez previsível que, em relação a este último, as pessoas manifestam agrado profundo, ou desagrado profundo, e só assim se explica que a moda seja 11 e a média 6,77. Mas não deixa de ser sintomático que um jornal que se diz “satírico e cruel” seja considerado em média mais fiável que o jornal maioritariamente pertença do Governo Regional.

Em termos globais, e analisando o questionário como um todo, os jornalistas do Diário de Notícias e do Tribuna são quem mais se queixa de abusos/violações à liberdade de imprensa, sendo que em termos de rádios esta faceta é partilhada pelos jornalistas do Posto Emissor do Funchal, da TSF/Madeira e da RDP, e pela RTP.

O que resta? O Jornal da Madeira, que é nominalmente o jornal da Diocese do Funchal, mas em que o Governo Regional controla 98,8% do capital e para onde todos os meses transfere verbas importantes do orçamento regional – de acordo com algumas fontes mais de mil contos por dia⁸⁸. O Notícias da Madeira e as rádios locais são propriedade de uma empresa controlada pelo secretário-geral do PSD/Madeira.

As posições assumidas pelos jornalistas do Garajau, Saber e Bola não surpreendem se se tiver em conta os conteúdos destes órgãos. Os jornalistas do Jornal da Madeira e do Notícias da Madeira têm menos razões de queixa do poder regional, e a justificação para isto está provavelmente em que estes órgãos estão tão próximos do poder que as pressões se exercem de outra forma, isto é, directamente sobre as direcções e chefias de redacção destes órgãos. E que seriam estas quem – provavelmente – recomendariam circunspecção aos seus jornalistas, ou que pura e simplesmente lhes negam o espaço de manobra que faria estes profissionais questionarem mais a actuação governamental.

⁸⁸ CARVALHO, Miguel, As teias da Madeira, Visão, 20 de Janeiro de 2005.

Será sempre relevante perceber as razões que levam a que tantos jornalistas, mais de 80% dos inquiridos, considerem o Governo Regional corrupto. E que tendo esta percepção, isso não seja objecto de maiores esforços por parte dos jornalistas no sentido de encontrar provas desta corrupção, ou pelo menos desta falta de transparência.

3. Entrevistas

Uma outra parte deste trabalho passou pela realização de uma série de entrevistas a indivíduos que de alguma forma estejam ligados à comunicação social na Madeira. Tentou-se que os entrevistados representassem um leque de experiência tão vasto quanto possível, ao mesmo tempo que se procurou que fossem cobertos os quadrantes políticos mais relevantes da realidade regional madeirense.

A análise de conteúdo foi utilizada desde as primeiras tentativas de interpretar escritos antigos, nomeadamente os textos sagrados. Mas só foi sistematizada, como processo, na década de 1920 com os estudos de Leavell sobre a propaganda, ganhando então o estatuto de método de investigação⁸⁹.

Nas entrevistas, tratando-se de textos e de opiniões, e de dados qualitativos, o não-dito é tão importante como o dito, e nalguns casos manifestamente mais significativo. Compreender, refere José Rebelo citando Pierre Bourdieu, “*é também compreender as meias palavras e ler entre as linhas, operando de um modo prático (isto é, na maior parte das vezes inconsciente) as associações e as substituições linguísticas que o produtor inicialmente operou*”⁹⁰. O implícito surge assim como uma forma de “*beneficiar, simultaneamente, da eficácia da palavra e da inocência do silêncio*”⁹¹, e é assim um recurso principalmente usado pelos entrevistados mais próximos do regime, ou por aqueles que não se podem dar ao luxo de se indispor com ele.

Ao contrário da investigação quantitativa, que usa números para chegar a conclusões, a investigação qualitativa esforça-se por encontrar significado numa variedade de

⁸⁹ TRIVINOS, A. N. S., Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação, Atlas, São Paulo, 1987. P. 175.

⁹⁰ REBELO, José, O discurso do jornal, col. Media e Sociedade, ed. Editorial Notícias, Lisboa, 2002 (2000), p. 100.

⁹¹ Idem, p. 101.

informação textual, como sejam notas de caso ou de campo, artigos e entrevistas aprofundadas ou transcrições de focus-grupos.

Witzel sugere a realização de “entrevistas centradas no problema” de forma a recolher a informação mais relevante para o tratamento de uma determinada questão. A técnica foi especialmente utilizada na psicologia alemã. Este tipo de entrevista caracteriza-se por três critérios nucleares: *“a concentração no problema, isto é, a orientação do investigador para um problema social relevante; a orientação para o objecto, ou seja, os métodos são elaborados ou modificados tendo em atenção o tema da investigação; finalmente, a orientação processual, tanto no processo de pesquisa como no modo de entender o objecto da investigação”*⁹².

3.1. O instrumento

Foi criado um guião de entrevista, com os elementos a cobrir pelo processo. O guião da entrevista é concebido para apoiar a sequência de narrativa do próprio entrevistado. Mas serve, acima de tudo, como base para dar uma nova orientação à entrevista no caso de estagnação, ou se a entrevista avançar numa direcção improdutivo.

Este guião passou por uma pequena introdução por parte do investigador, a servir de enquadramento, após que deixou o maior espaço possível aos entrevistados. As intervenções do investigador limitaram-se a “re-orientações” em fases de dispersão dos entrevistados, ou quando se julgou necessário proceder a esclarecimentos, sendo nestes casos os entrevistados a intervir no sentido de explicar os conceitos e princípios que utilizavam.

3.2. Os sujeitos

Na escolha dos entrevistados houve o cuidado de escolher pessoas de vários quadrantes, com diferentes experiências de vida, mas que partilhassem um conhecimento real da

⁹² FLICK, Uwe, Métodos Quantitativos na Investigação Científica, col. Manuais de Gestão, ed. Monitor – Projectos e Edições, Lisboa, 2005. Pp 87-89.

comunicação social madeirense. Seja na óptica de “utilizador”, como leitores assíduos, quer na óptica de “actor”, como participante nos actos relatados, quer como “narrador”, ou como “gestor de narradores”. Alguns dos entrevistados cumpriam mesmo duas ou várias das condições delineadas acima.

3.3. Procedimentos

As entrevistas foram tratadas com software específico de gestão e tratamento de informação qualitativa, o programa australiano Nvivo 7, da QSR⁹³.

O software de análise de informação qualitativa ajuda-nos a aceder, gerir, moldar e analisar informação. A utilização do programa informático dispensa o investigador de uma série de tarefas manuais associadas à análise, como classificação, arrumação e preparação da informação, o que deixa mais tempo livre para que o investigador se dedique aquilo que é verdadeiramente importante: explorar tendências, construir e testar teorias, e finalmente chegar a respostas para as questões colocadas.

3.4. Análise de resultados

Parece ser opinião unânime entre os entrevistados que a situação regional está longe de ser perfeita, e está mesmo longe do que seria aceitável para uma região integrada no país e na comunidade de países a que pertence. É opinião quase unânime, entre os entrevistados, que a situação podia ser bastante melhor. E é uma opinião frequente que as raízes deste estado de coisa estão no regime “laranja” e muito particularmente no seu líder, Alberto João Jardim e na sua excepcional longevidade.

Quando é pedida uma explicação sobre as razões que levam a este estado de coisas, a resposta aponta normalmente para a convicção que as democracias que operam em espaços reduzidos serem sujeitas a maiores limitações. E quando confrontados com o facto da Islândia, um país que tem basicamente a mesma população que a Madeira, estar

⁹³ URL www.qsr.com.au.

na linha da frente em termos de liberdade de imprensa⁹⁴, os entrevistados avançam para respostas que apontam para a dificuldade de comparar países com regiões, ou que referem a longa tradição democrática ali existente.

Voltando à Madeira, um dos entrevistados apontou mesmo como base de sustentação do regime a origem política de Jardim, que herdou na Madeira as estruturas da União Nacional, e que deu ao PSD uma situação de privilégio aquando da criação das estruturas políticas regional pós-25 de Abril. Isto significaria que a Madeira viveu no 25 de Abril uma situação de ruptura com a ditadura, mas que se transformou numa “ruptura na continuidade”, e isso pode explicar muitas das atitudes de Jardim e do seu Governo, bem como os laços que mantém com a Igreja.

Todos os entrevistados dizem serem as pressões mais frequentes que a censura, embora admitam que a auto-censura é frequente. Para muitos dos entrevistados, a censura cinge-se, quase exclusivamente ao Jornal da Madeira, e será exercida, de uma forma quase transparente – pelo menos para os jornalistas –, pela direcção e chefias.

Em relação aos órgãos de comunicação mencionados nas entrevistas, estes limitam-se, em termos de análise mais profunda ao Jornal da Madeira e ao Diário de Notícias (respectivamente 17 referências em 7 entrevistas e 17 referências em 8 entrevistas). Surgem ainda referências breves ao Tribuna da Madeira, à RTP, à RDP e ao Garajau, enquanto se assiste a uma quase ausência de referências aos outros órgãos referidos no questionário.

Isto sugere uma grande valorização, por parte dos entrevistados, da imprensa escrita, o que se deverá provavelmente ao facto desta ser vista como mais dedicada à informação, por oposição à rádio e à televisão, que são vistas como mais geradoras de entretenimento. Curiosamente, as referências ao Garajau e à Tribuna estão relacionadas com o facto destes serem vistos como órgãos que fazem frente – pelo menos algumas vezes, e de alguma forma – ao Governo Regional, o mesmo acontecendo em relação ao Diário de Notícias.

Sobre este órgão diz-se que é o mais livre do universo, embora se ressalve, em várias das entrevistas, que o seu desempenho em termos de intervenção no sistema regional, e

⁹⁴ Ver os anexos relativos às listas ordenadas de classificação em termos de liberdade da Freedom House (Anexo VIII) e da RSF/Reporters Without Borders (Anexo V).

de acção fiscalizadora, que já foi apontada por Eça de Queiroz como uma das funções base do jornalismo, deixam algo a desejar e podiam ser melhoradas.

Um dos entrevistados chega mesmo a sugerir que a forma de o fazer é promover (mais) formação aos jornalistas e incentivá-los a cumprir, estritamente, os códigos de ética e de deontologia, argumentado que quando isso acontecer, os jornalistas estarão quase imunes a pressões e censuras. O mesmo entrevistado insta ainda à criação no Diário da figura do “provedor do leitor”, uma espécie de ombudsman responsável pela gestão da qualidade do conteúdo do jornal e do cumprimento das normas éticas e deontológicas por parte dos seus profissionais.

Este apelo a um maior profissionalismo por parte dos jornalistas, e a uma maior consciência e responsabilidade destes como cidadãos, é uma referência recorrente, e foi feita por vários dos entrevistados.

No que diz respeito ao Jornal da Madeira as intervenções são bastante críticas. Até os entrevistados mais próximos do PSD se referem ao Jornal como estando muito conotado com o poder, o que apontam como uma consequência do facto de ser pago, em larguíssima media, pelo erário público regional, bem como pelo facto de Jardim ser um antigo director e de manter muitos contactos internos que continuam a moldar a forma de acção – e de omissão – do Jornal. Uma perspectiva extremamente curiosa é a que procura justificar a utilização de dinheiros públicos para sustentar a publicação do Jornal da Madeira em “razões sentimentais”, decorrentes do facto de Jardim ter sido director deste órgão.

O Diário de Notícias é visto como mais livre. Mas a maioria dos entrevistados refere-se a ele como ligado a um grande grupo económico, e passível de pressões através da empresa-mãe. Um dos entrevistado diz ter o Diário uma postura estranha, partilhada pelo Tribuna, a de “dar uma no cravo, outra na ferradura”, que é completada por uma outra entrevista em que se refere que nas alturas mais críticas para o Governo o Diário recua, antes que a sua intervenção se torne demasiado incómoda. Um dos entrevistados refere mesmo que, devido à própria natureza do sistema económico regional, não pode o Diário assumir uma postura demasiado crítica, ou investir demasiado em jornalismo de investigação, na medida que os seus resultados financeiros se ressentiriam necessária e gravemente disso, consequência da retirada de publicidade ou informação paga por

anunciantes institucionais, sejam estes organismos governamentais, câmaras municipais ou instituições deles dependentes.

Os entrevistados mais próximos do poder regional foram questionados sobre o facto da grande maioria dos jornalistas ver o Governo Regional como uma estrutura corrupta e pouco transparente. Nestes casos assistiu-se a uma resposta vaga e pouco clara, seguida de uma mudança de assunto. Mas não foi uma realidade negada nem sequer minimizada.

Os entrevistados ligados à profissão de jornalismo são extremamente críticos da postura do Governo Regional, mas estão extremamente cépticos em relação a mudanças neste comportamento. Este é referido como “anormal” ou como “conflituoso”, mas em relação a perspectivas de mudança deste *modus operandi* os entrevistados são pouco optimistas: sem que haja uma mudança do Governo, e nomeadamente do seu líder, não vai haver alterações – esta é, resumida, a posição dos jornalistas.

Mais em termos do “não-dito” que do dito, como informação implícita, os entrevistados consideram que a situação das liberdades regionais, estando longe do ideal, também não estão completamente fora do que seria de esperar de uma região com as características da Madeira. De um modo geral, parecem compreender – mesmo quando não o consideram aceitável, por denotar falta de profissionalismo – o refúgio dos jornalistas na auto-censura. Vários pensam ser desnecessário este refúgio, normalmente os mais próximos do poder, enquanto outros o consideram lamentável, por defraudar as legítimas expectativas dos leitores.

*“(...) a democracia não é, por si só, suficiente para garantir um bom governo. O domínio da maioria pode ser usado para tiranizar, para esmagar um bom governo e para fechar a abertura de uma sociedade. (...) isto acontecerá quando a maioria usar a democracia para fazer avançar os seus interesses à custa do todo”.*⁹⁵

Conclusão

A análise do inquérito aos jornalistas madeirenses realizado no âmbito deste trabalho demonstrou que se é verdade que os jornalistas não são tão afirmativos e exigentes quanto deveriam ser, também é verdade que muitos profissionais se têm sentido pressionados no exercício das suas funções e que, na maior parte dos casos, quando pressionados, estes jornalistas não podem contar com o apoio dos órgãos para que trabalhem.

Expandindo, os jornalistas madeirenses deveriam ser mais exigentes em relação aos espaços e às condições de trabalho que lhes são facultadas pelos órgãos em que trabalham, e que passam muitas vezes pela criação de mecanismos que permitam aos jornalistas recusar qualquer tipo de ingerência na produção dos seus trabalhos, permitindo assim uma visão mais completa da realidade reportada.

De uma forma geral, os jornalistas queixam-se da – e os entrevistados referem a – existência de pressões, que se manifestam de formas distintas de acordo com os órgãos

⁹⁵ O’HEAR, Anthony, *Democracy and Openness*, in *New challenges to liberal democracy in a global world*, ed. Câmara Municipal de Cascais – Instituto de Cultura e Estudos Sociais, Cascais, 2004. Pp 83-84. Tradução do autor.

que operam na Madeira. Ela pode exercer-se directamente, e aqui será sentida pelos próprios jornalistas, mas pode também ser aplicada de forma indirecta, e neste caso os jornalistas serão pressionados por interposta pessoa, que na maior parte dos casos será um jornalista mais experiente, ou mesmo elementos da chefia ou direcção do órgão para que trabalham.

O facto dos jornalistas madeirenses serem objecto de pressões, e de nalguns casos estas pressões serem bastante intensas, permite identificar a existência de indícios muito sérios de comportamentos pouco transparentes, e tendencialmente autoritários, o que aponta para que se viva na Madeira uma situação de semi-democracia, ou uma “democracia eleitoral”, no conceito delineado por Larry Diamond⁹⁶. De acordo com Diamond, numa democracia eleitoral cumprem-se os preceitos formais da democracia, mas esta não atinge a sua expressão mais ampla porque o cumprimento formal das regras não atinge a plenitude da abertura que levaria à existência de uma democracia ocidental no seu sentido mais estrito – e mais completo. Donde ser também conhecida como uma semi-democracia.

“O centro do dilema português – e da Madeira – que afectou o país nos anos 80 resulta, na verdade, dos resultados ambíguos das lutas de 1975. Em Portugal o resultado deste conflito não foi claro e permanece, de muitas formas, estar ainda por resolver. Não houve mártires como Allende nem generais como Pinochet. Nem a Esquerda nem a Direita obtêm uma vitória clara. De facto, surge um híbrido muito pouco provável, parecendo em todos os aspectos uma democracia representativa, liberal e ocidental, embora a democracia portuguesa seja limitada pelas heranças de uma longa ditadura e de uma recente tentação revolucionária”⁹⁷.

O texto é esclarecedor sobre a situação vivida na Madeira, na medida em que o PSD “herdou” uma estrutura local desenvolvida pela União Nacional, o que lhe deu uma vantagem inicial em termos de organização política que os seus opositores ainda não conseguiram ultrapassar. Jardim é aliás apontado como sendo o sucessor preparado pelo

⁹⁶ DIAMOND, Larry, citado por HUNTINGTON, Samuel P., Vinte Anos Depois: O Futuro da Terceira Vaga, in A Invenção Democrática, ed. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2000.

⁹⁷ MAXWELL, Kenneth, Prospects for Democratic Transition in Portugal, in O’DONNELL, Guillermo, SCHMITTER, Phillippe, WHITEHEAD, Laurence (ed.), Transitions from Authoritarian Rule – Southern Europe, ed. Johns Hopkins University Press, Baltimore, 1986, p. 135.

seu tio, que era um dos representantes da Madeira na Assembleia Nacional. Terá aliás sido por esta razão que foi seleccionado pelo Bispo do Funchal, Francisco Santana, para liderar o híbrido que foi o PPD/Madeira, e que ainda é o seu legítimo sucessor, o PSD.

Menos clara é a razão que leva a que, com o notório crescimento da escolaridade que se deu ao longo dos últimos trinta anos, se mantenha desde 1976 o mesmo governo da Região. A liderança de Jardim é certamente um trunfo, mas a verdade é que dificilmente um eleitorado cada vez mais urbano continuará a “aceitar” o discurso agressivo e demagógico que caracteriza as intervenções do presidente do Governo Regional da Madeira. E isto verifica-se num certo esboroar do peso do PSD nos resultados eleitorais, e numa crescente abstenção, principalmente por parte das camadas mais jovens da população.

A ruptura com o período anterior foi necessariamente marcante. Mas a revolução portuguesa nunca foi completada. Num país de “brandos costumes” os ideólogos isolaram-se da maioria da população e incompatibilizaram-se uns com os outros, e enquanto discutiam, a maré virou. *“A contra-revolução também só resultou em parte. O compromisso resultante é assim consequência de duas visões contraditórias de organizações de cariz social e político, cada uma ancorada na sua própria – mas polarizada – base social. Coexistiram apenas porque nenhuma foi suficientemente forte para destruir a outra, nem teve o desejo de fazer face às consequências sangrentas de tentar suplantiar a outra parte, embora noutras circunstâncias pudesse ter sido a Direita a procurar substituir os comunistas em 1975”*⁹⁸.

Por outro lado, a Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores são ainda hoje vistas como uma excepção na forma de administração do país. Nas palavras de António Costa Pinto⁹⁹, Portugal é *“um pequeno país com tradições centralizadoras, e que não passou pressões históricas ou culturais no sentido da descentralização”*. Aquando do debate que antecedeu o referendo à regionalização, a Madeira terá aliás surgido nas mentes de muitos como um exemplo a não seguir...

⁹⁸ MAXWELL, Kenneth, Prospects for Democratic Transition in Portugal, in , O'DONNELL, Guillermo, SCHMITTER, Phillippe, WHITEHEAD, Laurence (ed.), Transitions from Authoritarian Rule – Southern Europe, ed. Johns Hopkins University Press, Baltimore, 1986, p. 135.

⁹⁹ PINTO, António Costa (ed.), Modern Portugal, The Society for Promotion of Science and Scholarship, Palo Alto, 1998. P. 216.

A análise do inquérito aos jornalistas madeirenses realizado no âmbito deste trabalho demonstrou que muitos profissionais se têm sentido pressionados no exercício das suas funções e que, na maior parte dos casos, quando pressionados, estes jornalistas não podem contar com o apoio dos órgãos para que trabalham.

O que permite concluir que a hipótese de trabalho que se explorou ao longo deste trabalho, e que na Madeira se viveria uma situação de semi-democracia, ou uma “democracia eleitoral”, no conceito delineado por Larry Diamond¹⁰⁰, não é um enunciado absurdo. De acordo com este teórico, numa democracia eleitoral cumprem-se os preceitos formais da democracia, mas esta não atinge a sua expressão mais ampla porque o cumprimento formal das regras não atinge a plenitude da abertura que levaria à existência de uma democracia ocidental no seu sentido mais estrito – e mais completo. Onde ser também conhecida como uma semi-democracia.

Uma iniciativa parlamentar do Partido Socialista em 1992, intitulada Défice Democrático, fez um levantamento muito extenso daquilo que este partido considerava abusos e atropelos à liberdade por parte do poder regional, consubstanciado, então como agora, no PSD liderado por Alberto João Jardim¹⁰¹.

A primeira referência a um alegado défice democrático na Madeira foi da autoria de Mário Soares enquanto candidato às eleições presidenciais em 1991. A declaração foi proferida em Dezembro de 1990 e, de acordo com o Público, “caiu o Colégio e a Sé”¹⁰².

Questionado pelo Público sobre situações concretas, Emanuel Jardim Fernandes respondeu: *“Não haverá abuso de poder quando, como nas presidências abertas nos concelhos rurais, o governo usa meios do poder para fazer campanha partidária, para promover acções que são inequivocamente de índole partidária, chegando o presidente do Executivo ao desplante de dizer que «isto está a ser melhor que um comício partidário»? Não haverá abuso com o tipo de cobertura que lhes é dado, bem diferente*

¹⁰⁰ DIAMOND, Larry, citado por HUNTINGTON, Samuel P., Vinte Anos Depois: O Futuro da Terceira Vaga, in A Invenção Democrática, ed. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2000.

¹⁰¹ Esta iniciativa parlamentar do PS resultou num debate nacional sobre a matéria, e na publicação de um livro em que foram recolhidas as intervenções na Assembleia Regional, que se consubstanciaram – também – na recolha de uma enorme quantidade de casos concretos daquilo a que o PS chamou “défices de democracia”.

¹⁰² Público, 29 de Fevereiro de 1992, p. 4.

do concedido à oposição? Não haverá abuso de poder na governamentalização da Assembleia Legislativa Regional e das autarquias? Não haverá desrespeito por direitos de cidadãos quando se levantam processos disciplinares ou quando se colocam funcionários públicos a trabalhar em condições de degredo, ou razões exclusivamente de discriminação partidária? Não haverá desrespeito pelos direitos da oposição quando o Governo recusa vir à Assembleia para responder a perguntas ou interpelações promovidas pela oposição, numa atitude de desrespeito absoluto pelas instituições parlamentares? Será compreensível, numa situação de plena democracia, que a mesa da Assembleia Regional seja constituída por um só partido, o do governo, e que os pedidos de inquérito, pela força da maioria, sejam sempre rejeitados?”¹⁰³.

Uma notícia do Diário de Notícias¹⁰⁴ relata a recusa de um pedido de um inquérito à prática de censura na RTP/Madeira. “Somos a maioria e por isso temos direito a mais tempo na televisão que a oposição”, terá sido uma das perspectivas defendidas pela ala social-democrata¹⁰⁵. Nesta mesma peça, Ricardo Vieira, então líder do CDS/Madeira, referia que “na Madeira os órgãos de comunicação eram dominados pelo critério oficioso. Ou seja, pela cobertura indiscriminada de todo e qualquer assunto que Governo e oposição resolvam trazer para a notícia”, acrescentando que, “hoje que tanto se fala de deficit democrático ou da oposição, é bom que se diga que o que há na Madeira é excesso de Governo Regional, já que nada nesta terra se faz sem que o Governo Regional participe, tutele ou promova”.

Mais recentemente, já em 2005 e novamente em 2006, a Visão¹⁰⁶ afirmou que continuavam a verificar-se situações que apontavam para a existência de um regime democrático *sui generis* na Madeira, e que as premissas da iniciativa do défice democrático continuam válidas. A este respeito, veja-se também, a edição da Surf Portugal de Setembro de 2006, onde se diz que “mal começaram a circular rumores de que um documentário produzido (...) sobre o surf na Madeira e a inglória luta para preservar as ondas da ilha, vozes indignadas ligadas ao governo de Jardim levantaram-se imediatamente, acusando os autores do filme de divulgar falsidades e de

¹⁰³ Público, 20 de Fevereiro de 1992.

¹⁰⁴ DN – Funchal, 13 de Março de 1992, p 7.

¹⁰⁵ Curiosamente, esta perspectiva foi defendida pelo actual vice-presidente do Governo Regional, João Cunha e Silva.

¹⁰⁶ Textos de CARVALHO, Miguel, As teias da Madeira, Visão, 20 de Janeiro de 2005 e Visão, 22 de Junho de 2006.

*querer prejudicar o bom nome da Madeira e prometendo processar judicialmente a associação ambiental ligada ao surf que produzida Lost Jewel of the Atlantic*¹⁰⁷. E o texto prossegue, constatando que esta ameaça “*não passa de uma manobra de intimidação*”, sendo que o produtor do filme, Will Henry, acrescenta que isso “*é típico, e é assim que o governo da ilha funciona. Intimidações e ameaças são um recurso regularmente usado pelo governo regional para confrontar quem quer que se oponha aos seus objectivos*”.

“*A Madeira conserva, há 28 anos, o mesmo partido e o mesmo presidente*”, diz um texto publicado pela Visão, acrescentando que “*Jardim é um líder escravo dos seus escravos*”, e que “*a postura rude e agressiva de Jardim, com todo o género de dependências que a figura gera, acaba por situar a Madeira nas chamadas democracias de cariz autoritário (...). É a ditadura da maioria e aqui podemos falar de sacralização do poder*”¹⁰⁸.

As situações delineadas na iniciativa de 1992 parecem assim continuar a fazer parte do quotidiano regional, a que se vêm juntar a atitude por parte dos elementos do Governo Regional – nomeadamente o seu Presidente – e deputados social-democratas, com insultos e provocações constantes. Estes insultos e provocações têm por destinatários não só a oposição, o que é esclarecedor mas não particularmente relevante para o objecto desta tese, mas também a comunicação social, e principalmente os elementos da comunicação ligados a órgãos que o Governo Regional não controla – ou controla em menor grau.

A isto junta-se uma torrente constante de ameaças e referências pouco ortodoxas para com a comunicação social, sendo que jornalistas do Diário de Notícias e da RTP são frequentemente seleccionados para um tratamento especial: quando não há menções ao “jornal dos ingleses”, há referências mais ou menos explícitas a saneamentos ou remodelações na estação regional de televisão¹⁰⁹.

O facto da Madeira ser um ambiente mais pequeno e das pessoas se conhecerem/reconhecerem quando passam umas pelas outras na rua presta-se também a outro tipo de situações, com responsáveis do Governo Regional – principalmente

¹⁰⁷ Editorial da Surf Portugal, nº 164, vol. 20, n. 3, Setembro de 2006.

¹⁰⁸ Visão, 22 de Junho de 2006, p. 48-49.

¹⁰⁹ Decisão da AACs de 8 de Janeiro de 2003. Ver referência no CD.

Secretários Regionais – a “agradecer” aos jornalistas os seus esforços “em prol do desenvolvimento da Madeira”, ou do “turismo madeirense”.

Em termos muito concretos, e depois de uma análise cuidada tanto dos resultados do inquérito como os das entrevistas, a conclusão a tirar aponta para indícios da existência na Madeira de um regime muito especial, que não sendo uma ditadura, também não é uma democracia. Os jornalistas madeirenses apontam para violações claras da obrigação da não intervenção governamental na imprensa, mais uma vez entendida como sinónimo de media. “*Nós não temos uma democracia: temos um regime de regras formais que permitem a democracia*”¹¹⁰, referia Mário Pinto, e a verdade é que nesse aspecto a Madeira falhou em pelo menos uma vertente: as garantias de independência dos media.

Será que esta falha se deve ao facto de se tratar de uma ilha? Ou dever-se-á antes ao facto de ser uma ilha com um percurso histórico diferente, principalmente em termos de história recente? Nada há no questionário que nos permita tirar esta conclusão, embora haja indícios claros. Nas listas ordenadas da RSF/Reporters Without Borders e da Freedom House encontramos ilhas melhor, e mesmo bastante melhor, posicionadas que a Madeira. Um exemplo claro será uma ilha com uma população muito próxima à da Madeira, e que está entre os dez melhor colocados de todo o índice: a Islândia, que aparece como um dos países na primeira linha de ambos os estudos. Situações semelhantes são as de Chipre e de cabo Verde, em 25ª e 29ª posição em ambos os índices, muito embora o dia a dia nestes países seja muito diferente do vivido na Madeira: Chipre permanece dividido, enquanto Cabo Verde tem um clima que torna particularmente difícil garantir a sobrevivência da população, sofrendo de uma seca persistente que limita a sua capacidade de desenvolvimento. A Madeira surge neste estudos em 34ª posição (RSF/Reporters Without Borders) e 103ª (Freedom House).

Para resolver definitivamente esta questão seria preciso levar a que o questionário utilizado na Madeira fosse respondido por jornalistas de outras regiões, preferencialmente regiões com perfis administrativos semelhantes aos que caracterizam a Madeira e os Açores.

¹¹⁰ PINTO, Mário, Público Online (URL www.publico.clix.pt) , 14/08/2006.

Mas se os questionários não nos podem dizer especificamente porque falha a Madeira – embora nos digam que, para os jornalistas madeirenses, indubitavelmente falhou –, as entrevistas podem-no fazer: e os entrevistados afirmam, sem excepção, que a liberdade está condicionada na Madeira, e que está condicionada porque o Governo Regional persiste numa forma de comportamento intimidatório e conflituoso que não é de molde a criar um ambiente pacífico que permita aos profissionais de informação trabalhar de forma adequada.

E o não-dito, na acepção que lhe é dada por José Rebelo, é em alguns casos mais relevante que o que é efectivamente dito: quando questionados sobre corrupção e falta de transparência, as respostas, evasivas, dos entrevistados mais próximos do poder são evasivas, mas não negam a percepção dos jornalistas. “*Eu não quero fazer esse juízo de valores sobre ninguém*” não é uma negação. É uma recusa de encarar essa possibilidade, mesmo para a negar.

Voltamos assim ao conceito inicial de Larry Diamond¹¹¹, em que se refere a existência de democracias meramente formais, a que ele intitula quase democracias, ou democracias eleitorais. A distinção é feita nos seguintes termos: nas democracias liberais estão instituídas uma série de limitações ao poder executivo, a existência de um poder judicial independente e eficaz, sistemas de protecção dos direitos, liberdades e garantias individuais – incluindo as liberdades de expressão e de imprensa, e restrições impostas ao partido no poder por forma a impedi-lo de pôr em causa o processo eleitoral, entre várias outras.

Numa democracia eleitoral cumprem-se os preceitos formais mínimos. Numa democracia eleitoral, para além de todos estes, há também que cumprir uma série de princípios que passam pelo respeito pelos direitos, liberdades e garantias individuais das pessoas, alguns dos quais – certamente importantes, mas não únicos – passam pela protecção das liberdades ligadas à imprensa. Mas o que é talvez mais caracterizador de uma democracia liberal – o que muitos chamam uma democracia liberal europeia – é um estado de espírito.

¹¹¹ Ver página 22.

Esta forma de democracia depende da existência de cidadãos activos e informados, que sabem o que querem – não porque alguém lhes disse que era esse o melhor caminho a seguir, mas porque com base na informação, esse foi o caminho que escolheram trilhar. Procurando sempre que mais pessoas intervenham no processo político – recordemos que a política era, na antiguidade clássica, a gestão da “res publica”, a “coisa” pública, o governo da cidade – e que haja cada vez menos impedimentos à liberdade. E é neste campo que a imprensa tem um papel importante a desempenhar, e é por isso especialmente grave que seja exactamente neste âmbito que se verifique a falha identificada pelos jornalistas madeirenses no âmbito do inquérito realizado neste estudo.

Em termos das liberdades de expressão e de imprensa, a Região está longe de cumprir os “mínimos” exigíveis a uma democracia liberal europeia. Há que promover uma “desgovernamentalização” da informação regional, que deverá ser acompanhada de uma redução de protagonismo dos actores governamentais e institucionais, criando na Região os espaços necessários ao surgimento de mais iniciativas de cidadania.

Esta redução de protagonismo, e uma redução do poder e influência dos actores governamentais regionais é tanto mais urgente quanto se nota de uma forma crescente que se a administração dos meios de comunicação – e particularmente, neste caso, o Jornal da Madeira – não hesita em entrar no jogo do presidente do Governo Regional¹¹², a verdade é que os próprios jornalistas não insistem demasiado na criação de espaços livres de influência governamental e em tabus para a administração¹¹³.

Há que expurgar do sistema regional os sinais prevalentes da falta de transparência. Veja-se, a este respeito, o que sentem os jornalistas madeirenses: para mais de 90% dos inquiridos, o poder regional está entre o corrupto e o muito corrupto.

Uma solução possível é a que se tem vindo a delinear desde há algum tempo, e que passa pela imposição de limites de mandatos: nenhum eleito poderia exercer mais do que duas vezes o mesmo mandato, nos moldes exactos em que isso se verifica para a Presidente da República.

¹¹² Ver anexo XIII

¹¹³ Ver anexo XIV

Desde o início dos trabalhos que levaram à apresentação deste documento, foi possível confirmar as hipóteses de trabalho que tinham sido levantados aquando do início do processo: as realidades regionais – um público e um mercado de dimensões limitadas, um pequeno número de fontes bem como, e talvez mesmo principalmente, o evidente domínio da cena política regional por um único partido, ao longo dos últimos trinta anos – levam de facto a um coarctar das liberdades de expressão e de imprensa na Região Autónoma da Madeira.

António José Saraiva, numa tentativa de explicar a longevidade dos regimes insulares, afirmava existirem, nestas regiões, *entre as populações e os seus governos estranhas relações de cumplicidade. Uma cumplicidade que em alguns casos é tão forte que toda a oposição a Alberto João Jardim e Mota Amaral corre o risco de aparecer como uma traição.*¹¹⁴”

Mas recordemos também os princípios enunciados por Edward Murrow: *“Não devemos confundir desacordo com deslealdade. Devemos sempre lembrar-nos que acusações não são provas, e que a condenação depende apenas da prova e do processo legal. Não devemos ter medo uns dos outros, e não devemos ser levados, por medo, a nos tornarmos irracionais. (...) Não descendemos de homens receosos. Mas de homens que ousaram escrever, falar, reunir-se e defender causas que até podiam ser, na altura, impopulares (...)*”¹¹⁵.

E recordemos ainda, para concluir, a frase deste jornalista acerca da televisão, aplicável afinal a todos os media: *“Àqueles que dizem que o público não quer ver; que não está interessado; que é demasiado complacente, indiferente e isolado, só posso responder que há, na opinião deste jornalista, provas consideráveis em contrário. (...) Este instrumento pode ensinar e pode iluminar; pode mesmo servir de inspiração. Mas só pode fazê-lo na medida em que homens estejam determinados a usá-lo para estes fins. De outra forma tratam-se apenas de fios e lâmpadas numa caixa. Boa noite, e boa sorte”*.

Caberá pois aos media fazer a diferença. Boa noite, e boa sorte.

¹¹⁴ SARAIVA, António José, in Dicionário Político à Portuguesa, ed. Expresso, Lisboa, 2002.

¹¹⁵ URL www.imdb.com. Tradução do autor.

Bibliografia

--, *Constituição da República Portuguesa - 7ª Revisão Constitucional*, Assembleia da República, Lisboa, 2006.

--, *Défice Democrático- Intervenções do Grupo Parlamentar do PS/Madeira na Interpelação ao Governo Regional da RAM em 22 de Abril de 1992*, ed. Grupo Parlamentar PS-ALR, Funchal, 1992.

--, *Media and Democracy*, ed. Council of Europe Publishing, Strasbourg, 1999 (1998).

--, *National Geographic Magazine*, Washington, Nov. 1994.

--, *The Oxford Dictionary of Quotations (revised edition)*, ed. Oxford University Press, Oxford, 1996.

BAPTISTA, Carla (i.a.), *Apresentação*, in *Media, Jornalismo e Democracia – Comunicações apresentadas ao seminário internacional*, col. Media e Jornalismo, ed. Livros Horizonte, Lisboa, 2002.

BASLER, Roy P. (ed.), *The Collected Works of Abraham Lincoln*, vol. VII, Da Capo Press, Cambridge (Massachusetts), 2001.

BLUMLER, J. G., in *Democratic Theory and Broadcast Practice*, in WHITNEY, D. C., WARTELLA, E., WINDAL, S. (eds.), *Mass Communication Review Yearbook*, vol. 3, Sage Publications, Beverly Hills, 1982.

BOGDAN, Robert, BIKLEN, Sari, *Investigação qualitativa em educação – uma introdução à teoria e aos métodos*, Porto Editora, Porto, 1994.

CARVALHO, Miguel, *As teias da Madeira*, Visão, 20 de Janeiro de 2005.

CARVALHO, Miguel, *Ataque à Madeira Nostra*, Visão, 22 de Junho de 2006.

- DAHRENDORF, Ralf, *Bem Estar e Coesão Social numa Sociedade Livre*, in *A Invenção Democrática*, ed. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2000.
- DIAMOND, Larry, citado por HUNTINGTON, Samuel P., *Vinte Anos Depois: O Futuro da Terceira Vaga*, in *A Invenção Democrática*, ed. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2000.
- ESTEVES, João Pissarra (Org.), *Comunicação e Sociedade – os efeitos sociais dos meios de comunicação de massas*, col. *Media e Jornalismo*, ed. Livros Horizonte, Lisboa, 2002.
- FERNANDES, Domingos, *Notas sobre os Paradigmas da Investigação em Educação* in *Noesis* n. 18, ed. Instituto da Inovação Educacional, Lisboa, 1991.
- FLICK, Uwe, *Métodos Quantitativos na Investigação Científica*, col. *Manuais de Gestão*, ed. Monitor – Projectos e Edições, Lisboa, 2005.
- GHIGLIONE, Rodolfe, MATALON, Benjamin, *O Inquérito – Teoria e Prática*, col. *Métodos e Técnicas*, Celta, Oeiras, 1993.
- HAMELINK, Cees, *Media Regulation and Media Independence. Towards a Model Regulatory Regime*, Centre for Communication and Human Rights, Amsterdam, 1996.
- JAKUBOWICZ, Karol, *Media and Democracy*, in –, *Media and Democracy*, Council of Europe Publishing, Strasbourg, 1998 (1999).
- HUNTINGTON, Samuel P., *Vinte Anos Depois: O Futuro da Terceira Vaga*, in *A Invenção Democrática*, ed. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2000.
- KEEFE, Eugene K., *Area Handbook for Portugal*, Área Handbook Séries, Foreign Area Studies, American University, Washington, 1985 (1976).
- LASSALE, Jean-Pierre, in *Introdução à Política*, col. *Universidade Moderna*, ed. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 4ª ed., Lisboa, 1974.
- MAXWELL, Kenneth (ed.), *The Press and the Rebirth of Iberian Democracy, Global Perspectives in History and Politics*, Contributions in Political Science (nr. 99), Greenwood Press, Westport, Connecticut e Londres.
- MAXWELL, Kenneth, *Prospects for Democratic Transition in Portugal*, in O'DONNELL, Guillermo, SCHMITTER, Phillippe, WHITEHEAD, Laurence (ed.), *Transitions from Authoritarian Rule – Southern Europe*, ed. Johns Hopkins University Press, Baltimore, 1986.
- MUGHAN, Anthony, GUNTHER, Richard, *The Media in Democratic and Nondemocratic Regimes: a Multilevel Perspective*, in *Democracy and the Media – A Comparative Perspective*, Cambridge University Press, Cambridge, 2000.

- NOELLE-NEUMANN, Elisabeth, *Os efeitos dos meios de comunicação na pesquisa sobre os seus efeitos*, in ESTEVES, João Pissarra (Org.), *Comunicação e Sociedade – os efeitos sociais dos meios de comunicação de massas*, col. Media e Jornalismo, ed. Livros Horizonte, Lisboa, 2002.
- O'DONNELL, Guillermo, SCHMITTER, Phillippe, WHITEHEAD, Laurence (ed.), *Transitions from Authoritarian Rule – Southern Europe*, ed. Johns Hopkins University Press, Baltimore, 1986.
- O'HEAR, Anthony, *Democracy and Openness*, in *New challenges to liberal democracy in a global world*, ed. Câmara Municipal de Cascais – Instituto de Cultura e Estudos Sociais, Cascais, 2004.
- OLIVEIRA, José Manuel Paquete de, *Também no reino da liberdade de opinião «nem tudo o que luz é ouro»*, in *Media, Jornalismo e Democracia – Comunicações apresentadas ao seminário internacional*, col. Media e Jornalismo, ed. Livros Horizonte, Lisboa, 2002.
- PEREIRA, Eduardo C. N., *Ilhas de Zarco*, vol. 2, ed. Câmara Municipal do Funchal, 1989.
- PETERS, Bettina, in *Media and Democracy*, Council of Europe Publishing, Strasbourg, 1998 (1999).
- PINTO, António Costa (ed.), *Modern Portugal*, The Society for the Promotion of Science and Scholarship, Palo Alto, 1998.
- PONTE, Cristina, *Leituras das Notícias*, col. Média e Jornalismo, ed. Livros Horizonte, Lisboa, 2004.
- REBELO, José, *O discurso do jornal*, col. Media e Sociedade, ed. Notícias Editorial, Lisboa, 2002 (2000).
- SARAIVA, António José, in *Dicionário Político à Portuguesa*, ed. Expresso, Lisboa, 2002.
- SCHUMPETER, Joseph A., *Capitalism, Socialism and Democracy*, ed. Harper & Row, New York, 1976.
- SEATON, Jean e PIMLOTT, Ben, *The Portuguese Media in Transition*, in MAXWELL, Kenneth (ed.), *The Press and the Rebirth of Iberian Democracy, Global Perspectives in History and Politics*, Contributions in Political Science (nr. 99), Greenwood Press, Westport, Connecticut e Londres.
- SILVA, Fernando Augusto da, e MENEZES, Carlos Azevedo, *Elucidário Madeirense* (versão em CD-ROM), ed. Centro de Estudos de História do Atlântico, Funchal.
- SILVA, Vicente Jorge, *O Comércio do Funchal e a Autonomia*, col. Ao Encontro da História, Viver a Madeira, Lisboa, 2006.

SOARES, Mário, in *Apresentação de Samuel P. Huntington*, in *A Invenção Democrática*, ed. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2000.

STREINER, D., NORMAN, G., *Scaling Responses in Health Measurement Scales – A Practical Guide to their Development and Use*, Oxford Medical Publications, Oxford, 1995.

TRAQUINA, Nelson, *Jornalismo*, col. O Que É, ed. Quimera, Lisboa, 2002.

TRIVINOS, A. N. S., *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*, Atlas, São Paulo, 1987.

VOORHOOF, D., in *Critical Perspectives on the Scope and Interpretation of Article 10 of the European Convention on Human Rights*, Mass Media Files No. 10, Council of Europe Publishing, Strasbourg, 1995.

WHITNEY, D. C., WARTELLA, E., WINDAL, S. (eds.), *Mass Communication Review Yearbook*, vol. 3, Sage Publications, Beverly Hills, 1982.

INFORMAÇÃO EM BASE ELECTRÓNICA:

www.aacs.pt (verificado Ago. 2006)

www.ccpj.pt (verificado Ago. 2006)

www.cidadevirtual.pt/cpr/asilo1/cesdh.html#artigo_10 (verificado Ago. 2006)

www.dnoticias.pt (verificado Ago. 2006)

www.echr.coe.int (verificado Ago. 2006)

www.fij.int (verificado em Ago. 2006)

www.freedomhouse.org (verificado Ago. 2006)

www.imdb.com (verificado Ago. 2006)

www.ine.pt (verificado em Ago. 2006)

www.parlamento.pt (verificado Ago. 2006)

www.publico.pt (verificado Ago. 2006)

www.rsf.org (verificado Ago. 2006)

Anexos¹¹⁶

- I. Lista de jornais publicados na Madeira de 1821 a 1923
- II. Questionário aplicado aos jornalistas madeirenses
- III. Questionário da RSF/Reporters Without Borders
- IV. Lista ordenada do estudo da RSF/Reporters Without Borders
- V. Conclusões do estudo da RSF/Reporters Without Borders
- VI. Questionário da Freedom House
- VII. Lista ordenada do estudo da Freedom House
- VIII. Conclusões do estudo para a Europa Ocidental da Freedom House
- IX. Caracterização de Portugal pela Freedom House
- X. Tabelas de frequência do inquérito aplicado aos jornalistas madeirenses
- XI. Fundamentação estatística
- XII. Entrevistas
- XIII. Exemplo de um direito de resposta, e reacção do Jornal da Madeira
- XIV. Artigo do DN relativo às relações de Jardim com a Comunicação Social

¹¹⁶ Foram inseridos no disco que acompanha este documento as súmulas das decisões respeitantes às reclamações apresentadas à AACS oriundas e/ou relativas à Madeira. A lista não é exaustiva. A base de dados da AACS é consultável online (Setembro de 2006) no URL www.aacs.pt.

I. Lista de jornais publicados na Madeira entre 1821 e 1923¹¹⁷

- 1821 – “O Patriota Funchalense”.
- 1823 – “O Pregador Imparcial da Verdade, da Justiça e da Lei”, “O Regedor” e “A Atalaia da Liberdade”.
- 1827 – “O Funchalense Liberal” e “O Defensor da Liberdade”.
- 1828 – “O Regedor Filho”, “A Flor do Oceano” e “O Realista”.
- 1834 – “A Flor do Oceano”.
- 1838 – “A Chronica”.
- 1840 – “O Defensor”, “O Imparcial”, “A Chronica” e “Chronica Official”.
- 1841 – “O Tribunal Secreto”.
- 1842 – “O Beija-Flor”.
- 1846 – “O Echo da Revolução” e “O Independente”.
- 1847 – “O Madeirense”, “Boletim Oficial” e “O Funchalense”.
- 1849 – “Correio da Madeira”.
- 1850 – “O Amigo do Povo” e “O Archivista”.
- 1851 – “O Agricultor Madeirense”, o “Estudo” e “O Progressista”.
- 1852 – “A Ordem” e “O Baratíssimo”.
- 1854 – “Semanário Oficial” e “O Clamor Publico”.
- 1855 – “A Discussão”.
- 1856 – “O Meteoro”.
- 1857 – “A Madeira” e “O Direito”.
- 1858 – “A Verdade”, “A Justiça” e “A Reforma”.
- 1859 – “O Funchalense”.
- 1860 – “A Voz do Povo”, “A Flor do Oceano” e “Direito”.
- 1861 – “A Revista Semanal”, “A Lei” e “O Campo Neutro”.
- 1862 – “A Aurora do Domingo”, “Boletim Oficial do Distrito Administrativo do Funchal”, “A Pátria”, “A Imprensa” e “O Noticioso”.
- 1863 – “O Archivo Litterario” e “O Recreio”.
- 1864 – “O Districto do Funchal”, “O Raio da Madeira” e “A Tribuna”.
- 1865 – “O Paiz”, “O Crepúsculo” e “Revista Judicial”.

¹¹⁷ SILVA, Fernando Augusto da, e MENEZES, Carlos Azevedo, *Elucidário Madeirense* (versão em CD-ROM), ed. Centro de Estudos de História do Atlântico, Funchal.

1866 – “Gazeta da Madeira”, “A Sentinella”, “O Oficial da Ronda”, “O Commercio do Funchal” e “As Novidades”.

1867 – “O Correio do Funchal” e “A Razão”.

1868 – “A Fusão”, “A Aurora Litteraria”, “O Popular”, “Imprensa Livre” e “A Voz Publica”.

1870 – “A Liberdade” e “Revista Jurídica”.

1871 – “A Regeneração” e “A Onda”.

1872 – “A Madeira Liberal” e “A Lâmpada”.

1873 – “O Oriente do Funchal”, “A Vergasta” e “A Lei”.

1874 – “Estrella Litteraria”, “O Paquete” e “O Popular”.

1875 – “A Verdade”, “A Aurora Litteraria”, “A Aurora Liberal”, “Estrella Académica” e “O Liberal”.

1876 – “Diário de Noticias”.

1877 – “A Penumbra Litteraria”, “O Districto do Funchal”, “Echo de Santa Cruz”, “Diário do Funchal”, “Boletim Judicial” e “O Athleta”.

1878 – “Jornal do Commercio do Funchal”, “A Ilha da Madeira”, “Jornal do Funchal”, “Reflexos”, “Maceta de Santa Cruz” e “A Liberdade”.

1879 – “A Lei”, “O Progresso”, “Religião e Progresso” e “A Liberdade”.

1880 – “A Grinalda Madeirense” e “Diário da Madeira”.

1881 – “A Liga”, “O Independente”, “As Novidades” e “Diário da Tarde”.

1882 – “Diário da Manhã”, a “Primavera”, “The Comet” e “Diário Popular”.

1883 – “O Povo”, “A Mulher”, “As Faíscas”, “A Republica” e “O Palco”.

1884 – “A Monarchia”, o “Correio da Manhã” e “O Académico”.

1885 – “O Domingo Catholico”.

1886 – “Jornal de Noticias”, “A Epoque” e “Funchalense”.

1887 – “Jornal da Manhã”.

1888 – “Jornal do Povo” e “A Lucta”.

1889 – “O Monóculo”, “O Látego”, “O Imparcial” e “O Reclame”.

1890 – “O Combate”, “O Estudante” e “A Opinião”.

1891 – “Portugal”, “A Espora” e “Diário do Commercio”.

1892 – “O Clamor Popular”, “Atalaia” e “A Madeira Liberal”.

1893 – “O Districto”.

1894 – “A Madeira”, “Boletim Mensal da Obra Diocesana de São Francisco de Salles” e “O Zé Povo”.

1895 – “A Época”.

1896 – “A Voz Publica”, “A Lucta”, “O Diário do Commercio”, “Echo Académico” e “O Commercio da Madeira”.

1897 – “Correio do Funchal”, “A Aurora”, “A Tribuna Académica”, “A Madeira”, “Diário Popular” e “O Recreio”.

1898 – “Trip – Trap” e “Semana Ilustrada”.

1899 – “A Voz do Operário”.

1900 – “A Academia” e “Revista Madeirense”.

1901 – “Quinzena Religiosa”, “O Rebate”, “O Democrata”, “Correio da Tarde”, “A Cruz”, e “The Madeira Magazine”.

1902 – “A Luz da Madrugada”, “A Ideia”, “Debate” e “Revista Litteraria”.

1903 – “O Democrata”.

1904 – “O Heraldo da Madeira”.

1906 – “Alma Académica”, “O Jornal”, “A Pátria”, “A Risota”, “O Garoto” e “A Chacota”.

1907 – “O Povo”, “Revolucionário”, “Trabalho e União”, “Primeiro de Dezembro” e “Esperança”.

1908 – “A Voz da Madeira”.

1909 – “Brado d’Oeste” e “A Sentinella”.

1910 – “Rebelde”, “Comercio do Funchal” e “Academia”.

1911 – “Radical”, “Aurora” e “A Voz do Povo”.

1912 – “Diário da Madeira”, “A Boa Nova”, o “Defensor”, “A Escola”, “Boletim Eclesiástico da Madeira”, “A Epocha”, “O Tempo” e “A Vida”.

1913 – “O Liberal”, a “Democracia”, “Athenista”, “Alma Nova” e “A Vida Académica”.

1914 – “A Regeneração”, “A Esperança” e “Parochia de Santo Antonio do Funchal”.

1915 – “O Realista”, “A Verdade” e “O Independente”.

1916 – “O Chicote”, “O Imparcial” e “O Progresso”.

1917 – “O Democrata”.

1918 – “A União”, “O Desporto”, “O Madeirense”, “O Seringa”, “O Atlântico”, “O Nacional” e “O Vigilante”.

1919 – “O Germinal”, a “Luz”, “A Esperança”, a “Sentinella” e “Gente Nova”.

1920 – “Echos da Madeira”, “O Operário”, “O Commercio da Madeira”, “Os Novos”, “A Razão” e “Revista de Direito”.

1921 – “Vida Diocesana”.

1922 – “Correio da Madeira”, “O Proletário”, “Terra” e “Tribuna do Povo”.

1923 – “A Lanterna”, “O Cacete”, “**Jornal da Madeira**” e “Sport do Funchal”.

II. Questionário aplicado aos jornalistas madeirenses

A. Nesta primeira parte pretende-se fazer um levantamento de situações em que possa ter havido atropelos às liberdades de imprensa e de expressão, no âmbito da acção do jornalista como profissional de informação.

COMO JORNALISTA:

A01.-Alguma vez foi ameaçado?

A02.-Alguma vez a sua família e/ou amigos foi/foram ameaçados?

A03.-Alguma vez foi chamado a responder em tribunal acusado indevidamente de delitos de imprensa?

A04.-Alguma vez lhe foi vedado o acesso a instalações e/ou acontecimentos?

A05.-Alguma vez se sentiu alvo de injúrias, ou de acusações repetidas e/ou injustificadas por parte de membros do Governo ou elementos da administração?

A06.-Alguma vez se sentiu limitado, na forma como investiga, explora, escreve, ou apresenta matérias por orientações da administração da empresa para que trabalha?

A07.-Alguma vez escreveu/publicou/disse/mostrou menos do que sabia (autocensura) para que a matéria em apreço fosse publicada?

A08.-Alguma vez teve noção que se não punissem os responsáveis por atropelos à liberdade de imprensa?

B. Nesta segunda parte pretende-se obter uma perspectiva das eventuais pressões a que um jornalista está sujeito como parte de um grupo profissional integrado numa empresa.

COMO JORNALISTA:

B01.-A empresa em que trabalha alguma vez foi chamada a responder em tribunal acusada indevidamente de delitos de imprensa?

B02.-Jornalistas da empresa em que trabalha foram alguma vez indevidamente impedidos de aceder a instalações e/ou acontecimentos?

C. Nesta terceira parte, pretende-se constatar a visão que os jornalistas têm do exercício da sua profissão, nomeadamente da percepção que têm de eventuais pressões indevidas exercidas sobre jornalistas de outros órgãos, bem como pressões exercidas sobre estes órgãos de comunicação.

COMO JORNALISTA:

C01.-Considera que os poderes políticos tentam controlar/condicionar/limitar a acção da imprensa?

C02.-O Governo Regional exerce controlo editorial nos órgãos de que é proprietário?

C04¹¹⁸.-Considera que a oposição tem um acesso igual aos meios de comunicação na sua generalidade?

C05.-Considera que a oposição tem um acesso igual aos meios de comunicação pertencentes ao Governo Regional?

C06.-Considera que a imprensa regional divulga informação fiável e equilibrada?

C07.-Ordene, por ordem decrescente (começando com o que lhe merece mais confiança e terminando com o que menos lhe merece confiança) os meios de comunicação regionais.

RTP

PEF

RDP

RJM

TSF

¹¹⁸ A pergunta C03 nunca existiu. Por lapso, no questionário aplicado passou-se de C02 para C04, tendo-se optado por manter a designação original.

Rádios detidas pela Controlmedia

Diário de Notícias

Jornal da Madeira

Notícias da Madeira

Tribuna da Madeira

O Garajau

Esta parte do estudo pretende caracterizar a região e o país em que vivemos em termos de cumprimento dos direitos, liberdades e garantias. Trata-se de uma tradução de um questionário americano, aplicado a todo o mundo.

COMO CIDADÃO, e pensando especificamente na situação que se vive actualmente na Madeira:

D01.- O chefe de governo é eleito através de eleições justas e livres?

D02.- Os deputados são eleitos através de eleições justas e livres?

D03.- As leis eleitorais são justas, as oportunidades de campanha são equitativas, o processo eleitoral é sério e o apuramento de resultados fidedigno?

D04.- A população tem o direito de se organizar em diferentes partidos políticos ou outros agrupamentos políticos da sua escolha, e o sistema permite o crescimento ou diminuição do peso destes partidos ou agrupamentos?

D05.- Há um voto significativo na oposição, poder efectivo da oposição, e uma possibilidade realista da posição aumentar a sua base de apoio ou ganhar as eleições?

D06.- As opções políticas da população estão livres de interferência por parte dos militares, potências estrangeiras, partidos autoritários, oligarquias económicas ou qualquer outro grupo poderoso?

D07.- Os grupos minoritários de cariz cultural, étnico ou religioso têm autonomia razoável ou participação através de consensos informais no processo de tomada de decisão?

D08.- Os representantes livremente eleitos da população determinam as políticas de actuação do governo?

D09.- O governo está livre de corrupção?

D10.- Entre eleições, o governo é responsável perante o eleitorado, e funciona com abertura e transparência?

COMO CIDADÃO, e pensando especificamente na situação que se vive actualmente na Madeira:

E01.- Existem media livres e independentes e outras formas de expressão culturais?

(ATENÇÃO: Em casos em que os media sejam pertença do Estado mas em que se permitam diferente pontos de vista, o estudo aceita o sistema como válido)

E02.- Existem instituições religiosas livres, e há liberdade de expressão, privada e pública, deste culto?

E03.- Existe liberdade académica, e o sistema educativo está livre de doutrinação política?

E04.- Podem-se discutir questões de forma aberta e livre?

E05.- Existe liberdade de reunião, manifestação e discussão pública aberta?

E06.- Existe liberdade de associação política ou quasi-política? (ATENÇÃO: isto inclui partidos políticos, associações cívicas e grupos criados para discutir uma questão única)

E07.- Existem sindicatos e associações agrárias, ou similares, e há um negociação colectiva real e efectiva?

E08.- Existe um sistema judicial independente?

E09.- O Direito prevalece em questões cíveis e criminais?

E10.- A população é tratada de forma igual perante a lei?

E11.- Existe autonomia pessoal? O Estado controlo as viagens, a escolha de residência, ou de emprego? Existe a possibilidade de evitar ser indocinado, ou de depender excessivamente do Estado?

E12.- Os cidadãos têm o direito de deter propriedade e estabelecer negócios particulares? A iniciativa privada está a ser influenciada de forma excessiva por parte de entidades governamentais, forças de segurança ou crime organizado?

E13.- Existem liberdades sociais pessoais, incluindo ausência de discriminação sexual, liberdade de escolha de parceiro e liberdade de determinar o tamanho da família?

E14.- Existe igualdade de oportunidades, e a exploração económica está ausente do sistema?

F. Nesta quarta parte procura-se uma caracterização do jornalista madeirense. Assinale por favor a resposta mais adequada.

D01.- Sexo

D02.- Idade

D03.- Anos de profissão

D04.- Habilitações

D05.- No caso de licenciatura, a sua designação:

D06.- Local de trabalho

COMO JORNALISTA:

G. Nesta última parte pretende-se dar uma oportunidade ao jornalista para que manifeste a sua opinião sobre o estado das liberdades de imprensa e de expressão na Região, e no país. (resposta opcional)

III. Questionário da RSF/Reporters Without Borders¹¹⁹

1. How many journalists were murdered?
2. How many journalists were murdered with the state involved?
3. How many journalists were arrested or sent to prison (for whatever length of time)?
4. How many journalists are currently in jail and serving a heavy sentence (more than a year) for a media offence?
5. How many journalists were threatened?
6. How many journalists were physically attacked or injured?
7. How many journalists fled the country?
8. Are there any journalists who have been illegally imprisoned (no arrest warrant, in violation of maximum period of detention without trial or court appearance)?
9. Are there any journalists who have been tortured or ill-treated?
10. Are there any journalists who have been kidnapped or taken hostage?
11. Are there any journalists who have disappeared?
12. Armed militias or secret organizations regularly targeting journalists?
13. Physical attacks on journalists or media companies?

¹¹⁹ Foi mantida a versão em inglês. A opção por esta língua decorre do facto de ter sido esta a versão disponibilizada pela ONG, e não se a traduziu para evitar perdas de informação decorrentes de uma tradução não-testável com os meios disponíveis.

14. Improper use of fines or bond-posting against media outlets or journalists?
15. Improper use of legal action or summonses against journalists?
16. Failure to prosecute those violating press freedom?
17. Prison terms stipulated by law for media offences?
18. Attacks on or threats against families or friends of journalists?
19. Surveillance of local journalists (phone tapping, being followed)?
20. Problems of access to public or official information (refusal by officials, selection of information providing according to media's editorial line or bureaucratic obstacles)?
21. Restricted physical or reporting access to any regions of the country (lawlessness, official ban)?
22. Media outlets censored (how many)?
23. Seizure or destruction of copies of newspaper or equipment?
24. Searches of media offices or homes of journalists?
25. Surveillance of foreign journalists working in the country?
26. Foreign journalists deported?
27. Problems getting journalist visas (undue delay, demand to know names of people to be interviewed)?
28. Censorship or seizure of foreign newspapers?
29. Jamming of foreign radio or TV reception or regulating who has satellite dishes?
30. Presence of elected media representatives on press regulatory bodies (broadcasting authority, national press or communications council)?
31. Independent or opposition news media?
32. An official censorship body?
33. Widespread self censorship in the state owned media?
34. Widespread self censorship in the privately owned media?
35. Subjects that are taboo (such as the armed forces, political corruption, religion, the opposition, demands of separatists, human rights)?
36. A state monopoly of TV?

37. A state monopoly of radio?
38. Privately owned news radio stations?
39. A state monopoly of printing facilities?
40. A state monopoly of newspaper distribution?
41. A state monopoly of newsprint supplies?
42. Government editorial control of state owned media?
43. Unjustified sacking of journalists in state owned media?
44. Opposition access to state owned media?
45. Denigration (routine and unjustified accusations) of privately owned media by government media?
46. Controlled access to journalism (compulsory certificate or training, membership of journalists' institute or press card required)?
47. Use of withdrawal of advertising (government stops buying ad space in some papers or pressures private firms to boycott media outlets)?
48. Undue restriction on foreign investment in the media?
49. Official permission needed to set up a newspaper or magazine?
50. A state monopoly of Internet service providers (ISPs)?
51. Official permission needed for a subscription to an ISP?
52. Shutdowns or blocking of access of Internet sites?
53. Cyber dissidents imprisoned?

IV. Lista ordenada do estudo da RSF/Reporters Without Borders¹²⁰

| <i>Nº</i> | <i>Country</i> | <i>Score</i> |
|-----------|----------------------------|--------------|
| 1 | <i>Denmark</i> | <i>0,50</i> |
| - | <i>Finland</i> | <i>0,50</i> |
| - | <i>Iceland</i> | <i>0,50</i> |
| - | <i>Ireland</i> | <i>0,50</i> |
| - | <i>Netherlands</i> | <i>0,50</i> |
| - | <i>Norway</i> | <i>0,50</i> |
| - | <i>Switzerland</i> | <i>0,50</i> |
| 8 | <i>Slovakia</i> | <i>0,75</i> |
| 9 | <i>Czech Republic</i> | <i>1,00</i> |
| - | <i>Slovenia</i> | <i>1,00</i> |
| 11 | <i>Estonia</i> | <i>1,50</i> |
| 12 | <i>Hungary</i> | <i>2,00</i> |
| - | <i>New Zealand</i> | <i>2,00</i> |
| - | <i>Sweden</i> | <i>2,00</i> |
| - | <i>Trinidad and Tobago</i> | <i>2,00</i> |
| 16 | <i>Austria</i> | <i>2,50</i> |
| - | <i>Latvia</i> | <i>2,50</i> |
| 18 | <i>Belgium</i> | <i>4,00</i> |
| - | <i>Germany</i> | <i>4,00</i> |
| - | <i>Greece</i> | <i>4,00</i> |
| 21 | <i>Canada</i> | <i>4,50</i> |
| - | <i>Lithuania</i> | <i>4,50</i> |
| 23 | <i>Portugal</i> | <i>4,83</i> |
| 24 | <i>United Kingdom</i> | <i>5,17</i> |
| 25 | <i>Benin</i> | <i>5,50</i> |
| - | <i>Cyprus</i> | <i>5,50</i> |
| - | <i>Namibia</i> | <i>5,50</i> |
| 28 | <i>El Salvador</i> | <i>5,75</i> |
| 29 | <i>Cape Verde</i> | <i>6,00</i> |
| 30 | <i>France</i> | <i>6,25</i> |
| 31 | <i>Australia</i> | <i>6,50</i> |

¹²⁰ Informação disponível em URL www.rsf.org

| | | |
|----|---------------------------------|-------|
| - | <i>South Africa</i> | 6,50 |
| 33 | <i>Bosnia and Herzegovina</i> | 7,00 |
| 34 | <i>Jamaica</i> | 7,50 |
| - | <i>Mauritius</i> | 7,50 |
| - | <i>South Korea</i> | 7,50 |
| 37 | <i>Japan</i> | 8,00 |
| - | <i>Mali</i> | 8,00 |
| 39 | <i>Hong-Kong</i> | 8,25 |
| 40 | <i>Spain</i> | 8,33 |
| 41 | <i>Costa Rica</i> | 8,50 |
| 42 | <i>Italy</i> | 8,67 |
| 43 | <i>Macedonia</i> | 8,75 |
| 44 | <i>USA (American territory)</i> | 9,50 |
| 45 | <i>Bolivia</i> | 9,67 |
| 46 | <i>Uruguay</i> | 9,75 |
| 47 | <i>Israel</i> | 10,00 |
| 48 | <i>Bulgaria</i> | 10,25 |
| 49 | <i>Mozambique</i> | 10,50 |
| 50 | <i>Chile</i> | 11,75 |
| 51 | <i>Dominican Republic</i> | 12,25 |
| - | <i>Taiwan</i> | 12,25 |
| 53 | <i>Cyprus (North)</i> | 12,50 |
| - | <i>Mongolia</i> | 12,50 |
| - | <i>Poland</i> | 12,50 |
| 56 | <i>Croatia</i> | 12,83 |
| 57 | <i>Niger</i> | 13,00 |
| 58 | <i>Timor-Leste</i> | 13,50 |
| 59 | <i>Argentina</i> | 13,67 |
| 60 | <i>Botswana</i> | 14,00 |
| - | <i>Fiji</i> | 14,00 |
| 62 | <i>Albania</i> | 14,17 |
| 63 | <i>Brazil</i> | 14,50 |
| - | <i>Tonga</i> | 14,50 |
| 65 | <i>Serbia and Montenegro</i> | 14,83 |
| 66 | <i>Ghana</i> | 15,00 |
| - | <i>Panama</i> | 15,00 |
| 68 | <i>Nicaragua</i> | 15,25 |
| 69 | <i>Paraguay</i> | 15,50 |
| 70 | <i>Romania</i> | 16,17 |
| 71 | <i>Congo</i> | 17,00 |
| - | <i>Guinea-Bissau</i> | 17,00 |
| - | <i>Seychelles</i> | 17,00 |
| 74 | <i>Moldova</i> | 17,50 |
| - | <i>Tanzania</i> | 17,50 |
| 76 | <i>Angola</i> | 18,00 |
| - | <i>Honduras</i> | 18,00 |
| 78 | <i>Burkina Faso</i> | 19,00 |
| - | <i>Senegal</i> | 19,00 |
| 80 | <i>Uganda</i> | 19,25 |
| 81 | <i>Lesotho</i> | 19,50 |
| 82 | <i>Central African Republic</i> | 19,75 |
| 83 | <i>Cameroon</i> | 20,50 |

| | | |
|-----|------------------------------|-------|
| - | <i>Liberia</i> | 20,50 |
| 85 | <i>Kuwait</i> | 21,25 |
| 86 | <i>Guatemala</i> | 21,50 |
| 87 | <i>Ecuador</i> | 21,75 |
| 88 | <i>Comoros</i> | 22,00 |
| 89 | <i>Malawi</i> | 22,75 |
| 90 | <i>Burundi</i> | 23,00 |
| - | <i>Cambodia</i> | 23,00 |
| - | <i>Qatar</i> | 23,00 |
| - | <i>Venezuela</i> | 23,00 |
| - | <i>Zambia</i> | 23,00 |
| 95 | <i>Togo</i> | 23,75 |
| 96 | <i>Jordan</i> | 24,00 |
| 97 | <i>Madagascar</i> | 24,50 |
| 98 | <i>Turkey</i> | 25,00 |
| 99 | <i>Georgia</i> | 25,17 |
| 100 | <i>Kosovo</i> | 25,75 |
| - | <i>United Arab Emirates</i> | 25,75 |
| 102 | <i>Armenia</i> | 26,00 |
| - | <i>Gabon</i> | 26,00 |
| - | <i>Guinea</i> | 26,00 |
| - | <i>Indonesia</i> | 26,00 |
| 106 | <i>India</i> | 27,00 |
| 107 | <i>Thailand</i> | 28,00 |
| 108 | <i>Lebanon</i> | 28,25 |
| 109 | <i>Chad</i> | 30,00 |
| - | <i>Kenya</i> | 30,00 |
| 111 | <i>Kyrgyzstan</i> | 32,00 |
| 112 | <i>Ukraine</i> | 32,50 |
| 113 | <i>Malaysia</i> | 33,00 |
| - | <i>Tajikistan</i> | 33,00 |
| 115 | <i>Sri Lanka</i> | 33,25 |
| 116 | <i>Peru</i> | 33,33 |
| 117 | <i>Haiti</i> | 33,50 |
| 118 | <i>Swaziland</i> | 35,00 |
| 119 | <i>Kazakhstan</i> | 36,17 |
| - | <i>Morocco</i> | 36,17 |
| 121 | <i>Djibouti</i> | 37,00 |
| 122 | <i>Rwanda</i> | 38,00 |
| 123 | <i>Bahrain</i> | 38,75 |
| - | <i>Nigeria</i> | 38,75 |
| 125 | <i>Afghanistan</i> | 39,17 |
| 126 | <i>Sierra Leone</i> | 39,50 |
| 127 | <i>Mauritania</i> | 40,00 |
| 128 | <i>Colombia</i> | 40,17 |
| 129 | <i>Algeria</i> | 40,33 |
| 130 | <i>Gambia</i> | 41,00 |
| 131 | <i>Ethiopia</i> | 42,00 |
| 132 | <i>Palestinian Authority</i> | 42,50 |
| 133 | <i>Equatorial Guinea</i> | 44,00 |
| - | <i>Sudan</i> | 44,00 |
| 135 | <i>Mexico</i> | 45,50 |

| | | |
|-----|------------------------------|--------|
| 136 | <i>Yemen</i> | 46,25 |
| 137 | <i>USA (in Iraq)</i> | 48,50 |
| 138 | <i>Russia</i> | 48,67 |
| 139 | <i>Philippines</i> | 50,00 |
| 140 | <i>Singapore</i> | 50,67 |
| 141 | <i>Azerbaijan</i> | 51,00 |
| 142 | <i>Bhutan</i> | 51,50 |
| 143 | <i>Egypt</i> | 52,00 |
| 144 | <i>Côte d'Ivoire</i> | 52,25 |
| 145 | <i>Syria</i> | 55,00 |
| 146 | <i>Dem Republic of Congo</i> | 57,33 |
| 147 | <i>Tunisia</i> | 57,50 |
| 148 | <i>Maldives</i> | 58,50 |
| 149 | <i>Somalia</i> | 59,00 |
| 150 | <i>Pakistan</i> | 60,75 |
| 151 | <i>Bangladesh</i> | 61,25 |
| 152 | <i>Belarus</i> | 61,33 |
| 153 | <i>Zimbabwe</i> | 64,25 |
| 154 | <i>Saudi Arabia</i> | 66,00 |
| 155 | <i>Laos</i> | 66,50 |
| - | <i>Uzbekistan</i> | 66,50 |
| 157 | <i>Iraq</i> | 67,00 |
| 158 | <i>Vietnam</i> | 73,25 |
| 159 | <i>China</i> | 83,00 |
| 160 | <i>Nepal</i> | 86,75 |
| 161 | <i>Cuba</i> | 87,00 |
| 162 | <i>Libya</i> | 88,75 |
| 163 | <i>Burma</i> | 88,83 |
| 164 | <i>Iran</i> | 89,17 |
| 165 | <i>Turkmenistan</i> | 93,50 |
| 166 | <i>Eritrea</i> | 99,75 |
| 167 | <i>North Korea</i> | 109,00 |

V. Conclusões do estudo da RSF/Reporters Without Borders¹²¹

North Korea, Eritrea and Turkmenistan are the world's “black holes” for news

The 10 highest-ranked countries are in Europe, with Russia, Central Asia and the Caucasus near the bottom.

North Korea once again comes bottom of the Reporters Without Borders fourth annual World Press Freedom Index, released today. It is closely followed in the 167-country list by Eritrea (166th) and Turkmenistan (165th), which are other “black holes” for news where the privately-owned media is not allowed and freedom of expression does not exist. Journalists there simply relay government propaganda. Anyone out of step is harshly dealt with. A word too many, a commentary that deviates from the official line or a wrongly-spelled name and the author may be thrown in prison or draw the wrath of those in power. Harassment, psychological pressure, intimidation and round-the-clock surveillance are routine.

East Asia (Burma 163rd, China 159th, Vietnam 158th, Laos 155th), Central Asia (Turkmenistan 165th, Uzbekistan 155th, Afghanistan 125th, Kazakhstan 119th) and the Middle East (Iran 164th, Iraq 157th, Saudi Arabia 154th, Syria 145th) are where journalists have the toughest time and where government repression or armed groups prevent the media operating freely.

The situation in Iraq (157th) deteriorated further during the year as the safety of journalists became more precarious. At least 24 journalists and media assistants have been killed so far this year, making it the mostly deadly conflict for the media since World War II. A total of 72 media workers have been killed since the fighting began in March 2003.

¹²¹ Informação disponível em URL www.rsf.org

But more and more African and Latin American countries (Benin 25th, Namibia 25th, El Salvador 28th, Cape Verde 29th, Mauritius 34th, Mali 37th, Costa Rica 41st and Bolivia 45th) are getting very good rankings.

Western democracies slip back

Some Western democracies slipped down the Index. The United States (44th) fell more than 20 places, mainly because of the imprisonment of New York Times reporter Judith Miller and legal moves undermining the privacy of journalistic sources. Canada (21st) also dropped several places due to decisions that weakened the privacy of sources and sometimes turned journalists into “court auxiliaries.” France (30th) also slipped, largely because of searches of media offices, interrogations of journalists and introduction of new press offences.

At the top of the Index once again are northern European countries Denmark, Finland, Ireland, Iceland, Norway and the Netherlands, where robust press freedom is firmly established.

The top 10 countries are all European. New Zealand (12th), Trinidad and Tobago (12th), Benin (25th) and South Korea (34th) are the highest-ranked countries in other continents.

Press freedom, economic development and independence

Countries that have recently won their independence or have recovered it are very observant of press freedom and give the lie to the insistence of many authoritarian leaders that democracy takes decades to establish itself. Nine states that have had independence (or recovered it within the past 15 years) are among the top 60 countries - Slovenia (9th), Estonia (11th), Latvia (16th), Lithuania (21st), Namibia (25th), Bosnia-Herzegovina (33rd), Macedonia (43rd), Croatia (56th) and East Timor (58th).

The Index also contradicts the frequent argument by leaders of poor and repressive countries that economic development is a vital precondition for democracy and respect for human rights. The top of the Index is heavily dominated by rich countries, but several very poor ones (with a per capita GDP of less than \$1,000 in 2003) are among the top 60, such as Benin (25th), Mali (37th), Bolivia (45th), Mozambique (49th), Mongolia (53rd), Niger (57th) and East Timor (58th).

The top 10 countries are in Europe but gaps are widening between EU members

The highest-ranked countries may all be European but the press freedom gap is widening between member-states of the European Union. Poland (53rd), for example, slipped nearly 20 places this year, mainly because a journalist was heavily fined for “offensive remarks” about the Pope, a taboo subject. An investigative journalist on the satirical weekly *Nie* also faces between three months and five years in prison for refusing to reveal his sources. His computer hard-drive was put under legal seal at his home on 23 June, depriving him of his work equipment for several months.

Spain gets a poor ranking (40th) largely because of continued threats to journalists by ETA Basque militants. In Italy (42nd), a search of the offices of the daily *Corriere della Sera* last May, after it printed a report about the use of Italian Beretta pistols in Iraq, showed how strong the temptation still is to violate the secrecy of journalistic sources. The position of the United Kingdom (24th) is due to the situation in Northern Ireland, where journalists continue to be threatened by paramilitary groups.

The countries waiting to join the European Union do not score well. Despite efforts, press freedom is not securely established in Bulgaria (48th), Croatia (56th) and Romania (70th).

Journalists in Turkey (98th) objected strongly to a new criminal code adopted in June but the country still advanced 15 places because of a drop in press freedom violations.

VI. Questionário da Freedom House¹²²

Political rights

A. Electoral process

1. Is the head of state and/or head of government or other chief authority elected through free and fair elections?
2. Are the legislative representatives elected through free and fair elections?
3. Are there fair electoral laws, equal campaigning opportunities, fair polling and honest tabulation of ballots?

B. Political pluralism and participation

1. Do the people have the right to organize in different political parties or other competitive political groupings of their choice, and is the system open to the rise and fall of these competing parties or groupings?
2. Is there a significant opposition vote, de facto opposition power, and a realistic possibility for the opposition to increase its support or gain power through elections?
3. Are the people's political choices free from domination by the military, foreign powers, totalitarian parties, religious hierarchies, economic oligarchies, or any other powerful group?

¹²² Foi mantida a versão em inglês. A opção por esta língua decorre do facto de ter sido esta a versão disponibilizada pela ONG, e não se a traduziu para evitar perdas de informação decorrentes de uma tradução não-testável com os meios disponíveis.

4. Do cultural, ethnic, religious, and other minority groups have reasonable self-determination, self-government, autonomy, or participation through informal consensus in the decision-making process?

C. Functioning of government

1. Do freely elected representatives determine the policies of the government?
2. Is the government free from pervasive corruption?
3. Is the government accountable to the electorate between elections, and does it operate with openness and transparency?

Civil liberties

D. Freedom of expression and belief

1. Are there free and independent media and other forms of cultural expression? (Note: in cases where the media are stat-controlled but offer pluralistic points of view, the survey gives the system credit)
2. Are there free religious institutions, and is there free private and public religious expression?
3. Is there academic freedom, and is the educational system free of extensive political indoctrination?
4. Is there open and free private discussion?

E. Associational and organizational rights

1. Is there freedom of assembly, demonstration, and open public discussion?
2. Is there freedom of political or quasi-political organization? (Note: this includes political parties, civic organizations, ad hoc issue groups, etc.)
3. Are there free trade unions and peasant organizations or equivalents, and is there effective collective bargaining? Are there professional and other private organizations?

F. Rule of law

1. Is there an independent judiciary?
2. Does the rule of law prevail in civil and criminal matters? Are police under direct civilian control?
3. Is there protection from police terror, unjustified imprisonment, exile, torture,, whether by groups that support or oppose the system? Is there freedom from war and insurgencies?
4. Is the population treated equally under the law?

G. Personal autonomy and individual rights

1. Is there personal autonomy? Does the state control travel, choice of residence, or choice of employment? Is there freedom from indoctrination and excessive dependency on the state?
2. Do citizens have the right to own property and establish private businesses? Is private business activity unduly influenced by government officials, the security forces, or organized crime?
3. Are there personal social freedoms, including gender equality, choice of marriage partners, and size of family?
4. Is there equality of opportunity and absence of economic exploitation?

VII. Lista ordenada do estudo da Freedom House¹²³

| <i>Rank</i> | <i>Country</i> | <i>Rating</i> | <i>Status</i> |
|-------------|-------------------------------------|---------------|---------------|
| 1 | <i>Finland</i> | 9 | <i>Free</i> |
| 1 | <i>Iceland</i> | 9 | <i>Free</i> |
| 1 | <i>Sweden</i> | 9 | <i>Free</i> |
| 4 | <i>Denmark</i> | 10 | <i>Free</i> |
| 4 | <i>Norway</i> | 10 | <i>Free</i> |
| 6 | <i>Belgium</i> | 11 | <i>Free</i> |
| 6 | <i>Luxembourg</i> | 11 | <i>Free</i> |
| 6 | <i>Netherlands</i> | 11 | <i>Free</i> |
| 6 | <i>Switzerland</i> | 11 | <i>Free</i> |
| 10 | <i>New Zealand</i> | 12 | <i>Free</i> |
| 11 | <i>Marshall Islands</i> | 13 | <i>Free</i> |
| 11 | <i>Palau</i> | 13 | <i>Free</i> |
| 13 | <i>Andorra</i> | 14 | <i>Free</i> |
| 13 | <i>Bahamas</i> | 14 | <i>Free</i> |
| 13 | <i>Liechtenstein</i> | 14 | <i>Free</i> |
| 13 | <i>Monaco</i> | 14 | <i>Free</i> |
| 13 | <i>Portugal</i> | 14 | <i>Free</i> |
| 18 | <i>Ireland</i> | 15 | <i>Free</i> |
| 18 | <i>Jamaica</i> | 15 | <i>Free</i> |
| 20 | <i>Germany</i> | 16 | <i>Free</i> |
| 20 | <i>San Marino</i> | 16 | <i>Free</i> |
| 20 | <i>St. Lucia</i> | 16 | <i>Free</i> |
| 20 | <i>St. Vincent & Grenadines</i> | 16 | <i>Free</i> |
| 24 | <i>Barbados</i> | 17 | <i>Free</i> |
| 24 | <i>Canada</i> | 17 | <i>Free</i> |
| 24 | <i>Dominica</i> | 17 | <i>Free</i> |
| 24 | <i>Estonia</i> | 17 | <i>Free</i> |
| 24 | <i>Latvia</i> | 17 | <i>Free</i> |
| 24 | <i>United States</i> | 17 | <i>Free</i> |
| 30 | <i>Australia</i> | 18 | <i>Free</i> |
| 30 | <i>Lithuania</i> | 18 | <i>Free</i> |
| 30 | <i>Malta</i> | 18 | <i>Free</i> |
| 30 | <i>Micronesia</i> | 18 | <i>Free</i> |

¹²³ Informação disponível em URL www.freedomhouse.org

| | | | |
|----|--------------------------------|----|--------------------|
| 30 | <i>United Kingdom</i> | 18 | <i>Free</i> |
| 35 | <i>Costa Rica</i> | 19 | <i>Free</i> |
| 35 | <i>Slovenia</i> | 19 | <i>Free</i> |
| 37 | <i>Belize</i> | 20 | <i>Free</i> |
| 37 | <i>France</i> | 20 | <i>Free</i> |
| 37 | <i>Grenada</i> | 20 | <i>Free</i> |
| 37 | <i>Japan</i> | 20 | <i>Free</i> |
| 37 | <i>Poland</i> | 20 | <i>Free</i> |
| 37 | <i>Suriname</i> | 20 | <i>Free</i> |
| 37 | <i>Tuvalu</i> | 20 | <i>Free</i> |
| 44 | <i>Austria</i> | 21 | <i>Free</i> |
| 44 | <i>Hungary</i> | 21 | <i>Free</i> |
| 44 | <i>Slovakia</i> | 21 | <i>Free</i> |
| 44 | <i>Taiwan</i> | 21 | <i>Free</i> |
| 48 | <i>Cyprus</i> | 22 | <i>Free</i> |
| 48 | <i>Czech Republic</i> | 22 | <i>Free</i> |
| 48 | <i>Spain</i> | 22 | <i>Free</i> |
| 51 | <i>Guyana</i> | 23 | <i>Free</i> |
| 51 | <i>Mali</i> | 23 | <i>Free</i> |
| 51 | <i>St. Kitts & Nevis</i> | 23 | <i>Free</i> |
| 54 | <i>Chile</i> | 24 | <i>Free</i> |
| 54 | <i>Trinidad & Tobago</i> | 24 | <i>Free</i> |
| 54 | <i>Vanuatu</i> | 24 | <i>Free</i> |
| 57 | <i>Samoa</i> | 25 | <i>Free</i> |
| 58 | <i>Ghana</i> | 26 | <i>Free</i> |
| 58 | <i>Kiribati</i> | 26 | <i>Free</i> |
| 58 | <i>South Africa</i> | 26 | <i>Free</i> |
| 61 | <i>Greece</i> | 28 | <i>Free</i> |
| 61 | <i>Hong Kong</i> | 28 | <i>Free</i> |
| 61 | <i>Israel</i> | 28 | <i>Free</i> |
| 61 | <i>Mauritius</i> | 28 | <i>Free</i> |
| 61 | <i>Sao Tome & Principe</i> | 28 | <i>Free</i> |
| 66 | <i>Namibia</i> | 29 | <i>Free</i> |
| 66 | <i>Nauru</i> | 29 | <i>Free</i> |
| 66 | <i>Papua New Guinea</i> | 29 | <i>Free</i> |
| 66 | <i>South Korea</i> | 29 | <i>Free</i> |
| 66 | <i>Uruguay</i> | 29 | <i>Free</i> |
| 71 | <i>Benin</i> | 30 | <i>Free</i> |
| 71 | <i>Botswana</i> | 30 | <i>Free</i> |
| 71 | <i>East Timor</i> | 30 | <i>Free</i> |
| 71 | <i>Fiji</i> | 30 | <i>Free</i> |
| 71 | <i>Solomon Islands</i> | 30 | <i>Free</i> |
| 76 | <i>Cape Verde</i> | 32 | <i>Partly Free</i> |
| 77 | <i>Bolivia</i> | 35 | <i>Partly Free</i> |
| 77 | <i>Bulgaria</i> | 35 | <i>Partly Free</i> |
| 77 | <i>Italy</i> | 35 | <i>Partly Free</i> |
| 77 | <i>Mongolia</i> | 35 | <i>Partly Free</i> |
| 77 | <i>Philippines</i> | 35 | <i>Partly Free</i> |
| 82 | <i>Croatia</i> | 37 | <i>Partly Free</i> |
| 82 | <i>Senegal</i> | 37 | <i>Partly Free</i> |
| 82 | <i>Tonga</i> | 37 | <i>Partly Free</i> |
| 85 | <i>Dominican Republic</i> | 38 | <i>Partly Free</i> |
| 85 | <i>India</i> | 38 | <i>Partly Free</i> |
| 87 | <i>Antigua & Barbuda</i> | 40 | <i>Partly Free</i> |
| 87 | <i>Brazil</i> | 40 | <i>Partly Free</i> |

| | | | |
|-----|---------------------------------|----|--------------------|
| 87 | <i>Burkina Faso</i> | 40 | <i>Partly Free</i> |
| 87 | <i>Peru</i> | 40 | <i>Partly Free</i> |
| 87 | <i>Serbia & Montenegro</i> | 40 | <i>Partly Free</i> |
| 92 | <i>Argentina</i> | 41 | <i>Partly Free</i> |
| 92 | <i>Ecuador</i> | 41 | <i>Partly Free</i> |
| 92 | <i>El Salvador</i> | 41 | <i>Partly Free</i> |
| 95 | <i>Lesotho</i> | 42 | <i>Partly Free</i> |
| 95 | <i>Mexico</i> | 42 | <i>Partly Free</i> |
| 95 | <i>Nicaragua</i> | 42 | <i>Partly Free</i> |
| 95 | <i>Thailand</i> | 42 | <i>Partly Free</i> |
| 99 | <i>Comoros</i> | 44 | <i>Partly Free</i> |
| 99 | <i>Panama</i> | 44 | <i>Partly Free</i> |
| 99 | <i>Uganda</i> | 44 | <i>Partly Free</i> |
| 102 | <i>Bosnia-Herzegovina</i> | 45 | <i>Partly Free</i> |
| 102 | <i>Mozambique</i> | 45 | <i>Partly Free</i> |
| 104 | <i>Romania</i> | 47 | <i>Partly Free</i> |
| 105 | <i>Turkey</i> | 48 | <i>Partly Free</i> |
| 106 | <i>Madagascar</i> | 50 | <i>Partly Free</i> |
| 107 | <i>Albania</i> | 51 | <i>Partly Free</i> |
| 107 | <i>Congo (Brazzaville)</i> | 51 | <i>Partly Free</i> |
| 107 | <i>Honduras</i> | 51 | <i>Partly Free</i> |
| 107 | <i>Macedonia</i> | 51 | <i>Partly Free</i> |
| 107 | <i>Tanzania</i> | 51 | <i>Partly Free</i> |
| 112 | <i>Nigeria</i> | 52 | <i>Partly Free</i> |
| 113 | <i>Niger</i> | 53 | <i>Partly Free</i> |
| 114 | <i>Malawi</i> | 54 | <i>Partly Free</i> |
| 115 | <i>Guinea-Bissau</i> | 55 | <i>Partly Free</i> |
| 116 | <i>Georgia</i> | 56 | <i>Partly Free</i> |
| 116 | <i>Paraguay</i> | 56 | <i>Partly Free</i> |
| 116 | <i>Sri Lanka</i> | 56 | <i>Partly Free</i> |
| 119 | <i>Guatemala</i> | 58 | <i>Partly Free</i> |
| 119 | <i>Indonesia</i> | 58 | <i>Partly Free</i> |
| 119 | <i>Kuwait</i> | 58 | <i>Partly Free</i> |
| 119 | <i>Seychelles</i> | 58 | <i>Partly Free</i> |
| 123 | <i>Sierra Leone</i> | 59 | <i>Partly Free</i> |
| 123 | <i>Ukraine</i> | 59 | <i>Partly Free</i> |
| 125 | <i>Lebanon</i> | 60 | <i>Partly Free</i> |
| 126 | <i>Kenya</i> | 61 | <i>Not Free</i> |
| 126 | <i>Pakistan</i> | 61 | <i>Not Free</i> |
| 128 | <i>Cambodia</i> | 62 | <i>Not Free</i> |
| 128 | <i>Jordan</i> | 62 | <i>Not Free</i> |
| 128 | <i>Qatar</i> | 62 | <i>Not Free</i> |
| 131 | <i>Central African Republic</i> | 63 | <i>Not Free</i> |
| 131 | <i>Colombia</i> | 63 | <i>Not Free</i> |
| 131 | <i>Morocco</i> | 63 | <i>Not Free</i> |
| 134 | <i>Algeria</i> | 64 | <i>Not Free</i> |
| 134 | <i>Armenia</i> | 64 | <i>Not Free</i> |
| 136 | <i>Mauritania</i> | 65 | <i>Not Free</i> |
| 136 | <i>Moldova</i> | 65 | <i>Not Free</i> |
| 136 | <i>Zambia</i> | 65 | <i>Not Free</i> |
| 139 | <i>Angola</i> | 66 | <i>Not Free</i> |
| 139 | <i>Bhutan</i> | 66 | <i>Not Free</i> |
| 139 | <i>Gabon</i> | 66 | <i>Not Free</i> |
| 139 | <i>Haiti</i> | 66 | <i>Not Free</i> |
| 139 | <i>Singapore</i> | 66 | <i>Not Free</i> |

| | | | |
|-----|--|----|-----------------|
| 144 | <i>Djibouti</i> | 67 | <i>Not Free</i> |
| 145 | <i>Afghanistan</i> | 68 | <i>Not Free</i> |
| 145 | <i>Bangladesh</i> | 68 | <i>Not Free</i> |
| 145 | <i>Cameroon</i> | 68 | <i>Not Free</i> |
| 145 | <i>Egypt</i> | 68 | <i>Not Free</i> |
| 145 | <i>Ethiopia</i> | 68 | <i>Not Free</i> |
| 145 | <i>Maldives</i> | 68 | <i>Not Free</i> |
| 145 | <i>Russia</i> | 68 | <i>Not Free</i> |
| 152 | <i>Cote d'Ivoire</i> | 69 | <i>Not Free</i> |
| 152 | <i>Malaysia</i> | 69 | <i>Not Free</i> |
| 152 | <i>Nepal</i> | 69 | <i>Not Free</i> |
| 155 | <i>Iraq</i> | 70 | <i>Not Free</i> |
| 156 | <i>Bahrain</i> | 71 | <i>Not Free</i> |
| 156 | <i>Kyrgyzstan</i> | 71 | <i>Not Free</i> |
| 158 | <i>Azerbaijan</i> | 72 | <i>Not Free</i> |
| 158 | <i>Oman</i> | 72 | <i>Not Free</i> |
| 158 | <i>The Gambia</i> | 72 | <i>Not Free</i> |
| 158 | <i>United Arab Emirates</i> | 72 | <i>Not Free</i> |
| 158 | <i>Venezuela</i> | 72 | <i>Not Free</i> |
| 163 | <i>Chad</i> | 73 | <i>Not Free</i> |
| 163 | <i>Guinea</i> | 73 | <i>Not Free</i> |
| 163 | <i>Liberia</i> | 73 | <i>Not Free</i> |
| 163 | <i>Togo</i> | 73 | <i>Not Free</i> |
| 167 | <i>Burundi</i> | 74 | <i>Not Free</i> |
| 167 | <i>Tajikistan</i> | 74 | <i>Not Free</i> |
| 169 | <i>Brunei</i> | 75 | <i>Not Free</i> |
| 169 | <i>Kazakhstan</i> | 75 | <i>Not Free</i> |
| 171 | <i>Yemen</i> | 76 | <i>Not Free</i> |
| 172 | <i>Swaziland</i> | 79 | <i>Not Free</i> |
| 173 | <i>Iran</i> | 80 | <i>Not Free</i> |
| 173 | <i>Saudi Arabia</i> | 80 | <i>Not Free</i> |
| 173 | <i>Tunisia</i> | 80 | <i>Not Free</i> |
| 176 | <i>Congo (Kinshasa)</i> | 81 | <i>Not Free</i> |
| 177 | <i>China</i> | 82 | <i>Not Free</i> |
| 177 | <i>Vietnam</i> | 82 | <i>Not Free</i> |
| 179 | <i>Laos</i> | 83 | <i>Not Free</i> |
| 179 | <i>Somalia</i> | 83 | <i>Not Free</i> |
| 179 | <i>Syria</i> | 83 | <i>Not Free</i> |
| 182 | <i>Israeli-Occupied Territories/ Palestinian Authority</i> | 84 | <i>Not Free</i> |
| 182 | <i>Rwanda</i> | 84 | <i>Not Free</i> |
| 184 | <i>Uzbekistan</i> | 85 | <i>Not Free</i> |
| 185 | <i>Belarus</i> | 86 | <i>Not Free</i> |
| 185 | <i>Sudan</i> | 86 | <i>Not Free</i> |
| 187 | <i>Equatorial Guinea</i> | 88 | <i>Not Free</i> |
| 188 | <i>Zimbabwe</i> | 89 | <i>Not Free</i> |
| 189 | <i>Eritrea</i> | 91 | <i>Not Free</i> |
| 190 | <i>Libya</i> | 95 | <i>Not Free</i> |
| 191 | <i>Burma</i> | 96 | <i>Not Free</i> |
| 191 | <i>Cuba</i> | 96 | <i>Not Free</i> |
| 191 | <i>Turkmenistan</i> | 96 | <i>Not Free</i> |
| 194 | <i>North Korea</i> | 97 | <i>Not Free</i> |

VIII. Conclusões do estudo para a Europa Ocidental da Freedom House

Press Freedom in 2004

Press freedom saw modest gains in a number of key countries, including Ukraine and Lebanon, which received status upgrades in 2004. Several countries in the Middle East and North Africa region also showed positive trends. However, these improvements were outweighed by a worsening in the overall level of press freedom worldwide as measured by the global average score, continuing a three-year trend of decline. Notable setbacks occurred in the United States and elsewhere in the Americas, while increased restrictions were also detected in parts of Asia, Sub-Saharan Africa, and the former Soviet Union.

The annual Freedom of the Press survey assesses the degree of print, broadcast, and Internet freedom in every country in the world, analyzing events that take place during each calendar year. Ratings are determined on the basis of an examination of three broad categories: the legal environment in which media operate, political influences on reporting and access to information, and economic pressures on content and the dissemination of news. Under the legal category, we assess the laws and regulations that could influence media content as well as the government's inclination to use these laws and legal institutions to restrict the media's ability to operate. The political category encompasses a variety of issues, including editorial pressure by the government or other actors, censorship and self-censorship, the ability of reporters to cover the news, and the extralegal intimidation of and violence against journalists. Finally, under the economic category we examine issues such as the structure, transparency, and concentration of media ownership; costs of production and distribution; and the impact of advertising, subsidies, and bribery on content. The survey provides a numerical rating from 0 (the most free) to 100

(the least free) for each country and categorizes the level of press freedom as "Free," "Partly Free," or "Not Free" based on each country's numerical rating.

In 2004, out of 194 countries and territories surveyed, 75 countries (39 percent) were rated Free, 50 (26 percent) were rated Partly Free, and 69 (35 percent) were rated Not Free. The year saw a slight improvement in press freedom worldwide as measured by a shift in category. Overall, 1 country, Namibia, moved from Partly Free to Free, while 4 countries (Guatemala, Guinea-Bissau, Lebanon, and Ukraine) improved from Not Free to Partly Free. Only 2 countries—Kenya and Pakistan—registered a negative category shift in 2004 from Partly Free to Not Free.

In terms of population, the survey found that 17 percent of the world's inhabitants live in countries that enjoy a Free press, while 38 percent have a Partly Free press and 45 percent have a Not Free press. The relatively negative picture painted by examining population figures can be explained by the fact that China, with its large population, is rated Not Free, and the almost equally populous country of India is rated Partly Free, thus vastly decreasing the percentage of people worldwide who have access to Free media. This situation represents a decline over the past year, as the percentage of people who live in countries with a Not Free media environment has increased by two points.

The overall level of press freedom worldwide, as measured by the global average score, also worsened in 2004 to 45.94, continuing a three-year downward trend. Both the overall global average score and the averages for the political and economic categories worsened, with the political environment category showing a particular decline.

The five worst-rated countries in 2004 continue to be Burma, Cuba, Libya, North Korea, and Turkmenistan. In these states, independent media are either nonexistent or barely able to operate, the role of the press is to act as a mouthpiece for the ruling regime, and citizens' access to unbiased information is severely limited. The numerical scores for these five countries have barely changed in relation to the previous year, reflecting a level of extreme repression and stagnation for the media.

Western Europe

Western Europe continued to boast the highest level of press freedom worldwide; in 2004, 23 countries (92 percent) were rated Free and 2 (8 percent) were rated Partly Free. Nevertheless, in 2003 Italy joined Turkey as the only countries in the region to be rated Partly Free. It was the first time since 1988 that media in an EU member state have been rated by the survey as Partly Free, and in 2004 media freedom in Italy remained constrained by the dominant influence of

Prime Minister Silvio Berlusconi's media holdings. During the year, the media environment in most countries remained stable, while Turkey saw a modest numerical improvement. A new press code, coupled with revisions made to the penal code in September, has led to an easing of the legal environment for the Turkish press during the year.

A "not free" country with vibrant media?

One of the apparent contradictions in the survey is how a country can be ranked Not Free and also enjoy independent media outlets that are able to publish what they wish. A number of countries that are designated Not Free and score in the 61 to 70 numerical range do indeed have some vibrant media. In 2004, two countries that exemplify this paradox-Kenya and Pakistan-were downgraded to the Not Free category. While at first glance this designation would seem to be inaccurate, there are several explanations for it when seen in the context of the survey's framework. The first caveat is that not all Not Free countries are equally repressive; this general category designation covers a wide range of numerical scores-from a country such as Kenya (61 points) to one such as North Korea (97 points)-and obviously these two countries have vastly different levels of press freedom that their respective numerical scores represent.

In addition, while the survey does measure media vibrancy and the ability of print and broadcast outlets to report on a wide variety of themes and to reflect different viewpoints, these issues are covered by only a portion of the survey's 23 methodology questions overall. If a country scores badly on enough of the other survey questions, it may tip over into the Not Free category regardless of the presence of vibrant media within its borders. Another point to bear in mind is that under the survey's scope, all forms of news media as well as their reach and impact within a country are examined. In the vast majority of countries, particularly in the developing world, the print media are substantially freer than the broadcast sector, which in many cases has remained under the control of the state. Therefore, the existence of a coterie of independent newspapers, each with a small subscription base, whose reach is confined largely to elites within urban centres, must be balanced in our ratings against the strength and impact of radio and television networks whose coverage is considerably less free and balanced but which reach a much higher percentage of the population.

Paradoxically, the existence of vibrant media may actually reduce a country's overall level of press freedom. If more media outlets are reporting on sensitive issues such as official corruption, ethnic or religious tension, or human rights, their staff are often more liable to be subject to either legal or physical harassment at the hands of government agents or other actors, all issues that are examined in our survey questions. For example, Colombia and Bangladesh,

where the level of violent intimidation of the press is extremely high, score badly enough to be placed in the Not Free category despite the presence of outspoken independent newspapers in both countries. In other countries such as Algeria or Ethiopia, press outspokenness has been met with increased levels of legal prosecution against media professionals, which in turn also negatively impacts a country's overall numerical score.

In the cases of Kenya and Pakistan, a combination of factors contributed to their Not Free ratings. Although Kenya has had greater political openness following the election of a new government in December 2002, the legal environment for the media has not yet been reformed despite official promises to do so. Criminal defamation laws, security laws, and onerous registration requirements continue to constrain the press. In addition to a crackdown on the tabloid press at the beginning of 2004, other cases of official harassment and extralegal intimidation are regularly reported. The government-controlled Kenya Broadcasting Corporation dominates the broadcast sector and provides sometimes-slanted coverage, while significant levels of corruption also affect media content.

Although the military government headed by General Pervez Musharraf initially had a generally lenient attitude toward the Pakistani press, this has evaporated over the past several years as his regime has become more intolerant of criticism and investigative reporting. Journalists who cover sensitive topics have been pressured to resign, detained and threatened by the intelligence services, or arrested and charged with sedition. Blasphemy laws as well as newly strengthened defamation legislation also pose a threat to press freedom. State-owned news media continue to dominate the broadcast sector, and the government also exerts pressure on independent media through selective allocation of advertising and outright bribery.

In conclusion, although media vibrancy is an essential component of press freedom, the overall level of media independence in each country is influenced by a variety of factors that, taken together, comprise the broader entire "enabling environment" for the media. Our research has shown that in many countries inadequate legal protections, coupled with moderate or high levels of intimidation by either the government or other actors, can combine to place a country in the Not Free category despite the presence of a vibrant independent print media sector.

Karin Deutsch Karlekar

IX. Caracterização de Portugal pela Freedom House

Overview

Portugal's Prime Minister Jose Manuel Durão Barroso resigned as prime minister to become the new president of the European Commission in 2004. Lisbon mayor Pedro Santana Lopes replaced Barroso. The high-profile trial against seven people accused of forming a child sex ring in the Casa Pia children's home network began in November.

Portugal was proclaimed a republic in 1910, after King Manuel II abdicated during a bloodless revolution. Antonio de Oliveira Salazar became prime minister in 1932 and ruled the country as a fascist dictatorship until 1968, when his lieutenant, Marcello Caetano, replaced him. During the "Marcello Spring," repression and censorship were relaxed somewhat and a liberal wing developed inside the one-party National Assembly. In 1974, a bloodless coup by the Armed Forces Movement, which opposed the ongoing colonial wars in Mozambique and Angola, overthrew Caetano.

A transition to democracy began with the election of a Constitutional Assembly that adopted a democratic constitution in 1976. A civilian government was formally established in 1982 after a revision of the constitution brought the military under civilian rule, curbed the president's powers, and abolished the unelected Revolutionary Council. Portugal became a member of the European Economic Community (later the EU) in 1986, and in early 2002, the Euro replaced Portugal's currency, the escudo. In 1999, Portugal handed over its last overseas territory, Macao, to the Chinese, ending a long history of colonial rule.

In January 2001, the Socialist Party's Jorge Sampaio was reelected president to a second five-year term in office. Prime Minister Antonio Guterres resigned at the end of 2001 after his ruling

Socialist Party (PS) suffered significant losses in municipal elections. The general election held on March 17, 2002, two years earlier than scheduled, produced a narrow victory for the Social Democratic Party (PSD), Portugal's centre-right party, ending six years of Socialist Party government. However, the PSD - whose leader, José Manuel Barroso, was named the new prime minister - fell well short of an absolute majority, which forced it to form a governing alliance with the small Popular Party, a populist, right-of-centre party.

In July 2004, Barroso stepped down as prime minister to become president of the European Commission, succeeding the Italian Romano Prodi. Santana Lopes, the mayor of Lisbon and the new head of the Social Democrats, replaced Barroso.

The country tightened security during the Euro 2004 soccer championships held in June. Such measures were aimed to prevent violence both by terrorists, like the attacks in Madrid only a few months before, and by groups of hooligan fans coming from other countries.

In November, a paedophilia trial began against seven people, including a TV presenter, a former top diplomat, and a former director of the Casa Pia children's home network. The case emerged from a series of allegations in 2003 of child abuse in the long-established state-run orphanages. The allegations went back 30 years and were considered the greatest upheaval in Portuguese society since the revolution of 1974. In June, a judge had thrown out the case against a key Socialist, Paulo Pedroso, who was previously charged with paedophilia offences in the Casa Pia scandal. Barroso supported the U.S.-led invasion of Iraq, even hosting the Azores summit that effectively marked the declaration of hostilities. The country still maintains 128 elite police officers in Iraq, who are providing security as part of a multinational force under British command.

Political Rights and Civil Liberties

Citizens of Portugal can change their government democratically. The 230 members of the unicameral legislature, the Assembly of the Republic, are elected every four years by popular vote using a system of proportional representation. The president is popularly elected for a five-year term, renewable once. The president receives advice from the Council of State, which includes six senior civilian officers, former presidents elected under the 1976 constitution, five members chosen by the assembly, and five members selected by the president. While the president holds no executive powers, he can delay legislation with a veto and dissolve the assembly to call early elections. The constitution was amended in 1997 to allow immigrants to vote in presidential elections.

The Portuguese have the right to organize in different political parties and other political groupings of their choice, except for fascist organizations. During the last elections in 2002, more than five parties won seats. The Social Democratic Party (PSD) took the lead with 40 percent of the vote, the PS was second with 38 percent, the Popular Party had around 9 percent, and the Communists got 7 percent. The autonomous regions of Azores and Madeira are relatively independent, with their own political and administrative regimes, and their own legislation and executive powers.

Portugal was ranked 27 out of 146 countries surveyed in Transparency International's 2004 Corruption Perceptions Index.

Freedom of the press is guaranteed by the constitution, and laws against insulting the government or the armed forces are rarely enforced. Commercial television has been making gains in recent years, providing serious competition for the public broadcasting channels that lack funds. Internet access is not restricted.

Although the country is overwhelmingly Roman Catholic, the constitution guarantees freedom of religion and forbids religious discrimination. The Religious Freedom Act, which was adopted in 2001, provides religions that have been established in the country for at least 30 years (or recognized internationally for at least 60 years) with a number of benefits formerly reserved for the Catholic Church, such as tax exemptions, legal recognition of marriage and other rites, chaplain visits to prisons and hospitals, and respect for traditional holidays. Academic freedom is respected.

There is freedom of assembly, and citizens can participate in demonstrations and open public discussion. National and international NGOs, including human rights groups, operated in the country without government interference. However, according to the 2004 US State Department report on human rights practices, many complained of slow investigations or remedial action by the state. Workers have the right to organize, bargain collectively, and strike for any reason, including political ones. For the second time in two years, public sector workers went on strike in January to protest a government austerity plan, which has involved a wage freeze for public sector workers. According to the BBC, the government defended the austerity plan as needed to achieve "public discipline."

The constitution provides for an independent court system. However, there is a considerable backlog of pending trials as a result of general inefficiency and a number of vacancies in the judicial system. A number of concerns were raised during the Casa Pia paedophilia scandal about the leaking of information about the case by the prosecution to the public.

Human rights groups have expressed concern about the number of human rights abuses in the country, including unlawful police shootings, deaths in police custody, and poor prison conditions that amount to cruel, inhuman, and degrading treatment. A Justice Ministry report released during the year cited a number of problems in the country's prison system, including overcrowding, poor sanitary conditions, and high rates of HIV/AIDS among prisoners. The prison population - as a percentage of the total population - is over the EU average. Citing problems of overcrowding and unsanitary conditions, a 2004 report by the country's Justice Ministry argued that Portuguese prisons are the "worst" in the European Union (EU).

The constitution guarantees equal treatment under the law and nondiscrimination. The government has taken a number of steps in the past few years to combat racism, including passing antidiscrimination laws and launching initiatives that seek to promote the integration of immigrants and Roma (Gypsies) into Portuguese society. However, there have been few prosecutions in cases involving racial or religious discrimination or the use of excessive force by the police towards immigrants and Roma.

The country is a destination and transit point for trafficked persons, particularly women from Eastern Europe and former Portuguese colonies in South America and Africa. In 2000, a law was introduced that makes domestic violence a public crime and obliges the police to follow through on reports. Abortion is illegal, unless under exceptional circumstances, such as when the mother's life is at risk. In August, the government refused a Dutch "abortion ship" to enter the country's territorial waters. The ship's crew allegedly intended to hand out pills that induce abortion to Portuguese women who wanted them once it returned to international waters and was under Dutch laws. Women hold about 19 percent of the 230 seats in the legislature.

X. Tabelas de frequência do inquérito aplicado aos jornalistas madeirenses

A01

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|--------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | <i>N</i> | 25 | 35,7 | 35,7 | 35,7 |
| | <i>S</i> | 45 | 64,3 | 64,3 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

A01b

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|--------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | 0 | 25 | 35,7 | 35,7 | 35,7 |
| | 1 | 12 | 17,1 | 17,1 | 52,9 |
| | 2 | 9 | 12,9 | 12,9 | 65,7 |
| | 3 | 14 | 20,0 | 20,0 | 85,7 |
| | 4 | 4 | 5,7 | 5,7 | 91,4 |
| | 5 | 3 | 4,3 | 4,3 | 95,7 |
| | 6 | 3 | 4,3 | 4,3 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

A02

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|--------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | <i>N</i> | 54 | 77,1 | 77,1 | 77,1 |
| | <i>S</i> | 16 | 22,9 | 22,9 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

A02b

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|---|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | 0 | 54 | 77,1 | 77,1 | 77,1 |
| | 1 | 2 | 2,9 | 2,9 | 80,0 |
| | 2 | 5 | 7,1 | 7,1 | 87,1 |
| | 3 | 2 | 2,9 | 2,9 | 90,0 |

| | | | | | |
|--|--------------|----|-------|-------|-------|
| | 4 | 4 | 5,7 | 5,7 | 95,7 |
| | 5 | 2 | 2,9 | 2,9 | 98,6 |
| | 6 | 1 | 1,4 | 1,4 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

A03

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|--------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | <i>N</i> | 47 | 67,1 | 67,1 | 67,1 |
| | <i>S</i> | 23 | 32,9 | 32,9 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

A03b

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|--------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | 0 | 47 | 67,1 | 67,1 | 67,1 |
| | 1 | 7 | 10,0 | 10,0 | 77,1 |
| | 2 | 3 | 4,3 | 4,3 | 81,4 |
| | 3 | 5 | 7,1 | 7,1 | 88,6 |
| | 4 | 3 | 4,3 | 4,3 | 92,9 |
| | 5 | 1 | 1,4 | 1,4 | 94,3 |
| | 6 | 4 | 5,7 | 5,7 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

A04

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|--------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | <i>N</i> | 25 | 35,7 | 35,7 | 35,7 |
| | <i>S</i> | 45 | 64,3 | 64,3 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

A04b

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|--------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | 0 | 25 | 35,7 | 35,7 | 35,7 |
| | 1 | 8 | 11,4 | 11,4 | 47,1 |
| | 2 | 12 | 17,1 | 17,1 | 64,3 |
| | 3 | 13 | 18,6 | 18,6 | 82,9 |
| | 4 | 4 | 5,7 | 5,7 | 88,6 |
| | 5 | 2 | 2,9 | 2,9 | 91,4 |
| | 6 | 6 | 8,6 | 8,6 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

A05

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|--------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | <i>N</i> | 31 | 44,3 | 44,3 | 44,3 |
| | <i>S</i> | 39 | 55,7 | 55,7 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

A05b

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|--------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | 0 | 31 | 44,3 | 44,3 | 44,3 |
| | 1 | 10 | 14,3 | 14,3 | 58,6 |
| | 2 | 6 | 8,6 | 8,6 | 67,1 |
| | 3 | 7 | 10,0 | 10,0 | 77,1 |
| | 4 | 3 | 4,3 | 4,3 | 81,4 |
| | 5 | 7 | 10,0 | 10,0 | 91,4 |
| | 6 | 6 | 8,6 | 8,6 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

A06

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|--------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | N | 22 | 31,4 | 31,4 | 31,4 |
| | S | 48 | 68,6 | 68,6 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

A06b

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|--------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | 0 | 22 | 31,4 | 31,4 | 31,4 |
| | 1 | 12 | 17,1 | 17,1 | 48,6 |
| | 2 | 11 | 15,7 | 15,7 | 64,3 |
| | 3 | 14 | 20,0 | 20,0 | 84,3 |
| | 4 | 2 | 2,9 | 2,9 | 87,1 |
| | 5 | 5 | 7,1 | 7,1 | 94,3 |
| | 6 | 4 | 5,7 | 5,7 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

A07

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|--------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | N | 31 | 44,3 | 44,3 | 44,3 |
| | S | 39 | 55,7 | 55,7 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

A07b

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|--------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | 0 | 31 | 44,3 | 44,3 | 44,3 |
| | 1 | 12 | 17,1 | 17,1 | 61,4 |
| | 2 | 5 | 7,1 | 7,1 | 68,6 |
| | 3 | 14 | 20,0 | 20,0 | 88,6 |
| | 4 | 3 | 4,3 | 4,3 | 92,9 |
| | 5 | 3 | 4,3 | 4,3 | 97,1 |
| | 6 | 2 | 2,9 | 2,9 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

A08

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|--------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | <i>N</i> | 25 | 35,7 | 35,7 | 35,7 |
| | <i>S</i> | 45 | 64,3 | 64,3 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

A08b

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|--------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | <i>0</i> | 25 | 35,7 | 35,7 | 35,7 |
| | <i>1</i> | 6 | 8,6 | 8,6 | 44,3 |
| | <i>2</i> | 8 | 11,4 | 11,4 | 55,7 |
| | <i>3</i> | 12 | 17,1 | 17,1 | 72,9 |
| | <i>4</i> | 6 | 8,6 | 8,6 | 81,4 |
| | <i>5</i> | 5 | 7,1 | 7,1 | 88,6 |
| | <i>6</i> | 8 | 11,4 | 11,4 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

B01

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|--------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | <i>N</i> | 14 | 20,0 | 20,0 | 20,0 |
| | <i>S</i> | 56 | 80,0 | 80,0 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

B01b

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|--------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | <i>0</i> | 14 | 20,0 | 20,0 | 20,0 |
| | <i>1</i> | 4 | 5,7 | 5,7 | 25,7 |
| | <i>2</i> | 8 | 11,4 | 11,4 | 37,1 |
| | <i>3</i> | 20 | 28,6 | 28,6 | 65,7 |
| | <i>4</i> | 6 | 8,6 | 8,6 | 74,3 |
| | <i>5</i> | 4 | 5,7 | 5,7 | 80,0 |
| | <i>6</i> | 14 | 20,0 | 20,0 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

B02

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|--------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | <i>N</i> | 10 | 14,3 | 14,3 | 14,3 |
| | <i>S</i> | 60 | 85,7 | 85,7 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

B02b

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|----------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | <i>0</i> | 10 | 14,3 | 14,3 | 14,3 |
| | <i>1</i> | 8 | 11,4 | 11,4 | 25,7 |

| | | | | |
|--------------|----|-------|-------|-------|
| 2 | 15 | 21,4 | 21,4 | 47,1 |
| 3 | 19 | 27,1 | 27,1 | 74,3 |
| 4 | 6 | 8,6 | 8,6 | 82,9 |
| 5 | 6 | 8,6 | 8,6 | 91,4 |
| 6 | 6 | 8,6 | 8,6 | 100,0 |
| <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

C01

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|--------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | <i>N</i> | 3 | 4,3 | 4,3 | 4,3 |
| | <i>S</i> | 67 | 95,7 | 95,7 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

C01b

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|--------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | 0 | 3 | 4,3 | 4,3 | 4,3 |
| | 1 | 5 | 7,1 | 7,1 | 11,4 |
| | 2 | 5 | 7,1 | 7,1 | 18,6 |
| | 3 | 8 | 11,4 | 11,4 | 30,0 |
| | 4 | 9 | 12,9 | 12,9 | 42,9 |
| | 5 | 17 | 24,3 | 24,3 | 67,1 |
| | 6 | 23 | 32,9 | 32,9 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

C02

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|--------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | <i>N</i> | 14 | 20,0 | 20,0 | 20,0 |
| | <i>S</i> | 56 | 80,0 | 80,0 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

C02b

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|--------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | 0 | 14 | 20,0 | 20,0 | 20,0 |
| | 1 | 1 | 1,4 | 1,4 | 21,4 |
| | 2 | 2 | 2,9 | 2,9 | 24,3 |
| | 3 | 9 | 12,9 | 12,9 | 37,1 |
| | 4 | 8 | 11,4 | 11,4 | 48,6 |
| | 5 | 7 | 10,0 | 10,0 | 58,6 |
| | 6 | 29 | 41,4 | 41,4 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

C04

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|----------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | <i>N</i> | 30 | 42,9 | 42,9 | 42,9 |
| | <i>S</i> | 40 | 57,1 | 57,1 | 100,0 |

| | | | | |
|--------------|----|-------|-------|--|
| <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |
|--------------|----|-------|-------|--|

C04b

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|--------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | 0 | 30 | 42,9 | 42,9 | 42,9 |
| | 1 | 4 | 5,7 | 5,7 | 48,6 |
| | 2 | 6 | 8,6 | 8,6 | 57,1 |
| | 3 | 8 | 11,4 | 11,4 | 68,6 |
| | 4 | 7 | 10,0 | 10,0 | 78,6 |
| | 5 | 6 | 8,6 | 8,6 | 87,1 |
| | 6 | 9 | 12,9 | 12,9 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

C05

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|--------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | N | 51 | 72,9 | 72,9 | 72,9 |
| | S | 19 | 27,1 | 27,1 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

C05b

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|--------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | 0 | 51 | 72,9 | 72,9 | 72,9 |
| | 1 | 2 | 2,9 | 2,9 | 75,7 |
| | 2 | 1 | 1,4 | 1,4 | 77,1 |
| | 3 | 4 | 5,7 | 5,7 | 82,9 |
| | 4 | 3 | 4,3 | 4,3 | 87,1 |
| | 5 | 5 | 7,1 | 7,1 | 94,3 |
| | 6 | 4 | 5,7 | 5,7 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

C06

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|--------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | N | 10 | 14,3 | 14,3 | 14,3 |
| | S | 60 | 85,7 | 85,7 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

C06b

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|---|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | 0 | 9 | 12,9 | 12,9 | 12,9 |
| | 1 | 3 | 4,3 | 4,3 | 17,1 |
| | 2 | 5 | 7,1 | 7,1 | 24,3 |
| | 3 | 18 | 25,7 | 25,7 | 50,0 |
| | 4 | 16 | 22,9 | 22,9 | 72,9 |
| | 5 | 10 | 14,3 | 14,3 | 87,1 |
| | 6 | 9 | 12,9 | 12,9 | 100,0 |

| | | | | |
|--------------|----|-------|-------|--|
| <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |
|--------------|----|-------|-------|--|

C07 - RTP

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|--------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | 1 | 3 | 4,3 | 4,3 | 4,3 |
| | 2 | 9 | 12,9 | 12,9 | 17,1 |
| | 3 | 6 | 8,6 | 8,6 | 25,7 |
| | 4 | 11 | 15,7 | 15,7 | 41,4 |
| | 5 | 18 | 25,7 | 25,7 | 67,1 |
| | 6 | 8 | 11,4 | 11,4 | 78,6 |
| | 7 | 8 | 11,4 | 11,4 | 90,0 |
| | 8 | 3 | 4,3 | 4,3 | 94,3 |
| | 9 | 3 | 4,3 | 4,3 | 98,6 |
| | 10 | 1 | 1,4 | 1,4 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

C07 - PEF

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|--------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | 1 | 2 | 2,9 | 2,9 | 2,9 |
| | 2 | 6 | 8,6 | 8,6 | 11,4 |
| | 3 | 12 | 17,1 | 17,1 | 28,6 |
| | 4 | 12 | 17,1 | 17,1 | 45,7 |
| | 5 | 11 | 15,7 | 15,7 | 61,4 |
| | 6 | 7 | 10,0 | 10,0 | 71,4 |
| | 7 | 9 | 12,9 | 12,9 | 84,3 |
| | 8 | 6 | 8,6 | 8,6 | 92,9 |
| | 9 | 1 | 1,4 | 1,4 | 94,3 |
| | 10 | 2 | 2,9 | 2,9 | 97,1 |
| | 11 | 2 | 2,9 | 2,9 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

C07 - RDP

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|--------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | 1 | 10 | 14,3 | 14,3 | 14,3 |
| | 2 | 11 | 15,7 | 15,7 | 30,0 |
| | 3 | 14 | 20,0 | 20,0 | 50,0 |
| | 4 | 11 | 15,7 | 15,7 | 65,7 |
| | 5 | 10 | 14,3 | 14,3 | 80,0 |
| | 6 | 11 | 15,7 | 15,7 | 95,7 |
| | 7 | 2 | 2,9 | 2,9 | 98,6 |
| | 8 | 1 | 1,4 | 1,4 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

C07 - RJM

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|---|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | 2 | 4 | 5,7 | 5,7 | 5,7 |

| | | | | |
|-------|----|-------|-------|-------|
| 3 | 1 | 1,4 | 1,4 | 7,1 |
| 4 | 3 | 4,3 | 4,3 | 11,4 |
| 5 | 3 | 4,3 | 4,3 | 15,7 |
| 6 | 6 | 8,6 | 8,6 | 24,3 |
| 7 | 9 | 12,9 | 12,9 | 37,1 |
| 8 | 12 | 17,1 | 17,1 | 54,3 |
| 9 | 19 | 27,1 | 27,1 | 81,4 |
| 10 | 9 | 12,9 | 12,9 | 94,3 |
| 11 | 4 | 5,7 | 5,7 | 100,0 |
| Total | 70 | 100,0 | 100,0 | |

C07 - TSF

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|----|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | 1 | 2 | 2,9 | 2,9 | 2,9 |
| | 2 | 15 | 21,4 | 21,4 | 24,3 |
| | 3 | 14 | 20,0 | 20,0 | 44,3 |
| | 4 | 8 | 11,4 | 11,4 | 55,7 |
| | 5 | 11 | 15,7 | 15,7 | 71,4 |
| | 6 | 10 | 14,3 | 14,3 | 85,7 |
| | 7 | 1 | 1,4 | 1,4 | 87,1 |
| | 8 | 4 | 5,7 | 5,7 | 92,9 |
| | 9 | 1 | 1,4 | 1,4 | 94,3 |
| | 10 | 3 | 4,3 | 4,3 | 98,6 |
| | 11 | 1 | 1,4 | 1,4 | 100,0 |
| Total | | 70 | 100,0 | 100,0 | |

C07 - Controlmedia

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|----|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | 1 | 1 | 1,4 | 1,4 | 1,4 |
| | 2 | 1 | 1,4 | 1,4 | 2,9 |
| | 6 | 5 | 7,1 | 7,1 | 10,0 |
| | 7 | 5 | 7,1 | 7,1 | 17,1 |
| | 8 | 2 | 2,9 | 2,9 | 20,0 |
| | 9 | 15 | 21,4 | 21,4 | 41,4 |
| | 10 | 18 | 25,7 | 25,7 | 67,1 |
| | 11 | 23 | 32,9 | 32,9 | 100,0 |
| Total | | 70 | 100,0 | 100,0 | |

C07 - DN

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|---|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | 1 | 27 | 38,6 | 38,6 | 38,6 |
| | 2 | 13 | 18,6 | 18,6 | 57,1 |
| | 3 | 7 | 10,0 | 10,0 | 67,1 |
| | 4 | 7 | 10,0 | 10,0 | 77,1 |
| | 5 | 5 | 7,1 | 7,1 | 84,3 |
| | 6 | 3 | 4,3 | 4,3 | 88,6 |
| | 7 | 4 | 5,7 | 5,7 | 94,3 |

| | | | | |
|--------------|----|-------|-------|-------|
| 8 | 2 | 2,9 | 2,9 | 97,1 |
| 9 | 2 | 2,9 | 2,9 | 100,0 |
| <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

C07 - JM

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|--------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | 1 | 6 | 8,6 | 8,6 | 8,6 |
| | 2 | 2 | 2,9 | 2,9 | 11,4 |
| | 3 | 4 | 5,7 | 5,7 | 17,1 |
| | 4 | 3 | 4,3 | 4,3 | 21,4 |
| | 5 | 3 | 4,3 | 4,3 | 25,7 |
| | 6 | 4 | 5,7 | 5,7 | 31,4 |
| | 7 | 7 | 10,0 | 10,0 | 41,4 |
| | 8 | 9 | 12,9 | 12,9 | 54,3 |
| | 9 | 7 | 10,0 | 10,0 | 64,3 |
| | 10 | 15 | 21,4 | 21,4 | 85,7 |
| | 11 | 10 | 14,3 | 14,3 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

C07 - NM

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|--------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | 1 | 1 | 1,4 | 1,4 | 1,4 |
| | 2 | 3 | 4,3 | 4,3 | 5,7 |
| | 3 | 2 | 2,9 | 2,9 | 8,6 |
| | 4 | 2 | 2,9 | 2,9 | 11,4 |
| | 5 | 7 | 10,0 | 10,0 | 21,4 |
| | 6 | 4 | 5,7 | 5,7 | 27,1 |
| | 7 | 13 | 18,6 | 18,6 | 45,7 |
| | 8 | 17 | 24,3 | 24,3 | 70,0 |
| | 9 | 11 | 15,7 | 15,7 | 85,7 |
| | 10 | 6 | 8,6 | 8,6 | 94,3 |
| | 11 | 4 | 5,7 | 5,7 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

C07 - TM

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|----|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | 1 | 7 | 10,0 | 10,0 | 10,0 |
| | 2 | 11 | 15,7 | 15,7 | 25,7 |
| | 3 | 11 | 15,7 | 15,7 | 41,4 |
| | 4 | 8 | 11,4 | 11,4 | 52,9 |
| | 5 | 2 | 2,9 | 2,9 | 55,7 |
| | 6 | 8 | 11,4 | 11,4 | 67,1 |
| | 7 | 9 | 12,9 | 12,9 | 80,0 |
| | 8 | 4 | 5,7 | 5,7 | 85,7 |
| | 9 | 2 | 2,9 | 2,9 | 88,6 |
| | 10 | 4 | 5,7 | 5,7 | 94,3 |
| | 11 | 3 | 4,3 | 4,3 | 98,6 |

| | | | | |
|-------|----|-------|-------|-------|
| 44 | 1 | 1,4 | 1,4 | 100,0 |
| Total | 70 | 100,0 | 100,0 | |

Garajau

| | | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|----|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | 1 | 13 | 18,6 | 18,6 | 18,6 |
| | 2 | 7 | 10,0 | 10,0 | 28,6 |
| | 3 | 1 | 1,4 | 1,4 | 30,0 |
| | 4 | 6 | 8,6 | 8,6 | 38,6 |
| | 5 | 2 | 2,9 | 2,9 | 41,4 |
| | 6 | 3 | 4,3 | 4,3 | 45,7 |
| | 7 | 3 | 4,3 | 4,3 | 50,0 |
| | 8 | 6 | 8,6 | 8,6 | 58,6 |
| | 9 | 3 | 4,3 | 4,3 | 62,9 |
| | 10 | 7 | 10,0 | 10,0 | 72,9 |
| | 11 | 19 | 27,1 | 27,1 | 100,0 |
| Total | | 70 | 100,0 | 100,0 | |

D01

| | | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|---|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | 0 | 19 | 27,1 | 27,1 | 27,1 |
| | 1 | 10 | 14,3 | 14,3 | 41,4 |
| | 2 | 22 | 31,4 | 31,4 | 72,9 |
| | 3 | 6 | 8,6 | 8,6 | 81,4 |
| | 4 | 13 | 18,6 | 18,6 | 100,0 |
| Total | | 70 | 100,0 | 100,0 | |

D02

| | | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|---|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | 0 | 16 | 22,9 | 22,9 | 22,9 |
| | 1 | 10 | 14,3 | 14,3 | 37,1 |
| | 2 | 21 | 30,0 | 30,0 | 67,1 |
| | 3 | 7 | 10,0 | 10,0 | 77,1 |
| | 4 | 16 | 22,9 | 22,9 | 100,0 |
| Total | | 70 | 100,0 | 100,0 | |

D03

| | | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|---|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | 0 | 12 | 17,1 | 17,1 | 17,1 |
| | 1 | 9 | 12,9 | 12,9 | 30,0 |
| | 2 | 15 | 21,4 | 21,4 | 51,4 |
| | 3 | 14 | 20,0 | 20,0 | 71,4 |
| | 4 | 20 | 28,6 | 28,6 | 100,0 |
| Total | | 70 | 100,0 | 100,0 | |

D04

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|--------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | 0 | 13 | 18,6 | 18,6 | 18,6 |
| | 1 | 8 | 11,4 | 11,4 | 30,0 |
| | 2 | 21 | 30,0 | 30,0 | 60,0 |
| | 3 | 16 | 22,9 | 22,9 | 82,9 |
| | 4 | 12 | 17,1 | 17,1 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

D05

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|--------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | 0 | 4 | 5,7 | 5,7 | 5,7 |
| | 1 | 6 | 8,6 | 8,6 | 14,3 |
| | 2 | 10 | 14,3 | 14,3 | 28,6 |
| | 3 | 24 | 34,3 | 34,3 | 62,9 |
| | 4 | 26 | 37,1 | 37,1 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

D06

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|--------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | 0 | 12 | 17,1 | 17,1 | 17,1 |
| | 1 | 8 | 11,4 | 11,4 | 28,6 |
| | 2 | 12 | 17,1 | 17,1 | 45,7 |
| | 3 | 18 | 25,7 | 25,7 | 71,4 |
| | 4 | 20 | 28,6 | 28,6 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

D07

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|--------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | 0 | 9 | 12,9 | 12,9 | 12,9 |
| | 1 | 11 | 15,7 | 15,7 | 28,6 |
| | 2 | 19 | 27,1 | 27,1 | 55,7 |
| | 3 | 17 | 24,3 | 24,3 | 80,0 |
| | 4 | 14 | 20,0 | 20,0 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

D08

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|--------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | 0 | 11 | 15,7 | 15,7 | 15,7 |
| | 1 | 5 | 7,1 | 7,1 | 22,9 |
| | 2 | 17 | 24,3 | 24,3 | 47,1 |
| | 3 | 11 | 15,7 | 15,7 | 62,9 |
| | 4 | 26 | 37,1 | 37,1 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

D09

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|--------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | 0 | 1 | 1,4 | 1,4 | 1,4 |
| | 1 | 3 | 4,3 | 4,3 | 5,7 |
| | 2 | 12 | 17,1 | 17,1 | 22,9 |
| | 3 | 12 | 17,1 | 17,1 | 40,0 |
| | 4 | 42 | 60,0 | 60,0 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

D10

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|--------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | 0 | 4 | 5,7 | 5,7 | 5,7 |
| | 1 | 9 | 12,9 | 12,9 | 18,6 |
| | 2 | 21 | 30,0 | 30,0 | 48,6 |
| | 3 | 19 | 27,1 | 27,1 | 75,7 |
| | 4 | 17 | 24,3 | 24,3 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

E01

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|--------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | 0 | 14 | 20,0 | 20,0 | 20,0 |
| | 1 | 14 | 20,0 | 20,0 | 40,0 |
| | 2 | 25 | 35,7 | 35,7 | 75,7 |
| | 3 | 11 | 15,7 | 15,7 | 91,4 |
| | 4 | 6 | 8,6 | 8,6 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

E02

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|--------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | 0 | 22 | 31,4 | 31,4 | 31,4 |
| | 1 | 15 | 21,4 | 21,4 | 52,9 |
| | 2 | 17 | 24,3 | 24,3 | 77,1 |
| | 3 | 13 | 18,6 | 18,6 | 95,7 |
| | 4 | 3 | 4,3 | 4,3 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

E03

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|--------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | 0 | 11 | 15,7 | 15,7 | 15,7 |
| | 1 | 15 | 21,4 | 21,4 | 37,1 |
| | 2 | 16 | 22,9 | 22,9 | 60,0 |
| | 3 | 16 | 22,9 | 22,9 | 82,9 |
| | 4 | 12 | 17,1 | 17,1 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

E04

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|--------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | 0 | 14 | 20,0 | 20,0 | 20,0 |
| | 1 | 12 | 17,1 | 17,1 | 37,1 |
| | 2 | 25 | 35,7 | 35,7 | 72,9 |
| | 3 | 10 | 14,3 | 14,3 | 87,1 |
| | 4 | 9 | 12,9 | 12,9 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

E05

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|--------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | 0 | 19 | 27,1 | 27,1 | 27,1 |
| | 1 | 13 | 18,6 | 18,6 | 45,7 |
| | 2 | 23 | 32,9 | 32,9 | 78,6 |
| | 3 | 11 | 15,7 | 15,7 | 94,3 |
| | 4 | 4 | 5,7 | 5,7 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

E06

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|--------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | 0 | 22 | 31,4 | 31,4 | 31,4 |
| | 1 | 13 | 18,6 | 18,6 | 50,0 |
| | 2 | 20 | 28,6 | 28,6 | 78,6 |
| | 3 | 11 | 15,7 | 15,7 | 94,3 |
| | 4 | 4 | 5,7 | 5,7 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

E07

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|--------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | 0 | 14 | 20,0 | 20,0 | 20,0 |
| | 1 | 21 | 30,0 | 30,0 | 50,0 |
| | 2 | 17 | 24,3 | 24,3 | 74,3 |
| | 3 | 16 | 22,9 | 22,9 | 97,1 |
| | 4 | 2 | 2,9 | 2,9 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

E08

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|--------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | 0 | 13 | 18,6 | 18,6 | 18,6 |
| | 1 | 16 | 22,9 | 22,9 | 41,4 |
| | 2 | 17 | 24,3 | 24,3 | 65,7 |
| | 3 | 17 | 24,3 | 24,3 | 90,0 |
| | 4 | 7 | 10,0 | 10,0 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

E09

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|--------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | 0 | 15 | 21,4 | 21,4 | 21,4 |
| | 1 | 23 | 32,9 | 32,9 | 54,3 |
| | 2 | 20 | 28,6 | 28,6 | 82,9 |
| | 3 | 7 | 10,0 | 10,0 | 92,9 |
| | 4 | 5 | 7,1 | 7,1 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

E10

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|--------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | 0 | 4 | 5,7 | 5,7 | 5,7 |
| | 1 | 14 | 20,0 | 20,0 | 25,7 |
| | 2 | 17 | 24,3 | 24,3 | 50,0 |
| | 3 | 13 | 18,6 | 18,6 | 68,6 |
| | 4 | 22 | 31,4 | 31,4 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

E11

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|--------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | 0 | 15 | 21,4 | 21,4 | 21,4 |
| | 1 | 22 | 31,4 | 31,4 | 52,9 |
| | 2 | 21 | 30,0 | 30,0 | 82,9 |
| | 3 | 10 | 14,3 | 14,3 | 97,1 |
| | 4 | 2 | 2,9 | 2,9 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

E12

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|--------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | 0 | 22 | 31,4 | 31,4 | 31,4 |
| | 1 | 17 | 24,3 | 24,3 | 55,7 |
| | 2 | 20 | 28,6 | 28,6 | 84,3 |
| | 3 | 9 | 12,9 | 12,9 | 97,1 |
| | 4 | 2 | 2,9 | 2,9 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

E13

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|--------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | 0 | 24 | 34,3 | 34,3 | 34,3 |
| | 1 | 21 | 30,0 | 30,0 | 64,3 |
| | 2 | 11 | 15,7 | 15,7 | 80,0 |
| | 3 | 10 | 14,3 | 14,3 | 94,3 |
| | 4 | 4 | 5,7 | 5,7 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

E14

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|--------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | 0 | 5 | 7,1 | 7,1 | 7,1 |
| | 1 | 5 | 7,1 | 7,1 | 14,3 |
| | 2 | 28 | 40,0 | 40,0 | 54,3 |
| | 3 | 21 | 30,0 | 30,0 | 84,3 |
| | 4 | 11 | 15,7 | 15,7 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

Sexo

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|--------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | Feminino | 27 | 38,6 | 38,6 | 38,6 |
| | Masculino | 43 | 61,4 | 61,4 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

Idade

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|--------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | 18-30 | 24 | 34,3 | 34,3 | 34,3 |
| | 31-41 | 30 | 42,9 | 42,9 | 77,1 |
| | > 41 | 16 | 22,9 | 22,9 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

Experiência

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|--------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | 2-5 | 19 | 27,1 | 27,1 | 27,1 |
| | 6-10 | 24 | 34,3 | 34,3 | 61,4 |
| | >10 | 27 | 38,6 | 38,6 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

Formação

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|--------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | 9º ano | 4 | 5,7 | 5,7 | 5,7 |
| | 11º ano | 9 | 12,9 | 12,9 | 18,6 |
| | 12º ano | 24 | 34,3 | 34,3 | 52,9 |
| | licenciatura | 33 | 47,1 | 47,1 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

Licenciatura

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|----------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | Com Soc | 22 | 31,4 | 66,7 | 66,7 |
| | Hist | 1 | 1,4 | 3,0 | 69,7 |
| | História | 1 | 1,4 | 3,0 | 72,7 |
| | Ling Lit | 2 | 2,9 | 6,1 | 78,8 |
| | RI | 5 | 7,1 | 15,2 | 93,9 |

| | | | | | |
|----------------|-----------------------|----|-------|-------|-------|
| | <i>Sociolog</i> | 1 | 1,4 | 3,0 | 97,0 |
| | <i>Teologia</i> | 1 | 1,4 | 3,0 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 33 | 47,1 | 100,0 | |
| <i>Missing</i> | <i>não licenciado</i> | 37 | 52,9 | | |
| <i>Total</i> | | 70 | 100,0 | | |

Órgão

| | | <i>Frequency</i> | <i>Percent</i> | <i>Valid Percent</i> | <i>Cumulative Percent</i> |
|--------------|----------------|------------------|----------------|----------------------|---------------------------|
| <i>Valid</i> | <i>Bola</i> | 1 | 1,4 | 1,4 | 1,4 |
| | <i>DN</i> | 20 | 28,6 | 28,6 | 30,0 |
| | <i>Garajau</i> | 1 | 1,4 | 1,4 | 31,4 |
| | <i>JM</i> | 13 | 18,6 | 18,6 | 50,0 |
| | <i>NM</i> | 4 | 5,7 | 5,7 | 55,7 |
| | <i>PEF</i> | 3 | 4,3 | 4,3 | 60,0 |
| | <i>RDP</i> | 5 | 7,1 | 7,1 | 67,1 |
| | <i>RTP</i> | 11 | 15,7 | 15,7 | 82,9 |
| | <i>Saber</i> | 3 | 4,3 | 4,3 | 87,1 |
| | <i>Tribuna</i> | 6 | 8,6 | 8,6 | 95,7 |
| | <i>TSF</i> | 3 | 4,3 | 4,3 | 100,0 |
| | <i>Total</i> | 70 | 100,0 | 100,0 | |

XI. Procedimentos estatísticos

Tabelas de contingência e Testes de independência do Qui-Quadrado

Crosstab

| | | | Experiência | | | Total |
|-------|-----|----------------|-------------|------|------|-------|
| | | | 2-5 | 6-10 | > 11 | |
| A01 | Sim | Count | 8 | 17 | 17 | 42 |
| | | Expected Count | 11,9 | 15,0 | 15,0 | 42,0 |
| | Não | Count | 11 | 7 | 7 | 25 |
| | | Expected Count | 7,1 | 9,0 | 9,0 | 25,0 |
| Total | | Count | 19 | 24 | 24 | 67 |
| | | Expected Count | 19,0 | 24,0 | 24,0 | 67,0 |

Chi-Square Tests

| | Value | df | Asymp. Sig. (2-sided) |
|--------------------|----------|----|-----------------------|
| Pearson Chi-Square | 4,803(a) | 2 | ,091 |
| N of Valid Cases | 67 | | |

a. 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 7,09.

Crosstab

| | | | Habilitações | | | | Total |
|-----|-----|----------------|--------------|-----|------|--------------|-------|
| | | | 9º | 11º | 12º | Licenciatura | |
| A01 | Sim | Count | 3 | 4 | 17 | 18 | 42 |
| | | Expected Count | 2,5 | 5,6 | 14,4 | 19,4 | 42,0 |
| | Não | Count | 1 | 5 | 6 | 13 | 25 |
| | | Expected Count | 1,5 | 3,4 | 8,6 | 11,6 | 25,0 |

| | | | | | | |
|-------|----------------|-----|-----|------|------|------|
| Total | Count | 4 | 9 | 23 | 31 | 67 |
| | Expected Count | 4,0 | 9,0 | 23,0 | 31,0 | 67,0 |

Chi-Square Tests

| | | | |
|--------------------|----------|----|-----------------------|
| | Value | df | Asymp. Sig. (2-sided) |
| Pearson Chi-Square | 3,062(a) | 3 | ,382 |
| N of Valid Cases | 67 | | |

a 3 cells (37,5%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,49.

Crosstab

| | | | | | | |
|-------|-----|----------------|-------------|------|------|-------|
| | | | Experiência | | | Total |
| | | | 2-5 | 6-10 | > 11 | |
| A02 | Sim | Count | 3 | 5 | 6 | 14 |
| | | Expected Count | 4,0 | 5,0 | 5,0 | 14,0 |
| | Não | Count | 16 | 19 | 18 | 53 |
| | | Expected Count | 15,0 | 19,0 | 19,0 | 53,0 |
| Total | | Count | 19 | 24 | 24 | 67 |
| | | Expected Count | 19,0 | 24,0 | 24,0 | 67,0 |

Chi-Square Tests

| | | | |
|--------------------|---------|----|-----------------------|
| | Value | df | Asymp. Sig. (2-sided) |
| Pearson Chi-Square | ,544(a) | 2 | ,762 |
| N of Valid Cases | 67 | | |

a 1 cells (16,7%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 3,97.

Crosstab

| | | | | | | | |
|-------|-----|----------------|--------------|-----|------|--------------|-------|
| | | | Habilitações | | | | Total |
| | | | 9º | 11º | 12º | Licenciatura | |
| A02 | Sim | Count | 0 | 1 | 7 | 6 | 14 |
| | | Expected Count | ,8 | 1,9 | 4,8 | 6,5 | 14,0 |
| | Não | Count | 4 | 8 | 16 | 25 | 53 |
| | | Expected Count | 3,2 | 7,1 | 18,2 | 24,5 | 53,0 |
| Total | | Count | 4 | 9 | 23 | 31 | 67 |
| | | Expected Count | 4,0 | 9,0 | 23,0 | 31,0 | 67,0 |

Chi-Square Tests

| | | | |
|--------------------|----------|----|-----------------------|
| | Value | df | Asymp. Sig. (2-sided) |
| Pearson Chi-Square | 2,889(a) | 3 | ,409 |
| N of Valid Cases | 67 | | |

a 4 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,84.

Crosstab

| | | | | | | |
|-----|-----|-------|-------------|------|------|-------|
| | | | Experiência | | | Total |
| | | | 2-5 | 6-10 | > 11 | |
| A03 | Sim | Count | 3 | 10 | 10 | 23 |

| | | | | | |
|-------|----------------|------|------|------|------|
| | Expected Count | 6,5 | 8,2 | 8,2 | 23,0 |
| Não | Count | 16 | 14 | 14 | 44 |
| | Expected Count | 12,5 | 15,8 | 15,8 | 44,0 |
| Total | Count | 19 | 24 | 24 | 67 |
| | Expected Count | 19,0 | 24,0 | 24,0 | 67,0 |

Chi-Square Tests

| | Value | df | Asymp. Sig. (2-sided) |
|--------------------|----------|----|-----------------------|
| Pearson Chi-Square | 4,043(a) | 2 | ,132 |
| N of Valid Cases | 67 | | |

a. 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 6,52.

Crosstab

| | | | Habilitações | | | | Total |
|-------|-----|----------------|--------------|-----|------|--------------|-------|
| | | | 9º | 11º | 12º | Licenciatura | |
| A03 | Sim | Count | 2 | 2 | 9 | 10 | 23 |
| | | Expected Count | 1,4 | 3,1 | 7,9 | 10,6 | 23,0 |
| | Não | Count | 2 | 7 | 14 | 21 | 44 |
| | | Expected Count | 2,6 | 5,9 | 15,1 | 20,4 | 44,0 |
| Total | | Count | 4 | 9 | 23 | 31 | 67 |
| | | Expected Count | 4,0 | 9,0 | 23,0 | 31,0 | 67,0 |

Chi-Square Tests

| | Value | df | Asymp. Sig. (2-sided) |
|--------------------|----------|----|-----------------------|
| Pearson Chi-Square | 1,315(a) | 3 | ,726 |
| N of Valid Cases | 67 | | |

a. 3 cells (37,5%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,37.

Crosstab

| | | | Experiência | | | Total |
|-------|-----|----------------|-------------|------|------|-------|
| | | | 2-5 | 6-10 | > 11 | |
| A04 | Sim | Count | 8 | 18 | 16 | 42 |
| | | Expected Count | 11,9 | 15,0 | 15,0 | 42,0 |
| | Não | Count | 11 | 6 | 8 | 25 |
| | | Expected Count | 7,1 | 9,0 | 9,0 | 25,0 |
| Total | | Count | 19 | 24 | 24 | 67 |
| | | Expected Count | 19,0 | 24,0 | 24,0 | 67,0 |

Chi-Square Tests

| | Value | df | Asymp. Sig. (2-sided) |
|--------------------|----------|----|-----------------------|
| Pearson Chi-Square | 5,159(a) | 2 | ,076 |
| N of Valid Cases | 67 | | |

a. 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 7,09.

Crosstab

| | | | Habilitações | | | | Total |
|-------|-----|----------------|--------------|-----|------|--------------|-------|
| | | | 9º | 11º | 12º | Licenciatura | |
| A04 | Sim | Count | 3 | 4 | 17 | 18 | 42 |
| | | Expected Count | 2,5 | 5,6 | 14,4 | 19,4 | 42,0 |
| | Não | Count | 1 | 5 | 6 | 13 | 25 |
| | | Expected Count | 1,5 | 3,4 | 8,6 | 11,6 | 25,0 |
| Total | | Count | 4 | 9 | 23 | 31 | 67 |
| | | Expected Count | 4,0 | 9,0 | 23,0 | 31,0 | 67,0 |

Chi-Square Tests

| | Value | df | Asymp. Sig. (2-sided) |
|--------------------|----------|----|-----------------------|
| Pearson Chi-Square | 3,062(a) | 3 | ,382 |
| N of Valid Cases | 67 | | |

a. 3 cells (37,5%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,49.

Crosstab

| | | | Experiência | | | Total |
|-------|-----|----------------|-------------|------|------|-------|
| | | | 2-5 | 6-10 | > 11 | |
| A05 | Sim | Count | 6 | 14 | 16 | 36 |
| | | Expected Count | 10,2 | 12,9 | 12,9 | 36,0 |
| | Não | Count | 13 | 10 | 8 | 31 |
| | | Expected Count | 8,8 | 11,1 | 11,1 | 31,0 |
| Total | | Count | 19 | 24 | 24 | 67 |
| | | Expected Count | 19,0 | 24,0 | 24,0 | 67,0 |

Chi-Square Tests

| | Value | df | Asymp. Sig. (2-sided) |
|--------------------|----------|----|-----------------------|
| Pearson Chi-Square | 5,570(a) | 2 | ,062 |
| N of Valid Cases | 67 | | |

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 8,79.

Crosstab

| | | | Habilitações | | | | Total |
|-------|-----|----------------|--------------|-----|------|--------------|-------|
| | | | 9º | 11º | 12º | Licenciatura | |
| A05 | Sim | Count | 1 | 2 | 16 | 17 | 36 |
| | | Expected Count | 2,1 | 4,8 | 12,4 | 16,7 | 36,0 |
| | Não | Count | 3 | 7 | 7 | 14 | 31 |
| | | Expected Count | 1,9 | 4,2 | 10,6 | 14,3 | 31,0 |
| Total | | Count | 4 | 9 | 23 | 31 | 67 |
| | | Expected Count | 4,0 | 9,0 | 23,0 | 31,0 | 67,0 |

Chi-Square Tests

| | Value | df | Asymp. Sig. (2-sided) |
|--------------------|----------|----|-----------------------|
| Pearson Chi-Square | 7,257(a) | 3 | ,064 |
| N of Valid Cases | 67 | | |

a 4 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,85.

Crosstab

| | | | Experiência | | | Total |
|-------|-----|----------------|-------------|------|------|-------|
| | | | 2-5 | 6-10 | > 11 | |
| A06 | Sim | Count | 10 | 19 | 16 | 45 |
| | | Expected Count | 12,8 | 16,1 | 16,1 | 45,0 |
| | Não | Count | 9 | 5 | 8 | 22 |
| | | Expected Count | 6,2 | 7,9 | 7,9 | 22,0 |
| Total | | Count | 19 | 24 | 24 | 67 |
| | | Expected Count | 19,0 | 24,0 | 24,0 | 67,0 |

Chi-Square Tests

| | Value | df | Asymp. Sig. (2-sided) |
|--------------------|----------|----|-----------------------|
| Pearson Chi-Square | 3,390(a) | 2 | ,184 |
| N of Valid Cases | 67 | | |

a 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 6,24.

Crosstab

| | | | Habilitações | | | | Total |
|-------|-----|----------------|--------------|-----|------|--------------|-------|
| | | | 9º | 11º | 12º | Licenciatura | |
| A06 | Sim | Count | 3 | 4 | 20 | 18 | 45 |
| | | Expected Count | 2,7 | 6,0 | 15,4 | 20,8 | 45,0 |
| | Não | Count | 1 | 5 | 3 | 13 | 22 |
| | | Expected Count | 1,3 | 3,0 | 7,6 | 10,2 | 22,0 |
| Total | | Count | 4 | 9 | 23 | 31 | 67 |
| | | Expected Count | 4,0 | 9,0 | 23,0 | 31,0 | 67,0 |

Chi-Square Tests

| | Value | df | Asymp. Sig. (2-sided) |
|--------------------|----------|----|-----------------------|
| Pearson Chi-Square | 7,467(a) | 3 | ,058 |
| N of Valid Cases | 67 | | |

a 3 cells (37,5%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,31.

Crosstab

| | | | Experiência | | | Total |
|-------|-----|----------------|-------------|------|------|-------|
| | | | 2-5 | 6-10 | > 11 | |
| A07 | Sim | Count | 9 | 12 | 15 | 36 |
| | | Expected Count | 10,2 | 12,9 | 12,9 | 36,0 |
| | Não | Count | 10 | 12 | 9 | 31 |
| | | Expected Count | 8,8 | 11,1 | 11,1 | 31,0 |
| Total | | Count | 19 | 24 | 24 | 67 |
| | | Expected Count | 19,0 | 24,0 | 24,0 | 67,0 |

Chi-Square Tests

| | Value | df | Asymp. Sig. (2-sided) |
|--------------------|----------|----|-----------------------|
| Pearson Chi-Square | 1,186(a) | 2 | ,553 |
| N of Valid Cases | 67 | | |

a 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 8,79.

Crosstab

| | | | Habilitações | | | | Total |
|-------|-----|----------------|--------------|-----|------|--------------|-------|
| | | | 9º | 11º | 12º | Licenciatura | |
| A07 | Sim | Count | 2 | 3 | 15 | 16 | 36 |
| | | Expected Count | 2,1 | 4,8 | 12,4 | 16,7 | 36,0 |
| | Não | Count | 2 | 6 | 8 | 15 | 31 |
| | | Expected Count | 1,9 | 4,2 | 10,6 | 14,3 | 31,0 |
| Total | | Count | 4 | 9 | 23 | 31 | 67 |
| | | Expected Count | 4,0 | 9,0 | 23,0 | 31,0 | 67,0 |

Chi-Square Tests

| | Value | df | Asymp. Sig. (2-sided) |
|--------------------|----------|----|-----------------------|
| Pearson Chi-Square | 2,805(a) | 3 | ,423 |
| N of Valid Cases | 67 | | |

a 4 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,85.

Crosstab

| | | | Experiência | | | Total |
|-------|-----|----------------|-------------|------|------|-------|
| | | | 2-5 | 6-10 | > 11 | |
| A08 | Sim | Count | 10 | 17 | 14 | 41 |
| | | Expected Count | 11,6 | 14,7 | 14,7 | 41,0 |
| | Não | Count | 9 | 7 | 10 | 26 |
| | | Expected Count | 7,4 | 9,3 | 9,3 | 26,0 |
| Total | | Count | 19 | 24 | 24 | 67 |
| | | Expected Count | 19,0 | 24,0 | 24,0 | 67,0 |

Chi-Square Tests

| | Value | df | Asymp. Sig. (2-sided) |
|--------------------|----------|----|-----------------------|
| Pearson Chi-Square | 1,608(a) | 2 | ,447 |
| N of Valid Cases | 67 | | |

a 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 7,37.

Crosstab

| | | | Habilitações | | | | Total |
|-------|-----|----------------|--------------|-----|------|--------------|-------|
| | | | 9º | 11º | 12º | Licenciatura | |
| A08 | Sim | Count | 3 | 4 | 16 | 18 | 41 |
| | | Expected Count | 2,4 | 5,5 | 14,1 | 19,0 | 41,0 |
| | Não | Count | 1 | 5 | 7 | 13 | 26 |
| | | Expected Count | 1,6 | 3,5 | 8,9 | 12,0 | 26,0 |
| Total | | Count | 4 | 9 | 23 | 31 | 67 |

| | | | | | | |
|--|----------------|-----|-----|------|------|------|
| | Expected Count | 4,0 | 9,0 | 23,0 | 31,0 | 67,0 |
|--|----------------|-----|-----|------|------|------|

Chi-Square Tests

| | Value | df | Asymp. Sig. (2-sided) |
|--------------------|----------|----|-----------------------|
| Pearson Chi-Square | 2,191(a) | 3 | ,534 |
| N of Valid Cases | 67 | | |

a 3 cells (37,5%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,55.

Crosstab

| | | | Experiência | | | Total |
|-------|-----|----------------|-------------|------|------|-------|
| | | | 2-5 | 6-10 | > 11 | |
| B01 | Sim | Count | 15 | 20 | 21 | 56 |
| | | Expected Count | 15,9 | 20,1 | 20,1 | 56,0 |
| | Não | Count | 4 | 4 | 3 | 11 |
| | | Expected Count | 3,1 | 3,9 | 3,9 | 11,0 |
| Total | | Count | 19 | 24 | 24 | 67 |
| | | Expected Count | 19,0 | 24,0 | 24,0 | 67,0 |

Chi-Square Tests

| | Value | df | Asymp. Sig. (2-sided) |
|--------------------|---------|----|-----------------------|
| Pearson Chi-Square | ,567(a) | 2 | ,753 |
| N of Valid Cases | 67 | | |

a 3 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 3,12.

Crosstab

| | | | Habilitações | | | | Total |
|-------|-----|----------------|--------------|-----|------|--------------|-------|
| | | | 9º | 11º | 12º | Licenciatura | |
| B01 | Sim | Count | 4 | 9 | 18 | 25 | 56 |
| | | Expected Count | 3,3 | 7,5 | 19,2 | 25,9 | 56,0 |
| | Não | Count | 0 | 0 | 5 | 6 | 11 |
| | | Expected Count | ,7 | 1,5 | 3,8 | 5,1 | 11,0 |
| Total | | Count | 4 | 9 | 23 | 31 | 67 |
| | | Expected Count | 4,0 | 9,0 | 23,0 | 31,0 | 67,0 |

Chi-Square Tests

| | Value | df | Asymp. Sig. (2-sided) |
|--------------------|----------|----|-----------------------|
| Pearson Chi-Square | 3,223(a) | 3 | ,359 |
| N of Valid Cases | 67 | | |

a 4 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,66.

Crosstab

| | | | Experiência | | | Total |
|-----|-----|----------------|-------------|------|------|-------|
| | | | 2-5 | 6-10 | > 11 | |
| B02 | Sim | Count | 14 | 22 | 20 | 56 |
| | | Expected Count | 15,9 | 20,1 | 20,1 | 56,0 |

| | | | | | | |
|-------|-------|----------------|------|------|------|------|
| Total | Não | Count | 5 | 2 | 4 | 11 |
| | | Expected Count | 3,1 | 3,9 | 3,9 | 11,0 |
| | Total | Count | 19 | 24 | 24 | 67 |
| | | Expected Count | 19,0 | 24,0 | 24,0 | 67,0 |

Chi-Square Tests

| | | | |
|--------------------|----------|----|-----------------------|
| | Value | df | Asymp. Sig. (2-sided) |
| Pearson Chi-Square | 2,501(a) | 2 | ,286 |
| N of Valid Cases | 67 | | |

a 3 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 3,12.

Crosstab

| | | | | | | | |
|-------|-----|----------------|--------------|-----|------|--------------|-------|
| | | | Habilitações | | | | Total |
| | | | 9º | 11º | 12º | Licenciatura | |
| B02 | Sim | Count | 3 | 6 | 21 | 26 | 56 |
| | | Expected Count | 3,3 | 7,5 | 19,2 | 25,9 | 56,0 |
| | Não | Count | 1 | 3 | 2 | 5 | 11 |
| | | Expected Count | ,7 | 1,5 | 3,8 | 5,1 | 11,0 |
| Total | | Count | 4 | 9 | 23 | 31 | 67 |
| | | Expected Count | 4,0 | 9,0 | 23,0 | 31,0 | 67,0 |

Chi-Square Tests

| | | | |
|--------------------|----------|----|-----------------------|
| | Value | df | Asymp. Sig. (2-sided) |
| Pearson Chi-Square | 3,093(a) | 3 | ,378 |
| N of Valid Cases | 67 | | |

a 4 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,66.

Crosstab

| | | | | | | |
|-------|-----|----------------|-------------|------|------|-------|
| | | | Experiência | | | Total |
| | | | 2-5 | 6-10 | > 11 | |
| C01 | Sim | Count | 18 | 23 | 23 | 64 |
| | | Expected Count | 18,1 | 22,9 | 22,9 | 64,0 |
| | Não | Count | 1 | 1 | 1 | 3 |
| | | Expected Count | ,9 | 1,1 | 1,1 | 3,0 |
| Total | | Count | 19 | 24 | 24 | 67 |
| | | Expected Count | 19,0 | 24,0 | 24,0 | 67,0 |

Chi-Square Tests

| | | | |
|--------------------|---------|----|-----------------------|
| | Value | df | Asymp. Sig. (2-sided) |
| Pearson Chi-Square | ,038(a) | 2 | ,981 |
| N of Valid Cases | 67 | | |

a 3 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,85.

Crosstab

| | | | | |
|--|--|--|--------------|-------|
| | | | Habilitações | Total |
|--|--|--|--------------|-------|

| | | | 9º | 11º | 12º | Licenciatura | |
|-------|----------------|----------------|-----|-----|------|--------------|------|
| C01 | Sim | Count | 4 | 8 | 23 | 29 | 64 |
| | | Expected Count | 3,8 | 8,6 | 22,0 | 29,6 | 64,0 |
| | Não | Count | 0 | 1 | 0 | 2 | 3 |
| | | Expected Count | ,2 | ,4 | 1,0 | 1,4 | 3,0 |
| Total | Count | | 4 | 9 | 23 | 31 | 67 |
| | Expected Count | | 4,0 | 9,0 | 23,0 | 31,0 | 67,0 |

Chi-Square Tests

| | Value | df | Asymp. Sig. (2-sided) |
|--------------------|----------|----|-----------------------|
| Pearson Chi-Square | 2,474(a) | 3 | ,480 |
| N of Valid Cases | 67 | | |

a 5 cells (62,5%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,18.

Crosstab

| | | | Experiência | | | Total |
|-------|----------------|----------------|-------------|------|------|-------|
| | | | 2-5 | 6-10 | > 11 | |
| C02 | Sim | Count | 15 | 19 | 19 | 53 |
| | | Expected Count | 15,0 | 19,0 | 19,0 | 53,0 |
| | Não | Count | 4 | 5 | 5 | 14 |
| | | Expected Count | 4,0 | 5,0 | 5,0 | 14,0 |
| Total | Count | | 19 | 24 | 24 | 67 |
| | Expected Count | | 19,0 | 24,0 | 24,0 | 67,0 |

Chi-Square Tests

| | Value | df | Asymp. Sig. (2-sided) |
|--------------------|---------|----|-----------------------|
| Pearson Chi-Square | ,000(a) | 2 | 1,000 |
| N of Valid Cases | 67 | | |

a 1 cells (16,7%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 3,97.

Crosstab

| | | | Habilitações | | | | Total |
|-------|----------------|----------------|--------------|-----|------|--------------|-------|
| | | | 9º | 11º | 12º | Licenciatura | |
| C02 | Sim | Count | 4 | 6 | 18 | 25 | 53 |
| | | Expected Count | 3,2 | 7,1 | 18,2 | 24,5 | 53,0 |
| | Não | Count | 0 | 3 | 5 | 6 | 14 |
| | | Expected Count | ,8 | 1,9 | 4,8 | 6,5 | 14,0 |
| Total | Count | | 4 | 9 | 23 | 31 | 67 |
| | Expected Count | | 4,0 | 9,0 | 23,0 | 31,0 | 67,0 |

Chi-Square Tests

| | Value | df | Asymp. Sig. (2-sided) |
|--------------------|----------|----|-----------------------|
| Pearson Chi-Square | 1,953(a) | 3 | ,582 |
| N of Valid Cases | 67 | | |

a 4 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,84.

Crosstab

| | | | Experiência | | | Total |
|-------|-----|----------------|-------------|------|------|-------|
| | | | 2-5 | 6-10 | > 11 | |
| C04 | Sim | Count | 11 | 16 | 13 | 40 |
| | | Expected Count | 11,3 | 14,3 | 14,3 | 40,0 |
| | Não | Count | 8 | 8 | 11 | 27 |
| | | Expected Count | 7,7 | 9,7 | 9,7 | 27,0 |
| Total | | Count | 19 | 24 | 24 | 67 |
| | | Expected Count | 19,0 | 24,0 | 24,0 | 67,0 |

Chi-Square Tests

| | Value | df | Asymp. Sig. (2-sided) |
|--------------------|---------|----|-----------------------|
| Pearson Chi-Square | ,815(a) | 2 | ,665 |
| N of Valid Cases | 67 | | |

a 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 7,66.

Crosstab

| | | | Habilitações | | | | Total |
|-------|-----|----------------|--------------|-----|------|--------------|-------|
| | | | 9º | 11º | 12º | Licenciatura | |
| C04 | Sim | Count | 2 | 3 | 17 | 18 | 40 |
| | | Expected Count | 2,4 | 5,4 | 13,7 | 18,5 | 40,0 |
| | Não | Count | 2 | 6 | 6 | 13 | 27 |
| | | Expected Count | 1,6 | 3,6 | 9,3 | 12,5 | 27,0 |
| Total | | Count | 4 | 9 | 23 | 31 | 67 |
| | | Expected Count | 4,0 | 9,0 | 23,0 | 31,0 | 67,0 |

Chi-Square Tests

| | Value | df | Asymp. Sig. (2-sided) |
|--------------------|----------|----|-----------------------|
| Pearson Chi-Square | 4,723(a) | 3 | ,193 |
| N of Valid Cases | 67 | | |

a 3 cells (37,5%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,61.

Crosstab

| | | | Experiência | | | Total |
|-------|-----|----------------|-------------|------|------|-------|
| | | | 2-5 | 6-10 | > 11 | |
| C05 | Sim | Count | 5 | 7 | 7 | 19 |
| | | Expected Count | 5,4 | 6,8 | 6,8 | 19,0 |
| | Não | Count | 14 | 17 | 17 | 48 |
| | | Expected Count | 13,6 | 17,2 | 17,2 | 48,0 |
| Total | | Count | 19 | 24 | 24 | 67 |
| | | Expected Count | 19,0 | 24,0 | 24,0 | 67,0 |

Chi-Square Tests

| | Value | df | Asymp. Sig. (2-sided) |
|--------------------|---------|----|-----------------------|
| Pearson Chi-Square | ,054(a) | 2 | ,973 |

| | |
|------------------|----|
| N of Valid Cases | 67 |
|------------------|----|

a 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 5,39.

Crosstab

| | | | Habilitações | | | | Total |
|-------|-----|----------------|--------------|-----|------|--------------|-------|
| | | | 9º | 11º | 12º | Licenciatura | |
| C05 | Sim | Count | 1 | 2 | 7 | 9 | 19 |
| | | Expected Count | 1,1 | 2,6 | 6,5 | 8,8 | 19,0 |
| | Não | Count | 3 | 7 | 16 | 22 | 48 |
| | | Expected Count | 2,9 | 6,4 | 16,5 | 22,2 | 48,0 |
| Total | | Count | 4 | 9 | 23 | 31 | 67 |
| | | Expected Count | 4,0 | 9,0 | 23,0 | 31,0 | 67,0 |

Chi-Square Tests

| | Value | df | Asymp. Sig. (2-sided) |
|--------------------|---------|----|-----------------------|
| Pearson Chi-Square | ,245(a) | 3 | ,970 |
| N of Valid Cases | 67 | | |

a 3 cells (37,5%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,13.

Crosstab

| | | | Experiência | | | Total |
|-------|-----|----------------|-------------|------|------|-------|
| | | | 2-5 | 6-10 | > 11 | |
| C06 | Sim | Count | 17 | 18 | 22 | 57 |
| | | Expected Count | 16,2 | 20,4 | 20,4 | 57,0 |
| | Não | Count | 2 | 6 | 2 | 10 |
| | | Expected Count | 2,8 | 3,6 | 3,6 | 10,0 |
| Total | | Count | 19 | 24 | 24 | 67 |
| | | Expected Count | 19,0 | 24,0 | 24,0 | 67,0 |

Chi-Square Tests

| | Value | df | Asymp. Sig. (2-sided) |
|--------------------|----------|----|-----------------------|
| Pearson Chi-Square | 3,029(a) | 2 | ,220 |
| N of Valid Cases | 67 | | |

a 3 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2,84.

Crosstab

| | | | Habilitações | | | | Total |
|-------|-----|----------------|--------------|-----|------|--------------|-------|
| | | | 9º | 11º | 12º | Licenciatura | |
| C06 | Sim | Count | 4 | 8 | 18 | 27 | 57 |
| | | Expected Count | 3,4 | 7,7 | 19,6 | 26,4 | 57,0 |
| | Não | Count | 0 | 1 | 5 | 4 | 10 |
| | | Expected Count | ,6 | 1,3 | 3,4 | 4,6 | 10,0 |
| Total | | Count | 4 | 9 | 23 | 31 | 67 |
| | | Expected Count | 4,0 | 9,0 | 23,0 | 31,0 | 67,0 |

Chi-Square Tests

| | Value | df | Asymp. Sig. (2-sided) |
|--------------------|----------|----|-----------------------|
| Pearson Chi-Square | 1,746(a) | 3 | ,627 |
| N of Valid Cases | 67 | | |

a 5 cells (62,5%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,60.

Experiência * Idade Crosstabulation

| | | Idade | | | Total |
|-------------|------|-------|-------|------|-------|
| | | 18-30 | 31-40 | > 41 | |
| Experiência | 2-5 | 14 | 4 | 1 | 19 |
| | 6-10 | 9 | 14 | 1 | 24 |
| | > 11 | 1 | 12 | 14 | 27 |
| Total | | 24 | 30 | 16 | 70 |

Chi-Square Tests

| | Value | df | Asymp. Sig. (2-sided) | Exact Sig. (2-sided) |
|---------------------|-----------|----|-----------------------|----------------------|
| Pearson Chi-Square | 35,676(a) | 4 | ,000 | ,000 |
| Fisher's Exact Test | 35,462 | | | ,000 |
| N of Valid Cases | 70 | | | |

a 1 cells (11,1%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 4,34.

b The standardized statistic is 5,326.

Experiência * Idade * Habilitações Crosstabulation

| | | | Idade | | | Total |
|--------------|-------------|------|-------|-------|------|-------|
| Habilitações | | | 18-30 | 31-40 | > 41 | |
| 9º | Experiência | 2-5 | 1 | 0 | 0 | 1 |
| | | 6-10 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| | | > 11 | 0 | 1 | 1 | 2 |
| | Total | | 1 | 2 | 1 | 4 |
| 11º | Experiência | 2-5 | 1 | 1 | 0 | 2 |
| | | 6-10 | 0 | 0 | 1 | 1 |
| | | > 11 | 0 | 2 | 4 | 6 |
| | Total | | 1 | 3 | 5 | 9 |
| 12º | Experiência | 2-5 | 2 | 0 | 0 | 2 |
| | | 6-10 | 4 | 4 | 0 | 8 |
| | | > 11 | 1 | 8 | 7 | 16 |
| | Total | | 7 | 12 | 7 | 26 |
| Licenciatura | Experiência | 2-5 | 10 | 3 | 1 | 14 |
| | | 6-10 | 5 | 9 | 0 | 14 |
| | | > 11 | 0 | 1 | 2 | 3 |
| | Total | | 15 | 13 | 3 | 31 |

Chi-Square Tests

| Habilitações | | Value | df | Asymp. Sig. (2-sided) | Exact Sig. (2-sided) |
|--------------|--------------------|----------|----|-----------------------|----------------------|
| 9º | Pearson Chi-Square | 5,000(a) | 4 | ,287 | ,833 |

| | | | | | |
|-----------------|--------------------|-----------|---|------|------|
| | N of Valid Cases | 4 | | | |
| 11 ^o | Pearson Chi-Square | 5,600(c) | 4 | ,231 | ,325 |
| | |) | | | |
| | N of Valid Cases | 9 | | | |
| 12 ^o | Pearson Chi-Square | 13,464(e) | 4 | ,009 | ,004 |
| | |) | | | |
| | N of Valid Cases | 26 | | | |
| Licenciatura | Pearson Chi-Square | 18,093(g) | 4 | ,001 | ,001 |
| | |) | | | |
| | N of Valid Cases | 31 | | | |

a 9 cells (100,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,25.

b The standardized statistic is 1,477.

c 9 cells (100,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,11.

d The standardized statistic is 1,778.

e 8 cells (88,9%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,54.

f The standardized statistic is 3,305.

g 5 cells (55,6%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,29.

h The standardized statistic is 2,792.

Análise Factorial

KMO and Bartlett's Test

| | | |
|--|--------------------|----------|
| Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy. | | ,723 |
| Bartlett's Test of Sphericity | Approx. Chi-Square | 1820,047 |
| | df | 741 |
| | Sig. | ,000 |

Communalities

| | Initial | Extraction |
|------|---------|------------|
| A01b | 1,000 | ,748 |
| A02b | 1,000 | ,718 |
| A03b | 1,000 | ,654 |
| A04b | 1,000 | ,720 |
| A05b | 1,000 | ,838 |
| A06b | 1,000 | ,699 |
| A07b | 1,000 | ,675 |
| A08b | 1,000 | ,757 |
| B01b | 1,000 | ,697 |
| B02b | 1,000 | ,794 |
| C01b | 1,000 | ,666 |
| C02b | 1,000 | ,742 |
| C04b | 1,000 | ,697 |
| C05b | 1,000 | ,737 |
| C06b | 1,000 | ,763 |
| D01 | 1,000 | ,835 |
| D02 | 1,000 | ,853 |
| D03 | 1,000 | ,776 |
| D04 | 1,000 | ,792 |

| | | |
|-----|-------|------|
| D05 | 1,000 | ,807 |
| D06 | 1,000 | ,723 |
| D07 | 1,000 | ,740 |
| D08 | 1,000 | ,729 |
| D09 | 1,000 | ,604 |
| D10 | 1,000 | ,635 |
| E01 | 1,000 | ,761 |
| E02 | 1,000 | ,658 |
| E03 | 1,000 | ,725 |
| E04 | 1,000 | ,796 |
| E05 | 1,000 | ,806 |
| E06 | 1,000 | ,787 |
| E07 | 1,000 | ,668 |
| E08 | 1,000 | ,739 |
| E09 | 1,000 | ,747 |
| E10 | 1,000 | ,674 |
| E11 | 1,000 | ,681 |
| E12 | 1,000 | ,644 |
| E13 | 1,000 | ,827 |
| E14 | 1,000 | ,659 |

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Total Variance Explained

| Component | Initial Eigenvalues | | | Extraction Sums of Squared Loadings | | | Rotation Sums of Squared Loadings | | |
|-----------|---------------------|---------------|--------------|-------------------------------------|---------------|--------------|-----------------------------------|---------------|--------------|
| | Total | % of Variance | Cumulative % | Total | % of Variance | Cumulative % | Total | % of Variance | Cumulative % |
| 1 | 12,063 | 30,932 | 30,932 | 12,063 | 30,932 | 30,932 | 4,902 | 12,570 | 12,570 |
| 2 | 3,713 | 9,521 | 40,453 | 3,713 | 9,521 | 40,453 | 3,835 | 9,834 | 22,404 |
| 3 | 2,404 | 6,164 | 46,617 | 2,404 | 6,164 | 46,617 | 3,100 | 7,950 | 30,353 |
| 4 | 2,053 | 5,265 | 51,882 | 2,053 | 5,265 | 51,882 | 2,893 | 7,419 | 37,772 |
| 5 | 1,879 | 4,817 | 56,699 | 1,879 | 4,817 | 56,699 | 2,888 | 7,406 | 45,178 |
| 6 | 1,558 | 3,996 | 60,695 | 1,558 | 3,996 | 60,695 | 2,735 | 7,014 | 52,192 |
| 7 | 1,326 | 3,399 | 64,094 | 1,326 | 3,399 | 64,094 | 2,647 | 6,788 | 58,980 |
| 8 | 1,305 | 3,347 | 67,441 | 1,305 | 3,347 | 67,441 | 2,216 | 5,683 | 64,663 |
| 9 | 1,146 | 2,938 | 70,379 | 1,146 | 2,938 | 70,379 | 1,738 | 4,457 | 69,120 |
| 10 | 1,121 | 2,874 | 73,253 | 1,121 | 2,874 | 73,253 | 1,612 | 4,133 | 73,253 |
| 11 | ,917 | 2,351 | 75,603 | | | | | | |
| 12 | ,837 | 2,145 | 77,748 | | | | | | |
| 13 | ,803 | 2,058 | 79,806 | | | | | | |
| 14 | ,760 | 1,950 | 81,756 | | | | | | |
| 15 | ,706 | 1,811 | 83,566 | | | | | | |
| 16 | ,637 | 1,634 | 85,201 | | | | | | |
| 17 | ,607 | 1,557 | 86,758 | | | | | | |
| 18 | ,565 | 1,448 | 88,206 | | | | | | |
| 19 | ,528 | 1,353 | 89,559 | | | | | | |
| 20 | ,470 | 1,206 | 90,765 | | | | | | |
| 21 | ,433 | 1,110 | 91,875 | | | | | | |
| 22 | ,397 | 1,018 | 92,894 | | | | | | |
| 23 | ,362 | ,929 | 93,822 | | | | | | |
| 24 | ,324 | ,830 | 94,652 | | | | | | |

| | | | | | | | | | |
|----|------|------|---------|--|--|--|--|--|--|
| 25 | ,277 | ,711 | 95,363 | | | | | | |
| 26 | ,249 | ,639 | 96,002 | | | | | | |
| 27 | ,213 | ,547 | 96,549 | | | | | | |
| 28 | ,194 | ,496 | 97,045 | | | | | | |
| 29 | ,184 | ,472 | 97,517 | | | | | | |
| 30 | ,170 | ,436 | 97,953 | | | | | | |
| 31 | ,164 | ,419 | 98,373 | | | | | | |
| 32 | ,133 | ,342 | 98,715 | | | | | | |
| 33 | ,114 | ,292 | 99,007 | | | | | | |
| 34 | ,106 | ,272 | 99,278 | | | | | | |
| 35 | ,088 | ,226 | 99,505 | | | | | | |
| 36 | ,076 | ,195 | 99,700 | | | | | | |
| 37 | ,045 | ,116 | 99,816 | | | | | | |
| 38 | ,041 | ,105 | 99,921 | | | | | | |
| 39 | ,031 | ,079 | 100,000 | | | | | | |

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Component Matrix(a)

| | Component | | | | | | | | | |
|------|-----------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| E05 | ,781 | -,068 | ,256 | ,016 | ,186 | ,074 | ,035 | -,273 | -,063 | ,072 |
| D02 | ,772 | ,007 | -,255 | -,283 | ,208 | ,143 | ,065 | -,168 | -,040 | ,121 |
| E06 | ,744 | -,177 | ,250 | ,054 | ,075 | ,075 | -,061 | -,233 | -,222 | ,131 |
| D10 | ,740 | ,073 | -,139 | ,155 | -,060 | -,061 | ,154 | -,023 | ,058 | -,064 |
| D01 | ,736 | -,053 | -,241 | -,373 | ,038 | ,105 | ,090 | -,230 | -,019 | ,140 |
| D03 | ,720 | ,024 | -,369 | -,213 | ,105 | -,027 | ,111 | -,021 | -,075 | ,210 |
| D04 | ,719 | ,027 | -,074 | ,035 | -,115 | ,069 | ,469 | -,054 | -,149 | ,072 |
| E08 | ,714 | ,017 | ,184 | -,139 | -,361 | ,162 | ,093 | ,103 | -,010 | -,009 |
| E03 | ,714 | -,291 | ,064 | ,237 | ,030 | ,039 | ,031 | ,111 | ,161 | -,171 |
| E04 | ,705 | -,262 | ,095 | ,162 | ,234 | ,108 | ,109 | -,226 | -,077 | -,244 |
| D06 | ,688 | -,066 | ,079 | ,300 | ,029 | -,145 | ,150 | ,294 | ,118 | ,065 |
| E09 | ,681 | -,055 | ,350 | -,279 | -,260 | -,025 | ,078 | ,058 | ,057 | ,007 |
| E10 | ,658 | -,123 | -,232 | -,132 | ,199 | -,050 | ,013 | ,185 | ,227 | ,161 |
| E11 | ,632 | -,120 | ,194 | -,105 | -,341 | -,047 | -,101 | -,267 | ,060 | -,122 |
| E07 | ,614 | ,047 | ,302 | ,241 | ,150 | ,292 | -,089 | -,123 | ,044 | ,079 |
| E01 | ,607 | -,252 | ,083 | ,361 | ,232 | ,056 | -,183 | ,093 | -,133 | -,273 |
| E12 | ,566 | -,236 | ,418 | -,178 | -,120 | -,059 | -,074 | ,187 | ,057 | ,020 |
| A01b | ,540 | ,499 | ,184 | -,085 | ,129 | -,166 | ,009 | -,077 | ,286 | -,184 |
| E02 | ,535 | -,259 | ,209 | -,064 | ,204 | ,172 | -,384 | -,044 | -,148 | -,120 |
| C01b | ,530 | ,380 | -,045 | ,031 | -,196 | ,321 | -,149 | ,223 | -,121 | -,100 |
| D08 | ,522 | ,156 | -,208 | ,034 | ,229 | ,372 | -,045 | ,426 | ,105 | -,061 |
| A04b | ,509 | ,369 | ,234 | ,273 | -,119 | -,293 | -,210 | -,170 | ,125 | -,077 |
| C05b | -,507 | ,432 | ,363 | ,114 | ,155 | ,166 | ,250 | ,170 | -,007 | ,075 |
| E13 | ,503 | -,161 | ,339 | -,227 | -,362 | -,066 | -,247 | ,124 | -,108 | ,397 |
| D07 | ,502 | -,372 | ,081 | ,335 | -,236 | -,091 | ,368 | ,160 | -,074 | -,019 |
| D09 | ,491 | ,212 | -,326 | ,086 | ,145 | ,257 | -,155 | ,191 | ,225 | ,083 |
| A08b | ,444 | ,370 | -,207 | ,135 | -,306 | -,386 | ,069 | ,146 | -,214 | ,218 |
| E14 | ,404 | -,330 | -,141 | -,087 | ,092 | -,391 | -,215 | ,185 | ,335 | ,076 |
| B02b | ,215 | ,621 | ,135 | ,437 | -,237 | -,096 | -,241 | ,076 | ,078 | ,129 |

| | | | | | | | | | | |
|------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| B01b | ,184 | ,542 | -,236 | ,349 | -,224 | ,077 | -,191 | -,296 | ,023 | -,111 |
| A05b | ,531 | ,537 | -,012 | -,254 | ,044 | ,014 | ,274 | ,133 | ,123 | -,304 |
| A02b | ,190 | ,479 | ,261 | -,268 | ,257 | -,338 | ,252 | -,145 | ,160 | -,149 |
| C04b | -,403 | ,472 | ,363 | ,157 | ,133 | ,185 | ,223 | -,111 | -,084 | ,184 |
| A03b | ,212 | ,460 | -,215 | -,440 | -,289 | ,013 | -,180 | -,135 | ,016 | -,151 |
| D05 | ,231 | -,076 | -,334 | ,468 | -,004 | ,061 | ,106 | -,354 | ,343 | ,398 |
| A06b | ,290 | ,468 | -,059 | -,137 | ,480 | -,097 | -,262 | ,004 | -,142 | ,214 |
| A07b | ,195 | ,300 | ,345 | ,017 | ,445 | -,281 | -,010 | ,173 | -,282 | ,202 |
| C06b | -,328 | ,219 | ,339 | -,175 | -,193 | ,545 | ,027 | ,052 | ,277 | ,218 |
| C02b | ,432 | ,314 | -,426 | ,090 | -,166 | ,063 | ,008 | ,111 | -,461 | -,102 |

Extraction Method: Principal Component Analysis.
a. 10 components extracted.

Rotated Component Matrix(a)

| | Component | | | | | | | | | |
|------|-----------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| E04 | ,784 | ,063 | ,183 | ,153 | ,098 | ,180 | -,052 | ,253 | -,052 | ,097 |
| E05 | ,708 | ,346 | ,068 | ,143 | ,084 | ,238 | ,040 | ,101 | ,164 | ,243 |
| E06 | ,701 | ,413 | ,096 | ,203 | ,015 | ,019 | ,051 | ,104 | ,171 | ,175 |
| E01 | ,687 | -,002 | ,276 | ,034 | ,240 | -,078 | ,142 | ,316 | ,074 | -,152 |
| E02 | ,668 | ,265 | ,223 | -,035 | ,183 | -,084 | -,026 | -,116 | ,111 | -,153 |
| E07 | ,633 | ,252 | -,136 | -,036 | ,273 | ,068 | ,219 | ,113 | ,100 | ,185 |
| E03 | ,520 | ,220 | ,316 | ,002 | ,295 | ,095 | ,080 | ,429 | -,123 | ,059 |
| D02 | ,434 | ,237 | ,257 | ,427 | ,357 | ,265 | -,157 | -,119 | ,107 | ,336 |
| E13 | ,131 | ,852 | ,145 | ,064 | ,006 | -,149 | ,094 | ,006 | ,164 | ,024 |
| E09 | ,284 | ,711 | ,106 | ,120 | ,093 | ,316 | ,014 | ,151 | -,050 | -,031 |
| E12 | ,316 | ,642 | ,186 | -,096 | ,099 | ,125 | -,038 | ,203 | ,059 | -,128 |
| E08 | ,284 | ,636 | ,023 | ,287 | ,245 | ,190 | ,111 | ,181 | -,169 | -,011 |
| E11 | ,426 | ,519 | ,239 | ,135 | -,084 | ,205 | ,206 | ,006 | -,246 | ,058 |
| C04b | -,128 | -,165 | -,737 | -,122 | -,139 | ,092 | ,110 | -,046 | ,224 | ,052 |
| E14 | ,034 | ,218 | ,700 | -,190 | ,165 | ,073 | -,020 | ,145 | ,115 | ,127 |
| C05b | -,287 | -,196 | -,698 | -,229 | -,013 | ,104 | ,016 | ,061 | ,206 | -,140 |
| C06b | -,224 | ,256 | -,631 | -,321 | ,188 | -,034 | -,050 | -,246 | -,208 | ,057 |
| C02b | ,090 | -,034 | ,082 | ,757 | ,259 | -,033 | ,262 | ,034 | ,042 | -,111 |
| D04 | ,315 | ,289 | -,005 | ,546 | ,152 | ,256 | -,029 | ,383 | -,041 | ,270 |
| A08b | -,184 | ,236 | ,186 | ,536 | ,036 | ,109 | ,450 | ,237 | ,250 | ,100 |
| D03 | ,215 | ,231 | ,344 | ,508 | ,333 | ,194 | -,095 | ,016 | ,167 | ,338 |
| D01 | ,358 | ,352 | ,280 | ,442 | ,240 | ,263 | -,180 | -,150 | -,009 | ,356 |
| D10 | ,331 | ,175 | ,242 | ,338 | ,249 | ,271 | ,225 | ,302 | -,043 | ,205 |
| D08 | ,208 | ,035 | ,054 | ,152 | ,796 | ,081 | ,018 | ,113 | ,066 | -,036 |
| D09 | ,140 | ,012 | ,155 | ,131 | ,674 | ,063 | ,194 | -,028 | ,039 | ,211 |
| C01b | ,197 | ,261 | -,103 | ,364 | ,508 | ,073 | ,352 | -,028 | -,044 | -,163 |
| E10 | ,184 | ,236 | ,437 | ,111 | ,466 | ,183 | -,108 | ,146 | ,146 | ,275 |
| A02b | ,010 | ,022 | -,071 | -,012 | -,099 | ,788 | ,063 | -,038 | ,275 | -,009 |
| A05b | ,070 | ,124 | -,047 | ,322 | ,389 | ,727 | ,120 | ,053 | ,002 | -,116 |
| A01b | ,214 | ,153 | ,057 | ,006 | ,215 | ,695 | ,353 | -,017 | ,141 | ,032 |
| B02b | -,065 | ,108 | -,177 | ,032 | ,157 | ,068 | ,823 | ,075 | ,178 | ,037 |
| B01b | ,085 | -,186 | -,088 | ,275 | ,097 | ,095 | ,690 | -,175 | -,154 | ,150 |
| A04b | ,278 | ,201 | ,126 | ,004 | -,032 | ,328 | ,671 | ,088 | ,131 | ,050 |
| D07 | ,261 | ,265 | ,149 | ,200 | -,012 | -,061 | -,002 | ,712 | -,150 | ,081 |

| | | | | | | | | | | |
|------|-------|-------|-------|------|-------|-------|------|-------|-------|-------|
| D06 | ,265 | ,264 | ,231 | ,075 | ,311 | ,139 | ,187 | ,580 | ,152 | ,119 |
| A03b | -,136 | ,201 | ,092 | ,357 | ,132 | ,348 | ,230 | -,485 | -,158 | -,086 |
| A07b | ,137 | ,063 | -,114 | ,014 | -,004 | ,194 | ,066 | ,109 | ,755 | -,120 |
| A06b | ,136 | -,050 | ,045 | ,147 | ,271 | ,216 | ,157 | -,316 | ,636 | ,070 |
| D05 | ,116 | -,136 | ,101 | ,002 | ,088 | -,132 | ,240 | ,169 | -,120 | ,799 |

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.

a. Rotation converged in 17 iterations.

Component Transformation Matrix

| Component | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
|-----------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| 1 | ,549 | ,433 | ,314 | ,335 | ,347 | ,272 | ,171 | ,210 | ,076 | ,165 |
| 2 | -,263 | -,122 | -,418 | ,238 | ,208 | ,462 | ,543 | -,259 | ,253 | -,043 |
| 3 | ,289 | ,462 | -,451 | -,493 | -,300 | ,162 | ,049 | ,150 | ,193 | -,281 |
| 4 | ,213 | -,399 | -,128 | -,115 | -,011 | -,359 | ,555 | ,550 | -,010 | ,161 |
| 5 | ,339 | -,508 | ,030 | -,247 | ,221 | ,183 | -,359 | -,069 | ,586 | ,073 |
| 6 | ,293 | ,014 | -,569 | ,026 | ,523 | -,281 | -,194 | -,230 | -,380 | ,053 |
| 7 | -,155 | -,094 | -,353 | ,289 | -,132 | ,395 | -,419 | ,573 | -,146 | ,246 |
| 8 | -,403 | ,150 | ,064 | -,072 | ,563 | -,159 | -,100 | ,419 | ,216 | -,481 |
| 9 | -,209 | ,030 | ,177 | -,651 | ,299 | ,366 | ,105 | ,028 | -,344 | ,382 |
| 10 | -,265 | ,367 | -,150 | -,008 | ,022 | -,361 | -,045 | -,038 | ,468 | ,648 |

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.

Consistência interna dos factores obtidos na Análise Factorial

Factor 1

Reliability Statistics

| Cronbach's Alpha | N of Items |
|------------------|------------|
| ,899 | 8 |

Item-Total Statistics

| | Scale Mean if Item Deleted | Scale Variance if Item Deleted | Corrected Item-Total Correlation | Cronbach's Alpha if Item Deleted |
|-----|----------------------------|--------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|
| D02 | 11,61 | 45,922 | ,605 | ,895 |
| E01 | 11,84 | 47,555 | ,657 | ,888 |
| E02 | 12,14 | 48,124 | ,599 | ,894 |
| E03 | 11,53 | 45,934 | ,674 | ,887 |
| E04 | 11,74 | 45,092 | ,771 | ,878 |
| E05 | 12,03 | 45,593 | ,784 | ,877 |
| E06 | 12,11 | 45,407 | ,770 | ,878 |
| E07 | 11,99 | 48,565 | ,635 | ,890 |

Scale Statistics

| Mean | Variance | Std. Deviation | N of Items |
|------|----------|----------------|------------|
|------|----------|----------------|------------|

| | | | |
|-------|--------|-------|---|
| 13,57 | 59,901 | 7,740 | 8 |
|-------|--------|-------|---|

Factor 2

Reliability Statistics

| Cronbach's Alpha | N of Items |
|------------------|------------|
| ,857 | 5 |

Item-Total Statistics

| | Scale Mean if Item Deleted | Scale Variance if Item Deleted | Corrected Item-Total Correlation | Cronbach's Alpha if Item Deleted |
|-----|----------------------------|--------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|
| E08 | 5,53 | 13,789 | ,697 | ,821 |
| E09 | 5,89 | 13,958 | ,778 | ,800 |
| E11 | 5,91 | 15,587 | ,619 | ,840 |
| E12 | 6,06 | 15,127 | ,629 | ,838 |
| E13 | 6,10 | 14,381 | ,645 | ,835 |

Scale Statistics

| Mean | Variance | Std. Deviation | N of Items |
|------|----------|----------------|------------|
| 7,37 | 21,976 | 4,688 | 5 |

Factor 3(Excluindo o E14)

Reliability Statistics

| Cronbach's Alpha | N of Items |
|------------------|------------|
| ,734 | 3 |

Item-Total Statistics

| | Scale Mean if Item Deleted | Scale Variance if Item Deleted | Corrected Item-Total Correlation | Cronbach's Alpha if Item Deleted |
|------|----------------------------|--------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|
| C04b | 4,46 | 10,165 | ,619 | ,573 |
| C05b | 5,53 | 10,977 | ,707 | ,463 |
| C06b | 3,27 | 15,563 | ,382 | ,826 |

Scale Statistics

| Mean | Variance | Std. Deviation | N of Items |
|------|----------|----------------|------------|
| 6,63 | 24,295 | 4,929 | 3 |

Factor 4

Reliability Statistics

| | |
|------------------|------------|
| Cronbach's Alpha | N of Items |
| ,802 | 6 |

Item-Total Statistics

| | Scale Mean if Item Deleted | Scale Variance if Item Deleted | Corrected Item-Total Correlation | Cronbach's Alpha if Item Deleted |
|------|----------------------------|--------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|
| C02b | 10,84 | 32,627 | ,531 | ,796 |
| A08b | 12,51 | 35,326 | ,500 | ,794 |
| D01 | 12,91 | 40,051 | ,584 | ,768 |
| D03 | 12,39 | 37,806 | ,714 | ,742 |
| D10 | 12,17 | 42,318 | ,591 | ,774 |
| D04 | 12,60 | 39,838 | ,651 | ,758 |

Scale Statistics

| Mean | Variance | Std. Deviation | N of Items |
|-------|----------|----------------|------------|
| 14,69 | 52,624 | 7,254 | 6 |

Factor 5

Reliability Statistics

| | |
|------------------|------------|
| Cronbach's Alpha | N of Items |
| ,694 | 4 |

Item-Total Statistics

| | Scale Mean if Item Deleted | Scale Variance if Item Deleted | Corrected Item-Total Correlation | Cronbach's Alpha if Item Deleted |
|------|----------------------------|--------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|
| C01b | 8,31 | 8,914 | ,420 | ,701 |
| D08 | 10,06 | 9,069 | ,633 | ,523 |
| D09 | 9,27 | 11,853 | ,562 | ,612 |
| E10 | 10,07 | 11,604 | ,396 | ,676 |

Scale Statistics

| Mean | Variance | Std. Deviation | N of Items |
|-------|----------|----------------|------------|
| 12,57 | 16,712 | 4,088 | 4 |

Factor 6

Reliability Statistics

| Cronbach's Alpha | N of Items |
|------------------|------------|
| ,762 | 3 |

Item-Total Statistics

| | Scale Mean if Item Deleted | Scale Variance if Item Deleted | Corrected Item-Total Correlation | Cronbach's Alpha if Item Deleted |
|------|----------------------------|--------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|
| A01b | 2,51 | 9,790 | ,642 | ,628 |
| A02b | 3,53 | 11,992 | ,547 | ,741 |
| A05b | 2,44 | 7,902 | ,631 | ,657 |

Scale Statistics

| Mean | Variance | Std. Deviation | N of Items |
|------|----------|----------------|------------|
| 4,24 | 19,897 | 4,461 | 3 |

Factor 7

Reliability Statistics

| Cronbach's Alpha | N of Items |
|------------------|------------|
| ,712 | 3 |

Item-Total Statistics

| | Scale Mean if Item Deleted | Scale Variance if Item Deleted | Corrected Item-Total Correlation | Cronbach's Alpha if Item Deleted |
|------|----------------------------|--------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|
| A04b | 5,56 | 11,352 | ,485 | ,675 |
| B01b | 4,49 | 10,601 | ,465 | ,711 |
| B02b | 4,87 | 10,404 | ,658 | ,473 |

Scale Statistics

| Mean | Variance | Std. Deviation | N of Items |
|------|----------|----------------|------------|
| 7,46 | 21,208 | 4,605 | 3 |

Factor 8

Reliability Statistics

| Cronbach's Alpha | N of Items |
|------------------|------------|
| ,608 | 4 |

Item-Total Statistics

| | Scale Mean if Item Deleted | Scale Variance if Item Deleted | Corrected Item-Total Correlation | Cronbach's Alpha if Item Deleted |
|-----|----------------------------|--------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|
| D06 | 7,51 | 5,790 | ,531 | ,410 |
| D07 | 7,66 | 6,924 | ,435 | ,501 |
| E14 | 7,49 | 8,340 | ,340 | ,573 |
| D05 | 7,00 | 8,406 | ,264 | ,622 |

Scale Statistics

| Mean | Variance | Std. Deviation | N of Items |
|------|----------|----------------|------------|
| 9,89 | 11,581 | 3,403 | 4 |

Factor 9

Reliability Statistics

| Cronbach's Alpha | N of Items |
|------------------|------------|
| ,585 | 2 |

Item-Total Statistics

| | Scale Mean if Item Deleted | Scale Variance if Item Deleted | Corrected Item-Total Correlation | Cronbach's Alpha if Item Deleted |
|------|----------------------------|--------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|
| A06b | 1,47 | 2,919 | ,415 | .(a) |
| A07b | 1,90 | 3,338 | ,415 | .(a) |

a The value is negative due to a negative average covariance among items. This violates reliability model assumptions. You may want to check item codings.

Scale Statistics

| Mean | Variance | Std. Deviation | N of Items |
|------|----------|----------------|------------|
| 3,37 | 8,846 | 2,974 | 2 |

Efeito das variáveis demográficas. Teste de igualdade de distribuição

Ranks

| | Experiência | N | Mean Rank |
|---------------|-------------|----|-----------|
| F1_Liberdades | 2-5 | 19 | 36,58 |
| | 6-10 | 24 | 33,94 |
| | > 11 | 27 | 36,13 |
| | Total | 70 | |

| | | | |
|----------------------|-------|----|-------|
| F2_Direito_Sociedade | 2-5 | 19 | 33,45 |
| | 6-10 | 24 | 31,94 |
| | > 11 | 27 | 40,11 |
| | Total | 70 | |
| F3_Política_imprensa | 2-5 | 19 | 36,92 |
| | 6-10 | 24 | 33,17 |
| | > 11 | 27 | 36,57 |
| | Total | 70 | |
| F4_Política_Governo | 2-5 | 19 | 32,53 |
| | 6-10 | 24 | 35,60 |
| | > 11 | 27 | 37,50 |
| | Total | 70 | |
| F5_Transparência | 2-5 | 19 | 26,00 |
| | 6-10 | 24 | 34,67 |
| | > 11 | 27 | 42,93 |
| | Total | 70 | |
| F6_Pressoes_directas | 2-5 | 19 | 24,55 |
| | 6-10 | 24 | 36,90 |
| | > 11 | 27 | 41,96 |
| | Total | 70 | |
| F7_Espaço | 2-5 | 19 | 30,68 |
| | 6-10 | 24 | 40,21 |
| | > 11 | 27 | 34,70 |
| | Total | 70 | |
| F7b_Espaço_bis | 2-5 | 19 | 29,74 |
| | 6-10 | 24 | 41,42 |
| | > 11 | 27 | 34,30 |
| | Total | 70 | |
| F8_Partici_civica | 2-5 | 19 | 33,87 |
| | 6-10 | 24 | 35,50 |
| | > 11 | 27 | 36,65 |
| | Total | 70 | |
| F9_Censura | 2-5 | 19 | 28,11 |
| | 6-10 | 24 | 35,98 |
| | > 11 | 27 | 40,28 |
| | Total | 70 | |
| F10 | 2-5 | 19 | 29,21 |
| | 6-10 | 24 | 39,15 |
| | > 11 | 27 | 36,69 |
| | Total | 70 | |

Test Statistics(a,b)

| | F1_Lib erdade s | F2_Dire ito_Soci edade | F3_Polí tica_im prensa | F4_Polí tica_Go verno | F5_Tra nspare ncia | F6_Pre ssoes_ directas | F7_Esp aço | F7b_Es paço_bi s | F8_Part ici_civi ca | F9_Cen sura | F10 |
|-------------|-----------------------|------------------------------|------------------------------|-----------------------------|--------------------------|------------------------------|---------------|------------------------|---------------------------|----------------|-------|
| Chi-Square | ,222 | 2,328 | ,487 | ,669 | 7,893 | 8,545 | 2,407 | 3,668 | ,210 | 4,096 | 3,847 |
| df | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 |
| Asymp. Sig. | ,895 | ,312 | ,784 | ,716 | ,019 | ,014 | ,300 | ,160 | ,900 | ,129 | ,146 |

a Kruskal Wallis Test
b Grouping Variable: Experiência

Kruskal-Wallis Test

Ranks

| | Habilitações | N | Mean Rank |
|----------------------|--------------|----|-----------|
| F1_Liberdades | 9º | 4 | 31,50 |
| | 11º ou 12º | 35 | 38,39 |
| | licenciatura | 31 | 32,76 |
| | Total | 70 | |
| F2_Direito_Sociedade | 9º | 4 | 36,25 |
| | 11º ou 12º | 35 | 40,39 |
| | licenciatura | 31 | 29,89 |
| | Total | 70 | |
| F3_Política_imprensa | 9º | 4 | 27,25 |
| | 11º ou 12º | 35 | 35,61 |
| | licenciatura | 31 | 36,44 |
| | Total | 70 | |
| F4_Política_Governo | 9º | 4 | 30,50 |
| | 11º ou 12º | 35 | 38,94 |
| | licenciatura | 31 | 32,26 |
| | Total | 70 | |
| F5_Transparência | 9º | 4 | 30,88 |
| | 11º ou 12º | 35 | 42,26 |
| | licenciatura | 31 | 28,47 |
| | Total | 70 | |
| F6_Pressoes_directas | 9º | 4 | 36,88 |
| | 11º ou 12º | 35 | 38,01 |
| | licenciatura | 31 | 32,48 |
| | Total | 70 | |
| F7_Espaço | 9º | 4 | 40,75 |
| | 11º ou 12º | 35 | 37,24 |
| | licenciatura | 31 | 32,85 |
| | Total | 70 | |
| F7b_Espaço_bis | 9º | 4 | 43,38 |
| | 11º ou 12º | 35 | 36,71 |
| | licenciatura | 31 | 33,11 |
| | Total | 70 | |
| F8_Partici_civica | 9º | 4 | 12,50 |
| | 11º ou 12º | 35 | 39,51 |
| | licenciatura | 31 | 33,94 |
| | Total | 70 | |
| F9_Censura | 9º | 4 | 40,25 |
| | 11º ou 12º | 35 | 40,79 |
| | licenciatura | 31 | 28,92 |
| | Total | 70 | |
| F10 | 9º | 4 | 40,75 |

| | | | |
|--|--------------|----|-------|
| | 11º ou 12º | 35 | 35,20 |
| | licenciatura | 31 | 35,16 |
| | Total | 70 | |

Test Statistics(a,b)

| | F1_Lib erdades | F2_Dire ito_Soci edade | F3_Polít ica_im prensa | F4_Polít ica_Go verno | F5_Tra nspare ncia | F6_Pre ssoes_ directas | F7_Esp aço | F7b_Es paço_bi s | F8_Part icipa civica | F9_Cen sura | F10 |
|-------------|-------------------|------------------------------|------------------------------|-----------------------------|--------------------------|------------------------------|---------------|------------------------|----------------------------|----------------|------|
| Chi-Square | 1,427 | 4,405 | ,730 | 2,036 | 7,885 | 1,265 | 1,054 | 1,157 | 6,716 | 5,946 | ,406 |
| df | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 |
| Asymp. Sig. | ,490 | ,111 | ,694 | ,361 | ,019 | ,531 | ,590 | ,561 | ,035 | ,051 | ,816 |

a Kruskal Wallis Test

b Grouping Variable: Habilitações

Kruskal-Wallis Test

Ranks

| | Órgão | N | Mean Rank |
|----------------------|---------|----|-----------|
| F1_Liberdades | RTP | 11 | 40,50 |
| | RDP | 5 | 31,20 |
| | PEF | 3 | 62,83 |
| | DN | 20 | 35,88 |
| | JM | 13 | 26,00 |
| | NM | 4 | 37,75 |
| | Trib | 6 | 33,08 |
| | TSF | 3 | 45,17 |
| | Garajau | 1 | 58,50 |
| | Bola | 1 | 46,00 |
| | Saber | 3 | 16,67 |
| | Total | 70 | |
| F2_Direito_Sociedade | RTP | 11 | 35,77 |
| | RDP | 5 | 28,50 |
| | PEF | 3 | 68,83 |
| | DN | 20 | 38,20 |
| | JM | 13 | 24,50 |
| | NM | 4 | 29,50 |
| | Trib | 6 | 41,67 |
| | TSF | 3 | 45,00 |
| | Garajau | 1 | 35,50 |
| | Bola | 1 | 52,00 |
| | Saber | 3 | 23,17 |
| | Total | 70 | |
| F3_Política_imprensa | RTP | 11 | 42,18 |
| | RDP | 5 | 25,40 |
| | PEF | 3 | 26,83 |
| | DN | 20 | 35,35 |
| | JM | 13 | 45,38 |

| | | | |
|----------------------|---------|----|-------|
| | NM | 4 | 11,00 |
| | Trib | 6 | 34,92 |
| | TSF | 3 | 29,17 |
| | Garajau | 1 | 8,50 |
| | Bola | 1 | 41,50 |
| | Saber | 3 | 41,83 |
| | Total | 70 | |
| F4_Política_Governo | RTP | 11 | 38,50 |
| | RDP | 5 | 43,60 |
| | PEF | 3 | 50,50 |
| | DN | 20 | 45,30 |
| | JM | 13 | 15,92 |
| | NM | 4 | 20,63 |
| | Trib | 6 | 39,33 |
| | TSF | 3 | 36,50 |
| | Garajau | 1 | 60,50 |
| | Bola | 1 | 48,50 |
| | Saber | 3 | 14,00 |
| | Total | 70 | |
| F5_Transparência | RTP | 11 | 39,64 |
| | RDP | 5 | 50,60 |
| | PEF | 3 | 60,67 |
| | DN | 20 | 39,83 |
| | JM | 13 | 17,77 |
| | NM | 4 | 30,13 |
| | Trib | 6 | 30,25 |
| | TSF | 3 | 45,33 |
| | Garajau | 1 | 64,00 |
| | Bola | 1 | 18,00 |
| | Saber | 3 | 22,17 |
| | Total | 70 | |
| F6_Pressoes_directas | RTP | 11 | 46,09 |
| | RDP | 5 | 30,70 |
| | PEF | 3 | 59,17 |
| | DN | 20 | 39,85 |
| | JM | 13 | 23,27 |
| | NM | 4 | 20,75 |
| | Trib | 6 | 37,42 |
| | TSF | 3 | 49,67 |
| | Garajau | 1 | 51,00 |
| | Bola | 1 | 10,00 |
| | Saber | 3 | 10,00 |
| | Total | 70 | |
| F7_Espaço | RTP | 11 | 46,64 |
| | RDP | 5 | 36,60 |
| | PEF | 3 | 17,00 |
| | DN | 20 | 47,10 |
| | JM | 13 | 25,15 |

| | | | |
|-------------------|---------|----|-------|
| | NM | 4 | 8,88 |
| | Trib | 6 | 42,00 |
| | TSF | 3 | 28,33 |
| | Garajau | 1 | 10,50 |
| | Bola | 1 | 2,00 |
| | Saber | 3 | 28,00 |
| | Total | 70 | |
| F7b_Espaço_bis | RTP | 11 | 43,82 |
| | RDP | 5 | 36,00 |
| | PEF | 3 | 15,00 |
| | DN | 20 | 47,35 |
| | JM | 13 | 24,19 |
| | NM | 4 | 11,88 |
| | Trib | 6 | 48,00 |
| | TSF | 3 | 24,67 |
| | Garajau | 1 | 29,50 |
| | Bola | 1 | 2,00 |
| | Saber | 3 | 25,17 |
| | Total | 70 | |
| F8_Partici_civica | RTP | 11 | 36,41 |
| | RDP | 5 | 49,90 |
| | PEF | 3 | 49,17 |
| | DN | 20 | 37,83 |
| | JM | 13 | 23,85 |
| | NM | 4 | 37,38 |
| | Trib | 6 | 23,42 |
| | TSF | 3 | 48,83 |
| | Garajau | 1 | 26,50 |
| | Bola | 1 | 41,50 |
| | Saber | 3 | 38,83 |
| | Total | 70 | |
| F9_Censura | RTP | 11 | 47,95 |
| | RDP | 5 | 48,60 |
| | PEF | 3 | 55,17 |
| | DN | 20 | 28,55 |
| | JM | 13 | 34,88 |
| | NM | 4 | 27,00 |
| | Trib | 6 | 37,50 |
| | TSF | 3 | 44,83 |
| | Garajau | 1 | 27,00 |
| | Bola | 1 | 7,50 |
| | Saber | 3 | 7,50 |
| | Total | 70 | |
| F10 | RTP | 11 | 31,36 |
| | RDP | 5 | 31,20 |
| | PEF | 3 | 24,00 |
| | DN | 20 | 43,18 |
| | JM | 13 | 29,50 |
| | NM | 4 | 32,00 |

| | | |
|---------|----|-------|
| Trib | 6 | 51,50 |
| TSF | 3 | 24,00 |
| Garajau | 1 | 60,00 |
| Bola | 1 | 24,00 |
| Saber | 3 | 24,00 |
| Total | 70 | |

Test Statistics(a,b)

| | F1_Lib erdade s | F2_Dire ito_Soci edade | F3_Polí tica_im prensa | F4_Polí tica_Go verno | F5_Tra nsparê ncia | F6_Pre ssoes_ directas | F7_Esp aço | F7b_Es paço_bi s | F8_Part ici_civic a | F9_Cen sura | F10 |
|-------------|-----------------------|------------------------------|------------------------------|-----------------------------|--------------------------|------------------------------|---------------|------------------------|---------------------------|----------------|--------|
| Chi-Square | 14,119 | 16,193 | 14,372 | 27,033 | 24,296 | 23,985 | 28,300 | 27,913 | 12,315 | 20,911 | 18,860 |
| df | 10 | 10 | 10 | 10 | 10 | 10 | 10 | 10 | 10 | 10 | 10 |
| Asymp. Sig. | ,168 | ,094 | ,157 | ,003 | ,007 | ,008 | ,002 | ,002 | ,265 | ,022 | ,042 |

a Kruskal Wallis Test

b Grouping Variable: Órgão

XII. Entrevistas

José Manuel Rodrigues¹²⁴

“A política e o jornalismo são naturalmente duas realidades conflituantes.

Há 15 anos, quando tomei posse como primeiro presidente do Sindicato de Jornalistas da Madeira umas das frases que disse é “que a política devia ser para os políticos e o jornalismo para os jornalistas”, longe de imaginar que seis anos mais tarde estaria do outro lado da barreira.

Há 15 anos éramos sessenta jornalistas com carteira profissional, hoje somos duzentos, o que significa que se passou por uma grande evolução.

Cronologicamente, falo do período de 1974 e 1976, uma situação típica de processo revolucionário, com o surgimento de muitos títulos na área da imprensa, havia muito debate ideológico, e os jornalistas, como cidadãos, não ficaram imunes a este debate ideológico que então teve lugar.

Na década de 80 dá-se uma estabilização da profissão a nível regional, e os jornalistas procuravam exercer a sua profissão com rigor, isenção e profissionalismo, mas teve depois lugar na Madeira um outro processo que não se deu no continente, o processo de conquista da

¹²⁴ José Manuel Rodrigues é jornalista. Desde há vários anos tem vindo a desempenhar funções como deputado, eleito pelo CDS/PP à Assembleia Regional, sendo também o líder regional deste partido. Esta “entrevista” resulta de uma conferência proferida por José Manuel Rodrigues no âmbito da comemoração do 25º aniversário da delegação da Madeira do Sindicato de Jornalistas, em Junho de 2006. O “entrevistado” foi informado e aceitou esta transformação, que foi completada com uma entrevista pessoal em Julho de 2006.

autonomia, com os jornalistas a tomar posição a favor desse processo, dando corpo a uma velha aspiração das populações da Madeira e dos Açores.

Isto provocou uma promiscuidade entre jornalismo e poder político, num processo em que o exercício da cidadania se sobrepôs ao rigor, à isenção e às próprias normas do código deontológico, que devem marcar a acção e o trabalho dos jornalistas.

Houve quase uma manébia entre os jornalistas e os políticos, quer fossem do partido do poder, quer da oposição. A grande emancipação do jornalistas madeirenses em relação à política dá-se na década de 90, e tem a ver com uma nova geração de jornalistas, muitos já licenciados, sem grandes marcas históricas e referências quanto ao antigo regime, sem marcas sobre o que tinha sido a revolução, vinda das universidades, com a cabeça limpa de ideologias. Surgem também como consequência do próprio processo de regionalização e de modernização dos órgãos de comunicação públicos, sobretudo RTP e RDP, e também com a acção sobretudo do Diário de Notícias, que de alguma forma regionalizou o noticiário, fazendo um noticiário de maior proximidade dos seus leitores, os madeirenses. Há uma terceira razão que tem a ver com a introdução de novas tecnologias, com a televisão por cabo e a Internet, há também uma intervenção dos correspondentes dos jornais nacionais, e com um próprio processo de especialização, ainda não tão avançado como seria desejável, entre jornalistas.

Política e jornalismo: sinto hoje que tinha mais poder enquanto jornalista, maior capacidade de chegar às pessoas do que hoje como deputado e como líder partidário. Isto é uma inversão dos pratos da balança, com os políticos a perder cada vez mais influência, ganha pelos jornalistas. Há várias explicações, tem a ver com a crise do parlamentarismo a nível europeu, com a perda de credibilidade dos políticos, tem a ver com o facto da população ver os jornalistas como primeiros escrutinadores da actividade política. Os políticos perdem influência, ganha pelos jornalistas, embora esta última faceta já tenha sido mais clara.

Esta liberdade de informar e de ser informado enfrenta no entanto para os jornalistas novos desafios. Sendo a democracia um sistema de mediação de poderes e contra-poderes, o espaço natural de gestão destes conflitos passa pela comunicação social. A divisão tradicional em três poderes – executivo, legislativo e judicial – está hoje ultrapassada, e os novos poderes – financeiro, económico e outros - , passam pela comunicação social, que ganhou grande ascendente na nossa sociedade. Daí o poder ganho pela comunicação social, o que justifica que para alguns já não se viva numa democracia, mas numa mediocracia, e que os grandes palcos de discussão política já não são os parlamentos mas sim os jornais. Isto levanta enormes desafios à liberdade de informar, já que há grandes tentativas de limitar e condicionar e de limitar essa liberdade de informar. Também o poder económico precisa de encontrar meios de

impor a sua vontade, pelo que a concentração de meios nas mãos de grandes grupos é preocupante e deve ser travada e regulada. Também é importante continuar a garantir os direitos à imagem e à privacidade, que cada vez mais entram em choque com o direito a informar.

Nunca foi assim tão fácil ter liberdade para informar, mas nunca foi tão difícil informar com objectividade, isenção e responsabilidade.”

– x –

P. De acordo com a sua experiência como jornalista, diria que estamos mais sujeitos a pressões do que um jornalista do continente, e que a liberdade de imprensa na Madeira é necessariamente menos na Madeira do que seria em Lisboa ou no Porto. Isto é verdade? E tem sido verdade?

R. *Sempre senti isso, e sempre achei que este era o principal factor que condicionava a acção dos jornalistas na Madeira. Que era estarmos integrados num meio pequeno, onde a proximidade entre as pessoas, os laços existentes, condiciona a própria actividade.*

O factor de proximidade é claramente um condicionamento da liberdade do exercício da actividade em meios pequenos.

P. Como se concilia isso com o facto do Comércio do Funchal, oposição ao regime de Salazar, ter surgido na Madeira?

R. *Apesar de ser um factor inibidor, a proximidade, não impede que quem assume a função de jornalista, e quem tem um projecto jornalístico, como o Comércio do Funchal antes do 25 de Abril, não impede que a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa sejam assumidas na sua plenitude.*

O caso do Comércio do Funchal é explicável, e tem a ver com o facto de vivermos então numa ditadura e de haver aqueles, a maioria “silenciosa”, pelo menos, que não se manifestavam, e de haver também uma minoria que, correndo riscos, como aconteceu com os jornalistas do Comércio do Funchal, exerciam esta liberdade de informação. Em democracia acho mais perigoso, e o jornalista corre outros riscos com o exercício da sua profissão na Madeira, que tem a ver com facto de vivermos num regime dirigido pelo mesmo partido há 30 anos, e que derramou sobre a própria sociedade o seu poder – piramidal – por uma miríade de instituições que ou dependem directamente do poder político, ou dependem financeiramente dele.

Toda esta situação, que apodrece há 30 anos, reflecte-se no jornalismo, porque apesar de não haver dependência político e financeira dos órgãos de comunicação social madeirenses – excepto o JM -, a verdade é que este poder imenso de um só partido, superior à vontade da

população, já que apesar do PSD só representar 53% dos votos dos madeirenses, o seu poder e influência são muito superiores a isso.

Este poder também se reflecte no próprio meio empresarial, dependente também do poder político na Madeira, e estes dois poderes já jogaram com a publicidade para influenciar, pressionar, alguns órgãos de comunicação social na Madeira. Vejam-se os cortes de publicidade e de assinaturas no DN, e admito até que haja grupos empresarias tenham acedido ao pedido do poder político, enunciado por Alberto João Jardim, no sentido de se absterem de fazer publicidade nos meios de comunicação menos conveniente para o Governo Regional. Neste caso, já não é a liberdade do jornalista que é posta em causa, mas pode influenciar todo o projecto jornalístico, que dependem do mercado. Este é mais um condicionamento que existe na Madeira.

P. Há democracias formais e democracias plenas. Seria legítimo chamar à democracia madeirense uma democracia meramente formal?

R. *Eu chamar-lhe-ia uma democracia com o ritual das eleições, já que a democracia madeirense está limitada ao ritual das eleições de quatro em quatro anos. Porque entendo a democracia como não só a escolha dos governantes de quatro em quatro anos, mas também como o exercício da cidadania, no dia a dia. E é isto que acontece na Madeira. Não acontece da parte dos cidadãos individualmente considerados, e não acontece por parte da sociedade civil, que não existe na Madeira.*

P. A que se deve esta capacidade de sobrevivência do PSD ao longo dos últimos 30 anos?

R. *Tem a ver com dois factores. O PSD foi herdeiro na Madeira da estrutura da Acção Popular. Quando os partidos chegaram ao terreno para catequizar, ou formar, as pessoas, tiveram que construir estruturas de raiz. O PSD, herdando muitos quadros e estruturas da Acção Popular, já estava instalado quando os outros chegaram. E essa influência perdurou até hoje.*

Depois, quer queiramos quer não, Alberto João Jardim conseguiu perceber a idiossincrasias do povo madeirense. Ele personifica os madeirenses. E depois, embora não tenha passado essa matéria, percebeu o que queriam os madeirenses: democracia, mas também autonomia e desenvolvimento.

O terceiro factor tem a ver com o factor financeiro. O GR sempre funcionou do lado da despesa, sempre governou em função do que precisava, do que as populações desejavam, mas também em função do que precisava para ganhar eleições. Nunca se preocupou com a receita, que começou por ter origem na dívida, e depois quando o recurso ao crédito estava quase

esgotado, surge o maná dos fundos europeus, que agora levam um corte de 50%. Todos estes fundos permitiram dar quase tudo a quase todos, mas numa perspectiva muito física, porque faltou toda uma obra social, humana e cultural que continua por fazer.

Mas esta nem foi tentada, porque o Governo Regional continua a confundir cimento com desenvolvimento. E a educação é um exemplo disso: a Madeira terá talvez o melhor parque escolar de Portugal, e talvez da Europa. Mas temos os piores resultados em termos de educação a nível nacional. Faltaram políticas que potenciasssem a infra-estrutura física na Madeira, e potenciasssem a qualificação das pessoas, o que justifica a falta de qualificações, de educação, de instrução, de leitura, o que leva a que ainda hoje as pessoas vão a eleições, para escolher um Presidente da República, por exemplo, e digam que votam no Alberto Joao Jardim. Não será necessariamente o caso da maioria da população, mas em todas as eleições há uma franja significativa da população que o faz.

P. Há uma influência real do Governo Regional no dia a dia das redacções?

R. *Admito que conheço hoje pior as redacções do que já conheci. Mas creio mesmo assim que a situação é hoje melhor do que já foi, houve uma certa emancipação dos jornalistas madeirenses. Numa fase a causa autonómica foi assumida pelos jornalistas, e sobrepôs-se ao jornalismo. A partir de então, houve uma certa emancipação, arrastado muito pelo projecto jornalístico do Diário de Notícias, e que influenciou os restantes órgãos regionais, à excepção do Jornal da Madeira, que continua a ser o órgão oficioso do Governo Regional, até porque depende financeiramente dele.*

Hoje a liberdade jornalística é maior do que a que existia em 2000, por sua vez maior que em 1995, e assim sucessivamente. Há uma evolução positiva neste aspecto. Ainda há influência, e pressões, quer do Governo Regional, quer dos partidos da oposição, mas cabe aos jornalistas resistir a estas pressões. Mas julgo que a influência do Governo Regional nas redacções.

Um elemento importante neste aspecto foi o aparecimento da TV Cabo, e que contribuiu para que a liberdade de expressão e de imprensa, e a informação que circula na Madeira, seja muito maior. Já houve alturas em que para ler uma notícia mais atrevida – já nem digo bombástica – era preciso comprar um jornal do continente...

Vicente Jorge Silva¹²⁵

Em relação ao passado só posso falar em relação aos anos 60, com base na minha experiência. Os anos 60 dão um termo de comparação interessante em relação ao que se passa hoje. Ao contrário de José Manuel Rodrigues, tenho uma visão muito mais pessimista da situação actual: não porque achasse que a imprensa nos anos 60 fosse um oásis de liberdade, ou porque aqui foi possível fazer o Comércio do Funchal. Não gostaria de falar do Comércio do Funchal, porque sou parte interessada.

A ideia que tenho dos anos sessenta é que os dois jornais diários tinham papeis que entretanto se inverteram. O Jornal da Madeira, apesar de ser um jornal marcado - era o jornal da diocese, e obedecia a regras apertadas por causa disso - foi um jornal que foi um exemplo de arejamento e modernização da imprensa. Antes de começarmos com o Comércio do Funchal, houve um fenómeno interessante que foi o aparecimento de uma série de páginas dedicadas à cultura.

Nessa altura havia vários semanários – Diário da Madeira, o Eco do Funchal, o Comércio do Funchal, o Re-Nhau-Nhau, a Voz da Madeira (o jornal oficioso). Hoje há o Jornal da Madeira, o jornal do regime, e a ilustração perfeita da promiscuidade do poder político e do poder religioso, e a plataforma de lançamento político de Alberto João Jardim. O Jornal da Madeira tinha nessa altura um papel muito mais arejado.

O Diário de Notícias tem na altura um tom acaciano irresistível, que se nota a vários níveis. Helena Marques e Rui Camacho, por exemplo, chegaram a publicar textos no Comércio do Funchal que o Diário não publicava. Os editoriais de Alberto Araújo eram muito bem escritos, mas num tom de Conselheiro Acácio.

O Diário da Madeira, por exemplo, era considerado muito crítico das autoridades regionais, tinha uma coluna chamada Giz na Parede absolutamente crítica, mas que quando chegava um ministro ou secretário de Estado, fazia enormes engraxadelas a todas as autoridades nacionais, o que acabava por defendê-los.

O Comércio do Funchal acabou por denunciar a situação, de forma cautelosa, para passar pela censura, mas a verdade é que os censores eram, à época, pessoas com quem se podia falar. E é por isso que digo que se houvesse censura hoje, nomeada pelo poder regional vigente, já não seria possível falar com ela. Não seria possível, se ele [Alberto João Jardim]

¹²⁵ Vicente Jorge Silva foi jornalista na Madeira pré-25 de Abril. Foi chefe de redacção do Comércio do Funchal. Foi um dos fundadores do Público, e hoje é deputado na Assembleia da República, eleito nas listas do PS. texto resulta de uma conferência proferida por Vicente Jorge no âmbito da comemoração do 25º aniversário da delegação da Madeira do Sindicato de Jornalistas, em Junho de 2006.

tivesse o poder, porque apesar de tudo ainda vivemos num quadro democrático, mas se pudesse, certamente que o faria, como aliás já disse várias vezes, com ameaças, por exemplo, de uma nacionalização/regionalização do Diário de Notícias.

Verifico assim uma inversão dos papéis do Jornal da Madeira e do Diário de Notícias, o que não quer dizer que o papel do Diário seja claro. Verifico uma ambiguidade permanente, não se percebe bem o que ele é, e o Diário de Notícias deixou de publicar editoriais. As páginas de opinião são distribuídas. Mesmo quando leva pancada do Presidente do Governo, parece quase arrancado a ferros um editorial em que se diga que não se pode tratar a imprensa assim.

Há uma ambiguidade permanente, os madeirenses parecem querer estar bem com Deus e o Diabo, por um lado são extremamente críticos, mas por outro lado compadecem com um poder instalado há trinta anos, o que denota um défice de autonomia. Certamente um défice de democracia, e como não há autonomia sem democracia...

O Jornal da Madeira é pago pelo erário público, outro processo de sovietação. O Diário de Notícias faz o papel mais próximo do que seria desejável. Aqui há pluralidade, mas com cautelas, uns cuidados... esta surge de uma forma burocrática, porque parece que todas as pessoas ligadas a partidos políticos têm espaço para escrever. Vi textos de arrepiar os cabelos, o que é uma forma enganadora de pluralismo. Um fenómeno engraçado no Diário é o da página 3: um fórum cívico único na Madeira, com um papel importantíssimo, e que foi remetido para o meio do jornal. Surgem em vez disso um grande número de páginas de política, com muitos assuntos que nada têm a ver com política, porque tudo aqui foi politizado. Na Madeira tudo é política, e o regime conseguiu que tudo o que se fizesse fosse política, uma política absolutamente extravagante, obsessiva e quase paranóica da vida social, e em contrapartida há uma diminuição cada vez maior das páginas culturais. E agora, apesar de haver uma universidade, um conservatório, em que devia haver mais massa crítica, mas isto não se traduz no conteúdo dos jornais.

No campo da imprensa semanal, há o Tribuna da Madeira, que me faz uma certa confusão, semelhante ao Diário: dá-se uma no cravo, outra na ferradura, com capas dedicadas ao Jaime Ramos, Sr. Cifrão, e noutro caso surge uma dedicada a Alberto João Jardim, caracterizado como estando “são como um pêro”. Há um lado de caricatura política que é completamente obsessivo, e de um provincianismo atroz.

Nos anos 60 havia pelo menos as Notas Mundanas, no Diário...

Há aqui hoje outro fenómeno, o Garajau. O Garajau é muito claro, não engana ninguém, tem um papel de combate.

Era bom que existisse na Madeira a possibilidade de fazer um jornalismo mais distanciado, mais sereno, em que as regras da profissão pudessem ser cumpridas, em que a busca da objectividade se pudesse fazer. Mas vivemos numa terra em que as paixões políticas são tão exacerbadas, e onde o clima é tão abafante, que primeiro teremos que furar a estufa para depois respirarmos um pouco de ar puro.

Porque há esta cristalização político - partidária e porque há dificuldade em fazer jornalismo a sério, porque o ambiente não é nada propício a isso.

E é isso que me faz ter uma visão pessimista, embora as novas gerações tenham muito que merece ser apoiado. Acho que as coisas, tal como se apresentam hoje, com os títulos que desapareceram, há hoje menos diversidade, estamos reduzidos a um único jornal diário com alguma influência, estamos reduzidos a um semanário (o Tribuna) e a um quinzenário, o Garajau.

Maximiano Martins¹²⁶

P. Como caracteriza a comunicação social na Madeira?

R. Acho que na Madeira há uma certa liberdade de imprensa, no sentido que o aceso das pessoas com opinião – não necessariamente partidária – podem veicular esta opinião, em geral, embora seja muito condicionada por duas ou três coisas.

O exercício da liberdade de opinião, nomeadamente no âmbito da escrita de textos de opinião, serve também para promover o “accountability”, a prestação de contas dos eleitos perante os eleitores, e sem o qual estaria muito mais longe das pessoas.

O condicionamento desta liberdade de expressão decorre em grande medida da própria qualidade dos jornalistas. Não devem entender isto como um ataque, ou uma crítica, mas a verdade é que quando as pessoas têm uma forte qualidade, quer intrínseca de conhecimentos, quer como forma de ser, tende a impor um código de conduta, com normas éticas e deontológicas. Quando uma pessoa é medíocre, tende a oscilar, e torna-se muito frágil. Há um problema de qualidade, sobre o qual não há muito a fazer.

Há também um problema de meios, que é frequentemente invocado pelos órgãos de comunicação, nomeadamente pela televisão, como argumento para não fazer determinado tipo de programas e intervenções.

¹²⁶ Maximiano Martins. Deputado do PS à Assembleia da República, foi responsável pela gestão nacional de incentivos ao desenvolvimento e à competitividade. A entrevista teve lugar em Agosto de 2006.

A terceira questão tem a ver com condicionamento políticos, o que não deve ser visto com surpresa, já que uma região que é governada em maioria absoluta ao longo de trinta anos desenvolve um conjunto de tiques, vendo uma opinião adversária como inimiga, e uma opinião contrária, mesmo que oriunda do seu próprio campo, como uma traição. A tolerância em relação ao que é diferente em regimes quase de partido único é muito reduzida, mas também não é surpresa nenhuma.

O panorama que traço é negativo, e decorre destes três tipos de situações, sendo que os meios de comunicação social têm situações diversas, havendo alguns que são intoleravelmente controlados – e podem até ter bons profissionais...

P. Será o caso do...

R. É o caso do Jornal da Madeira, são pagos pelo Governo, ... mas trata-se da velha regra e não há muito a fazer. Este é o panorama geral.

P. Temos assim uma imprensa que necessitaria de implementar mais qualidade, e que precisa de ganhar espaço de manobra face ao poder vigente. Há algo que os meios de comunicação possam fazer, para além de procurar a qualidade, para se oporem a um poder político omnipresente, e que está muito à vontade para exercer pressão?

R. Já nem digo para se opor, mas apenas para exercer a sua função com isenção. A imprensa tende a impor-se, em regimes de poder prolongado, tende a afirmar-se como contra-poder, e neste caso não é o caso, mas para que estes dois pontos, importante seja sobretudo o reforço da qualidade, bem como talvez a criação de códigos de conduta e de deontologia profissionais, muito valorizados, ou seja que as pessoas sejam formadas com aqueles valores, e que lhes seja dado m acompanhamento constante através de um provedor do leitor, por exemplo.

Não basta dizer, é preciso aplicar e insistir sistematicamente. E daria resultados muito interessantes.

Não podemos dizer ao Governo, a este Governo, que não exerça pressão, há-de exercê-la sempre, mas desde que haja qualidade e siga princípios não é vulnerável a pressões.

P. Acha legítimo que o Governo Regional seja dono do Jornal da Madeira?

R. Não acho, não sei avaliar a questão do ponto de vista jurídico, e já tive vontade de suscitar a questão do ponto de vista jurídico constitucionais, e uma boa reflexão nesta área poder-nos-ia levar a resultados interessantes.

Principalmente porque o argumento do Governo Regional não colhe, já que nenhum dos outros jornais – excepto talvez o Garajau – afronta o Governo constituído. Uns são mais próximos,

outros jogam um jogo de corda bamba, mas nenhum dos jornais tem verdadeiramente uma postura de afrontar o Governo Regional, incluindo o Diário de Notícias, que é o mais conhecido e com maior expansão.

Em momentos chave o Diário de Notícias recua em matérias que poderiam ser muito complicadas para o Governo Regional.

P. Seria assim necessário apostar mais no jornalismo de investigação e encontrar formas de garantir que o Governo Regional não pressionasse, pelos menos, a administração destes órgãos de comunicação...

R. Eu não me preocuparia muito com este Governo Regional. Acho que com este Governo Regional não há muito a fazer. A imprensa deve começar por dentro. A qualidade e os valores serão suficientes para fazer frente a qualquer forma de pressão. Porque a pressão exerce-se, e exercer-se-á sempre, porque isto é um governo populista, não é um governo social-democrata. Se fosse um governo social-democrata eu teria a confiança que alguns valores valessem qualquer coisa. Preocupava-me mais com os jornais. O Governo Regional tem a Assembleia e os outros órgãos de regulação perante os quais reponde, eles que tratem dessas coisas, e a imprensa que trate de si própria.

Virgílio Pereira¹²⁷

P. Como explica que haja um relacionamento tão difícil entre a imprensa e o Governo Regional?

R. Eh, eh

P. Ou se este relacionamento difícil é mais ficção que outra coisa...

R. Tenho a impressão que há relacionamento difícil entre o Governo Regional e a maior parte da imprensa regional, por parte da comunicação social. Mas há também uma parte que lhe é afecta, um caso que é inédito, julgo eu, no mundo ocidental, onde não existe outro caso em que o Governo seja proprietário de um jornal deste tipo, pelo menos. Penso que esta crispação permanente é o resultado de uma estratégia elaborada no sentido de chamar a atenção da população para os temas que o Governo entende querer tratar publicamente. Julgo que há uma intenção deliberada nesse sentido. É evidente que há um jornal regional que não embarca neste sentido, nestas pretensões, e há uma imprensa regional semanal que se libertou um pouco

¹²⁷ Virgílio Pereira foi deputado europeu e presidente da Câmara Municipal do Funchal, em ambos os casos eleito pelo PSD. Esta entrevista, telefónica, foi realizada em Agosto de 2006.

dessas teias. Julgo que uma das maneiras de voltar os olhos para a temática que se quer, e não dar espaço para pensar melhor noutras temáticas internas é ir apurando o programa de comunicação pública. E se a comunicação social embarcou nesta jogada dá certamente a impressão que a sua liberdade está um pouco tolhida...

P. Esta crispação será, assim, uma tentativa de criação de agenda...

R. *Criação de agenda, sim. Estou convencido que sim. É uma maneira de chamar a atenção para o que se quer, criando fogos nos pontos onde se pode – e deve - criar.*

P. E escondendo o que não interessa...

R. *E escondendo o que não interessa, e ir mentalizando as pessoas no sentido do que nos interessa. Do que interessa ao Governo. Tenho a ideia que os jornalistas da Região são pessoas normais, iguais aos jornalistas regionais de todo o país, e alguns que se esforçam mais equiparar-se-ão aos jornalistas da imprensa nacional. A imprensa regional, excepto este caso inédito, faço a justiça de dizer que reage a esta estratégia que acabei de delinear, e não se pode dizer, de maneira nenhuma que todos embarquem em estratégias preconcebidas. O seu a seu dono. Julgo que não diferem, em termos de eficácia dos seus congéneres a nível nacional.*

P. No âmbito deste trabalho foi distribuído um questionário aos jornalistas que exercem a sua actividade na Madeira. Os jornalistas queixam-se de falta de liberdade de imprensa. Por outro lado, e comparando o posicionamento da Madeira neste questionário com resultados do inquérito a nível global, verificamos que Portugal se coloca em 14º ou 15º lugar e que a Madeira vai surgir depois da centésima posição, a par de países como a Bósnia-Hezegovina e Moçambique.

R. *Deixe-me que lhe diga que me parece que isso é resultado de pressões diversas, de ordem política e de ordem económica. Parece-me evidente que numa região estas pressões de vária ordem estarão muito mais presentes do que a nível nacional, e estar a comparar uma região com um país...*

P. Mas o melhor colocado dos países tem uma população semelhante à da Madeira...

R. *Mas pensa aplicar este estudo a todas as regiões portuguesas? Estou a pôr a pergunta já à laia de respostas. Porque podíamos talvez avaliar melhor o impacto da imprensa regional face a outras imprensas regionais. Penso que na Madeira temos alguns órgãos de comunicação capazes, e que apesar de todas as pressões, que se exercem aqui como em todos os pontos do mundo, eles libertam-se a si próprios de tentações... de submissão, correspondendo assim ao perfil normal de jornalistas consciente.*

Julgo que todos os dias quem lê a imprensa regional se torna impossível deixar de registar as mais diversas opiniões sobre uma determinada ideia ou um determinado tema. Agora, que estas pressões, políticas ou económicas, se exercem com mais intensidade na Madeira, pela natureza do regime, pela perfil dos seus governantes, pela índole do povo madeirense, também concordo.

P. Os jornalistas queixam-se ainda de corrupção generalizada no Governo Regional, bem como de incapacidade por parte dos deputados eleitos aplicarem os programas por que foram eleitos, e concretamente que não exercem uma acção fiscalizadora. Em termos de transparência, isto é muito negativo para a região. Será que isso é tão claro, que se pode dizer que não há transparência, e que a corrupção grassa?

R. Eu não quero fazer esse juízo de valores sobre ninguém. Mas há realmente uma mentalidade de círculo fechado na Região. O partido do poder é esmagadoramente maioritário, e na prática podemos verificar o apoio que tem. Mas penso também que é resultado de anos e anos de abandono e de ostracismo a que esta região foi votada. E que depois a partir da instalação do PSD no poder na Madeira estas coisas se começaram a resolver, mesmo havendo todas as queixas que me está a dizer. Isso provocou no espírito das pessoas, uma maneira de ver, de classificar, as reacções dos políticos, da sua competência, da sua postura, e levou a uma aproximação do ponto de vista oficial com o eleitorado, maioritariamente falando.

Julgo que depois deste período de grande empreendedorismo, virão outros períodos, de assentar vida, em termos de futuro, de criar situações de sustentabilidade da economia, do ambiente, e que esta postura de apoio quase incondicional, que o eleitorado dá ao partido, vai acabar por mudar. Mas repare que só cerca de 60% dos inscritos é que votam, e que só esses 60% é que votam maioritariamente no poder, e que são assim menos de 50% dos madeirenses que apoiam as políticas seguidas. Tem havido muita abstenção, mais aqui que a nível nacional, não sei porquê.

Mas a vinda para a Madeira da comunicação social em geral, como vieram a RDP, e a RTP, e quando vierem a SIC e a TVI, isso ainda vai gerar uma autonomia ainda maior no pensamento geral do eleitorado, e que pode ser um pouco dissonante deste apoio quase generalizado que se tem dado até agora.

P. Em termos gerais, e voltando um pouco atrás, não está preocupado, e que é absolutamente normal o que tem vindo a acontecer na Região em termos de liberdade de imprensa e de opinião?

R. Tenho a impressão, que é normal que isso aconteça em muitas partes do mundo. De uma forma geral isso acontece em toda o mundo, só que as pessoas reagem de forma diferente. E

este conformismo, este apoio sistemático, quase incondicional, pode modificar-se no dia em que o exercício das liberdades e dos deveres cívicos de cada um de nós seja o máximo possível, e que isso depende também muito da nossa postura como cidadãos. Não podemos continuar a dizer, como na instrução primária, que não fizemos isto ou aquilo porque o menino do lado não deixou. Temos de pensar pela nossa cabeça, temos todos coluna vertebral, e temos de levar até ao máximo que possa, lutando, se necessário, pelo nosso direito de liberdade de expressão, sem procurar... álibis.

Este estado de coisas decorre tanto do posicionamento do poder como do estado de espírito dos visados, os jornalistas, e do público em geral, que tem de assumir muito mais em plenitude o exercício da cidadania. Esta é a minha opinião, e julgo que é aqui que há eventualmente um défice, mas que existe aqui como existe noutros locais. Também não vale a pena andarmos a nos autoflagelarmos por causa disso.

Agora existe uma falta de espírito, não se assume até às últimas consequências, a luta pelos nossos interesses, pelas nossas convicções, pelo nosso ideário, sinto isso, sinto isso. Esta transparência, ou falta dela, é resultado também desta boa relação que existe entre eleitores e eleitos...

P. ... é uma relação boa demais...

R. Sim, boa demais. Porque se os eleitores se confirmam com uma determinada participação dos eleitos na transmissão de informação que lhes interessa, então não podemos exigir mais nada. Se os eleitores exigirem mais dos eleitos, estes vão reagir, e vão facultar mais informação, e a transparência vai aumentar. Se não há da parte dos interessados uma pressão forte, ou tão forte como a que segue em sentido contrário, então está o caldo entornado.

Luis Filipe Malheiro¹²⁸

P. O que cria esta relação de conflito latente entre Governo Regional e os Órgãos de Comunicação Social, ou alguns Órgãos de Comunicação Social?

R. Esta é uma interpretação pessoal. Há duas questões que convém ter em conta. Saber se o poder é poder sem piscar o olho à Comunicação Social, e saber também o que é este “piscar” de olho. Se é aliciá-la, apaparicá-la, mantendo-a adormecida, ou se é entrar em confronto directo e permanente com ela.

¹²⁸ Luis Filipe Malheiro é secretário-geral adjunto do PSD/Madeira. A entrevista foi realizada pessoalmente, em Agosto de 2006.

Há exemplos que mostram que a Comunicação Social é capaz de derrubar os governos mais poderosos - veja-se Watergate. Não é por acaso que a Comunicação Social é considerada o quarto poder. E aqui é preciso saber também se é o 4º poder pela influência junto a opinião pública, e aqui compreende-se porque psca o poder o olho à comunicação social, porque é muito difícil a um poder funcionar perante uma comunicação social organizadamente hostil, ou sendo um reflexo diário da insatisfação da opinião pública, ou se a comunicação social não é o 4º poder, e é apenas catalogada assim para que surjam comportamentos que resultam em confrontos para além do que seria desejável. Não cheguei ainda a nenhuma conclusão nesta matéria, principalmente em termos de saber em que medida pode o poder ser poder sem a comunicação social.

Há uma outra questão relacionada com audiências e tiragens, e que é até que ponto é possível a um programa ou um jornal alcançar grandes audiências ou tiragens sem que seja polémico. E em que medida pode sê-lo sem ser antipoder. Tem de ser um programa de informação contra o poder.

E há assim um relacionamento entre o poder e a comunicação que não está claramente balizado em relação aquilo que são as intenções das duas partes e que pode ser a base desta conflituosidade latente que é evidente em Portugal e que pode estar mais habilmente dissimulada noutros países.

Há também que distinguir os vários tipos de poder. Temos estado a falar de poder político, mas também há o poder económico e o poder financeiro, que precisam de ser muitas vezes contraponto ao poder político, quer directamente, quer incentivando outros a fazê-lo, no sentido de sobrevalorizar a sua importância.

E é por isso que os empresários têm tanta apetência pela comunicação social, o que parece um absurdo aos menos atentos, mas que faz sentido: um empresário com meios de comunicação social ao seu dispor tem outra capacidade de projecção, circulação, e sugestionamento junto ao poder, é um empresário que pode fazer lobby com o poder, e que tem uma capacidade de intervenção que os outros não têm. Os órgãos de comunicação social são nesta função mais instrumentos de pressão que veículos de informação.

Relativamente à Madeira, a relação conflituosa pode parecer para muitos paradoxo, mas não é um relacionamento permanentemente conflituoso: é-o apenas ciclicamente, e que tem muito a ver com o conteúdo que os meios de informação envolvidos nesta polémica publicam. Alberto João Jardim é nisto muito pragmático, e vê a comunicação social como um quarto poder, ao mesmo nível que os outros. Se os protagonistas da comunicação social não enjeitam esta estatuto, então a comunicação social muitas vezes arrastados para este conflito. O facto da

Madeira ser um meio pequeno facilita este bom ou mau relacionamento, os meios de comunicação social têm uma circulação demasiado pequena, são meios que vivem sobretudo do primado economicista, as receitas são fundamentais e as despesas são olhadas de modo cauteloso, o que leva a que se procurem sempre as caixas, a notícia em primeira mão, o que resulta por vezes em notícias pouco fundamentadas, que acabam por implicar alguma manipulação e algum conteúdo não comprovado. São as tiragens, as caixas, os lucros, que mandam.

Eu creio que não há, verdadeiramente, m conflito. O presidente do Governo Regional, um ex-jornalista, criou um tipo de relacionamento que não era muito complacente com alguns artigos, notícias e reportagens, que alegadamente prejudicavam a sua imagem e a do seu partido e a do governo que dirigia.

Alberto João Jardim acaba por ir para o confronto, utilizando as regras que diz serem utilizadas contra ele. O relacionamento pessoal do presidente do Governo Regional com a maior parte dos jornalistas é calmo e correcto, em termos gerais, porque há alguns jornalistas que ele afronta pessoalmente, de que a opinião pública não gosta, sendo o conflito permanente reservado para o relacionamento institucional. E é por isso que ele fala no “jornal dos ingleses”, e distingue claramente a RTP/Madeira da RTP nacional. Mas as confusões acabam por acontecer, até em algumas intervenções de Alberto João Jardim.

O Jornal da Madeira está muito conotado com o poder, mas há também que lembrar que o Jornal da Madeira sempre foi o jornal da igreja, e que o próprio Alberto João Jardim foi director do Jornal da Madeira durante bastante tempo, o que levou á criação de uma ligação sentimental. Já nessa altura o Jornal da Madeira vivia, pelo menos alguns dias por ano, da esmola dos fiéis na Igreja. Sempre foi um jornal que imponha a si próprio alguns limites, devido à orientação da igreja.

P. Mas no fim dos anos sessenta, início dos anos setenta, o Jornal era até conhecido por ter uma posição mais inconformada que a do Diário...

R. Sim, mas sempre com limites. A intervenção do bispo que controlava o Jornal tinha sempre um papel preponderante. No tempo do D. Francisco Santana teve uma intervenção muito mais pública, assumindo um papel num sistema bipolarizado. Falava-se no Partido Comunista de um lado e dos outros do outro. Falava-se de um jornal de esquerda e de direita. Na prática não era bem assim, nem as pessoas os viam assim, mas acabaram por ser visto como os jornais da esquerda (Diário de Notícias) e da direita (Jornal da Madeira).

Creio que esta ligação de Alberto João Jardim ao Jornal da Madeira vem daí. É uma ligação mais sentimental que um controlo real. Sim, é o jornal que ele dirigiu, é o jornal em que ele emite opinião, é o jornal que o governo apoia, mesmo financeiramente, mas é um jornal que precisará, a seu tempo, de encontrar novos modelos de difusão e de sustentabilidade. Mas sobretudo de difusão.

Cria-se um pouco a situação semelhante à dos órgãos do Estado. Não havia uma postura de concorrência. Não havia dinâmica porque no fim do mês o dinheiro estava lá. Esta filosofia acaba por também estar no Jornal. Quando se fala de uma certa governamentalização, de uma conotação excessiva da JM com o Governo, acaba por ser uma consequência desta situação. Um maior dinamismo do Jornal e dos seus profissionais, retiraria esta carga, e dar-lhe-ia outro posicionamento, que não tem neste momento. O Governo apoia o Jornal da Madeira porque foi este o acordo que firmou com a Diocese, mas também para garantir o contraditório, para evitar que a imprensa diária ficasse toda nas mãos de um único órgão.

P. Essa necessidade de garantir o contraditório, ainda hoje faz sentido?

R. *Creio que não, não se pode centralizar tudo num órgão de informação. Porque aí se corre o risco de haver uma ditadura democratizada ao nível da informação, em que um jornal único gere o contraditório, mas que o manipula, e baliza, porque é ele a gerar os dois argumentos. Este contraditório só existe se for feito por outro Jornal. Mas fica por saber se o Jornal da Madeira, com as limitações que tem, e a imagem que tem, tem condições de assegurar esta função.*

P. Será que o Diário é tão oposição como isso?

R. *O Diário de Notícias é um jornal com tantos defeitos e virtudes como todos os outros. Como todos os outros vive da publicidade. E vive muito de publicidade institucional. E se o presidente do Governo apela a um boicote publicitário que acaba por não se concretizar. E teria problemas em sustentar o actual quadro de pessoal, como há aliás vários órgãos na Madeira que se encontram numa fase de repensar todo o projecto que os rege. E de estabelecerem timings para tomar grandes decisões, que podem passar por redução de quadros, ou de salários, o que vai levar a um repensar de todo o jornalismo que é produzido, e a uma profunda instabilidade.*

E se isto facilitaria a estratégia empresarial de alguns grupos, caso do Diário de Notícias, que veria a concorrência a ser destruída, questiona também toda a estrutura do mercado na Região. Afinal, quantos jornais e rádios pode suportar a Madeira? Penso que as rádios locais estão todas de corda ao pescoço, falidas ou para lá caminham. É tempo de repensar a

comunicação social na Região, porque me parece que estamos a caminhar numa corda bamba, e num aventureirismo que me parece levar a que alguns órgãos sejam levados, a curto ou médio prazo, a suspenderem ou terminarem a sua actividade.

Voltando à conflitualidade, julgo que esta se confunde muitas vezes (21'30) com liberdade, ou seja, uma coisa e conflitualidade que o presidente do Governo Regional tem para com os jornalistas, outras é a liberdade que cada jornalista tem ou deve ter. A liberdade depende, antes de mais, do próprio jornalista, da empresa para que trabalha, e finalmente de pressões que se exercem de fora para dentro. Se há conflitualidade, e se AJJ está frequentemente envolvido em conflitos com os jornais e os jornalistas, a verdade é que os jornais e os jornalistas dão razões para que exista esta conflitualidade, o que significa que a censura, ou a autocensura, não é tão real como seria de esperar. Basta aliás ler alguns jornais, ou ver alguns programas para entender que a crítica existe, e que é reafirmada.

Não sou um fundamentalista, recuso-me a aceitar a imagem da Madeira que corre no continente, em que não há liberdade de imprensa, há o presidente do Governo, o Alberto João, o tipo é um durão, e que os jornalistas estão todos de cócoras, que têm medo dele... Esta é uma imagem perfeitamente irreal, mas que tem subjacente propósitos claramente políticos...

P. ... mas há uma diferença entre trabalhar no continente ou nos Açores, e trabalhar na Madeira...

R. Sim, sim. Bem, nos Açores, acaba por ser, embora não exista esta pressão, mas as pessoas também não são – nem têm de ser – iguais. O Dr. Carlos César não tem de ser igual ao Dr. Alberto João...

P. ... nos Açores têm havido rotatividade...

R. Alguma rotatividade, mas também há mais ilhas, e os jornais acabam por estar ligados às ilhas. Eu não sei por exemplo, se o Porto Santo tivesse a possibilidade de ter um jornal diário, se este jornal não seria mais portossantense que madeirense. Sobretudo se houvesse condições, como têm alguns jornais açorianos têm, de fazer face às suas despesas, e também há jornais ligados a empresários da área do PSD, como há jornais ligados a empresários da área do PS. Mas aqui dissocia-se uma coisa da outra, o que nem sempre é possível.

Tem muito a ver com a personalidade de Alberto João Jardim, com o seu discurso, com a forma como parte para o como parte para o confronto com os seus adversários, de forma agressiva, tentando estar sempre em cima, não excluindo nesta perspectiva e nesta orientação, os jornalistas que mais se confrontam e que criticam o poder regional. Ele tem sabido, salvo uma ou outra excepção, separar as críticas e a conflitualidade, esta noção que ele alimenta, no

relacionamento com a comunicação social, ele tem sabido separar do relacionamento pessoal com os jornalistas em si, o que também pode gerar problemas complicados, ou seja, como é que é possível que o presidente do Governo que critica o jornalista A pelo que este escreve, mas dias depois está a conviver com este jornalista, como se nada se tivesse passado, e tentando responsabilizar por aquele escrito a empresa para que o jornalista trabalha. Isto porque a empresa muitas vezes não tem nada a ver com o que o jornalista escreve: o jornalista trabalha, e a empresa garante-lhe ou não a liberdade para o exercício da sua profissão, mas o presidente do Governo separa claramente o relacionamento pessoal, mas o presidente do Governo chegou ao ponto de se um dia não criticar os jornalistas, e muito especialmente aqueles que ele designa como “inimigos de estimação”, não é dia para ele. Ele tem de criticar, mas também não se verifica um amedrontamento dos jornalistas, não há reclamações...

P. Não há reclamações, mas há queixas...

R. Sim, há queixas, mas que queixas é que surgem? Muitas vezes...

P. O questionário foi feito com base em dois estudos, um americano e um francês, e foi desenhado de tal maneira que os resultados continuam a ser comparáveis com os dos estudos originais, que abrangem cerca de 200 países. Portugal surge em 14º, 15º lugar, e se se incluir a Madeira ela vai aparecer ao nível de uma Bósnia-Herzegovina, ou Moçambique. Claramente na parte não-livre do estudo.

R. Isto leva-nos para o aspecto que falei inicialmente. Não se pode comparar a realidade de uma região com a de um país.

P. Pois, mas um dos melhor colocados, a Islândia, é um país, mas com uma população semelhante á da Madeira...

R. Aí, talvez o funcionamento das regras seja outro, Aqui na região, se se comparar com a Espanha, ou a Itália. Nalgumas regiões italianas, por exemplo, os directores dos órgãos de informação são nomeados de acordo com a cor do partido do poder.

P. Mas é mesmo isso que se pretende na Madeira, com a nomeação pelo Governo Regional dos directores da RTP/Madeira e RDP/Madeira...

R. Penso que o Governo Regional já desistiu um pouco disso. Fui director da Lusa vários anos e nunca proibi um jornalista de escrever fosse o que fosse. Penso também que nenhum jornalista da RTP ou da RDP aceitaria que um director lhe dissesse que uma determinada notícia não saia. Acho que deixa de lado tudo o que é comunicação social e informação, e passa à natureza humana e ao que são os jornalistas, e geraria necessariamente conflitos internos, de que teríamos conhecimento cá fora.

P. Trata-se então de uma guerra inútil...

R. *Creio que sim que é uma guerra inútil. Porque se vamos para uma guerra hoje, e ao fim de trinta anos, se faz a mesma guerra e se continua a disparar na mesma direcção, ou é porque as partes permanecem em guerra porque lhes interessa...*

P. O que é uma perspectiva interessante. O Diário...

R. *Exactamente, dá uma perspectiva de oposição, e depois a realidade é outra. Ou os beligerantes estão interessados em manter esta guerra, ou a parte que iniciou a guerra não está interessada em ganhá-la, ou não tem recursos para o fazer. Alberto João Jardim diz hoje o que dizia há 25 anos. Existia uma situação que continua a existir. Mas em 25 anos não foi o tal monstro que se poderia pensar, porque teria acabado com essas coisas, e teria domado, ou domesticado, todos os órgãos de comunicação.*

Penso aliás que a única situação que pode induzir em erro, e iludir pessoas, é a situação do Jornal da Madeira. Do envolvimento, mas resulta de um protocolo assinado entre a região e a Diocese, e não me parece que seja por isso que a credibilidade do jornal é posta em causa. Pode é haver os limites impostos pela orientação cristã, porque continua a ser o jornal da Diocese, que tem sempre limites.

Tenho muitas dúvidas que a situação se vá alterar, embora admita que o relacionamento entre poder e comunicação social tem muito a ver com a personalidade de Alberto João Jardim, e que se se tratasse de outra pessoa, seria semelhante. Podia mesmo piorar. Terá sempre a ver com quem está à frente do Governo Regional, e com a atitude dos profissionais de informação face a esse poder. Dependerá muito de quem suceder a Alberto João Jardim. Não acredito em nenhum poder que não pisque o olho à comunicação social, quer pressionando, quer apaziguando.

Relativamente à imprensa semanal aqui na Madeira. Há a Tribuna, que sobrevive porque é um jornal de uma gráfica. Os assinantes e leitores pagam o jornal, mas não é isso que lhe dá meios para subsistir. Também não sei em que medida é que a publicidade que vende é suficiente para cobrir os custos... A verdade é que o jornal tem saído de forma estável, está a posicionar-se, também tem sido criticado pelo poder por algumas reportagens publicadas, tem muitas questões a melhorar, na redacção, na escrita de alguns dos seus jornalistas, e que tem sabido ocupar o seu espaço.

Um espaço que transposto para a imprensa diária, está ocupado por dois diários, que não pode crescer mais. É um espaço que é dividido 50% para um lado, 20% para outro, e um grupo de 25% ou 30% que são leitores flutuantes que estão a apoiar o Diário.

Lembro-me que Alberto João tinha junto à sua secretária, no seu gabinete no Jornal, um quadro que mostrava as tiragens dos dois diários, e o Jornal estava nessa altura muito lá em cima, com as posições invertidas. Nós éramos uma sociedade conservadora – ainda somos, mas não tanto -, falava-se muito no perigo vermelho, os comunistas e os socialistas que comem crianças ao pequeno almoço, e a Igreja reagiu, e o Jornal crescia.

P. O discurso do Governo Regional ainda é muito esse...

R. Sim, mas realidade é completamente diferente. Hoje ninguém acredita nisso... Não acredito que isso tenha qualquer influência. Creio que quando as pessoas compram o Diário, compram-no para saber de quem se diz mal. Não tanto do dizer mal por dizer mal, mas para saber se os jornais dizem mal do mesmo que elas. Se ninguém diz mal do que eu digo, é uma frustração terrível. Se um jornal diz mal do mesmo que eu, identifico-me com esse jornal. E se um jornalista diz mal do mesmo que eu, por várias vezes, então identifico-me com esse jornalista.

E é também por isso que acho curiosa a orientação do Garajau, para além do aspecto humorístico. O tipo de jornalismo que pratica não é levado a sério e morre. Isto de quinzenários, e mensários... não é para levar a sério, porque os assuntos que levantam morrem, entre as edições. Não têm seguimento, E quando têm já ninguém, se lembra.

Mas acho bem que haja um jornal assim, mas acaba por desmistificar a própria teoria que o Alberto João controla tudo. Porque o próprio jornal, ao sair, não interessa se é um aventureirismo de dois ou três pessoas, e o poder devia compreender isso, é útil ao poder, porque permite diluir as críticas que se pretendem generalizar. Faz o contrapoder.

P. Mas em relação ao Jornal, é o próprio presidente do Governo regional a manter a noção de ligação entre o poder e o jornal. Disse um dia, que o Jornal servia para publicar o discurso na íntegra...

R. Pois. Hoje o Jornal da Madeira traz o discurso do dia da cidade. Resta saber se alguém lê. Pode guardar. Mas o leitor corrente não lê. O impacto dos grandes textos, dos grandes discursos, é cada vez menor, e o discurso tratado por um jornalista acaba por ter mais impacto. Mas o problema é a imagem que decorre do facto do Jornal da Madeira publicar o discurso na íntegra. O texto não deixa de ser uma opinião pessoal, mas acaba por dar razão às pessoas que criticam o Jornal da Madeira. Mas não acredito que Alberto João Jardim exerça pressão directa – ou mesmo indirecta – sobre os jornalistas em si. Não sei qual é o relacionamento que ele tem com os jornalistas do Jornal da Madeira, mas creio que mais depressa haverá alguma autocensura do que uma pressão directa.

P. O questionário refere mais pressões directas no Diário que no Jornal...

R. Pois, as pressões directas. O Diário acaba por ter mais jornalistas antigos, com quem o poder agarra no telefone e dizem o que têm a dizer ao próprio jornalista. E mesmo em guerra dizem o que têm a dizer, mais facilmente a quem conhecem do que a quem não conhecem.

Alberto João Jardim tinha um relacionamento muito diferente com Fino, mas com a nova administração, não sei bem o que se passa. Deve haver uma diferença muito clara entre censura e autocensura, no Diário e no Jornal. Não há censura directa, nem no Jornal.

Globalmente, a situação tem vindo a melhorar. Talvez não tanto quanto seria de esperar, o que seria desejável, mas nota-se ainda muita falta de formação.

P. Mas há cada vez mais licenciados na comunicação social...

R. Mas a licenciatura não faz um jornalista. A tarimba tem de ser feita. E é preciso garantir alguma formação, a fazer com alguma frequência. Não tem havido grandes incentivos à formação dos jornalistas. Os licenciados vêm com maior formação, mas o problema põe-se de outra forma quando se põem em confronto recém-licenciados face a jornalistas sem licenciatura, mas com experiência. Mas a presença dos licenciados não representou uma grande mais valia, já que os órgãos de comunicação social continuam entregues aos mesmos. E se se não estimulam estes licenciados, eles acabam por sair, e dedicam-se a outras coisas. Mas as pessoas reagem mal aos esforços que os jornalistas desenvolvem no sentido de promover a sua própria formação.

Saíram agora 50 licenciados em Comunicação, Cultura e Organizações, e tenho dúvidas que algum acabe em comunicação social.

José Bettencourt Câmara¹²⁹

P. Considera que há liberdade de imprensa na Madeira?

R. Vou falar-lhe da realidade que conheço, que é a do Diário de Notícias. Não aceito, ou não compreendo, que um jornalista do Diário se queixe da falta de liberdade de imprensa, ou de censura. Não aqui. Se me disser que alguns admitem praticar auto-censura, não me está a dar novidade nenhuma, mas isso não é algo que se possa proibir: decorre da consciência e do profissionalismo de cada um.

Para além de oferecer aos seus jornalistas todo o apoio, não há verdadeiramente nada que o Diário possa fazer para evitar estes processos de auto-censura, que verdadeiramente não fazem

¹²⁹ José Bettencourt da Câmara é o director executivo do Diário de Notícias da Madeira. A entrevista foi realizada pessoalmente, em Agosto de 2006.

muito sentido. Quanto muito, o que se exige aos jornalistas é uma dose generosa de bom senso quando escrevem os seus textos.

Não vou dizer que o Diário e os seus jornalistas não são sujeitos a pressões. Isso acontece todos os dias, e quem me dera ser capaz de proteger os jornalistas disso. Mas a verdade é que se estes considerarem que precisam de apoio, estamos cá – a direcção e as chefias – para isso. Nestas condições, dependerá muito de cada jornalista ser, ou não, capaz de exercer a sua profissão.

A verdade é que cada vez mais se vêem jornalistas que passam pelo Diário, como por uma etapa de vida, até que encontram algo que os satisfaz mais, ou mais plenamente, ou enquanto decidem o que querem na vida. E que cada vez menos a redacção é a redacção urbana que era há uns anos – o que tem vantagens e inconvenientes.

Também devo referir que sempre vi os jornalistas – os que exercem a profissão com brio e profissionalismo, e que resistem às pressões com muito respeito. Não serão heróis, mas estão muito próximo disso.

P. Referiu a existência de pressões sobre os jornalistas. Que tipo de pressões é que se têm feito sentir?

R. Vou dar um exemplo. É só um exemplo, mas é elucidativo. Nos últimos doze anos o Diário foi alvo de qualquer coisa como 200 processos judiciais. Nunca perdeu um, embora nalguns casos se tenham negociado acordos. A grande maioria destes processos são despoletados sabendo-se à partida que não há hipótese alguma da questão vingar. Perde-se tempo, e tudo isso tem custos, mas faz parte do processo de produção de informação na Madeira em que vivemos. E não há nada a fazer, excepto continuar a fazer sair o jornal, todas as manhãs.

P. E a questão do Jornal da Madeira?

R. Se me questiona como cidadão, o Jornal da Madeira é um escândalo. Como gestor, devo admitir que até dá jeito ao Diário. Tornou-se muito mais fácil consolidar a estrutura empresarial do Diário de Notícias tendo como (única) concorrência o Jornal da Madeira, até porque assim que havia alguma recuperação da credibilidade, tínhamos apenas de recordar à população a quem pertencia Jornal para que tudo voltasse à estaca zero. Trata-se acima de tudo de uma questão de credibilidade.

P. No que diz respeito à postura do Governo Regional a respeito da imprensa, considera-a normal?

R. Normal? Não, de maneira nenhuma. A palavra é anormal, mas decorre de uma estratégia de intervenção política muito própria deste Governo, e não vai mudar. Pelo menos enquanto Jardim estiver à frente do Governo. Mais uma vez, não há nada a fazer. É continuar a trabalhar, a fazer uso de muita paciência e de enormes doses de bom senso. E, por parte dos jornalistas, lembrar-se que a direcção e a chefia de redacção estão sempre disponíveis para os apoiar, no que for preciso.

Eduardo Welsh¹³⁰

P. Liberdade de imprensa. Trata-se de algo que existe na Madeira?

R. A liberdade de imprensa, de facto, existe na Madeira. Mas existe quando é criada independentemente. Nós (Garajau) publicamos coisas muito contundentes e controversas. Mas nos média dominante não existe. Havia a impressão que existia liberdade, mas começamos depois a constatar que era tudo controlado, que havia muitas omissões, que havia muitas coisas que não chegavam ao público, havia outras que chegavam, mas sem os nomes, ou sem a informação mais comprometedoras e que de facto... no Jornal da Madeira não existia, e o Diário de Notícias estava controlado, o que “fechava” os dois diários. Chegamos pois à conclusão que não havia (liberdade de imprensa), e por isso criamos uma coisa alternativa.

P. As coisas não acontecem normalmente por uma única razão, mas quando afirma que o Jornal e o Diário estavam controlados, é porque o Governo faz um grande esforço por controlá-los, ou porque os jornalistas se deixam controlar?

R. O Jornal da Madeira é controlado directamente, e quem trabalha lá presta-se a isso. No Diário de Notícias é mais complicado, há um controlo indirecto, havendo uma negociação de interesses, a nível certamente do director, e até dos “donos”, que também nunca expressaram, nunca responderam a qualquer acusação que lhe tenha sido feita pelo Governo Regional. Adoptaram sempre uma posição de subordinação que os tem beneficiado.

P. Mas curiosamente, os resultados do inquérito aos jornalistas referem a existência de maiores pressões sobre jornalistas do Diário de Notícias do que sobre os do Jornal da Madeira...

R. Os jornalistas do Diário de Notícias têm uma expectativa de trabalharem num órgão independente. Os do Jornal da Madeira já sabem o que os espera. Mas há vários jornalistas que saíram do Jornal da Madeira, e referem ter verificado uma mudança para melhor.

¹³⁰ Eduardo Welsh é um dos responsáveis pelo Garajau – Jornal Satírico e Cruel. A entrevista foi realizada pessoalmente, em Agosto de 2006.

P. A postura do GR é conducente a maior liberdade, e a uma maior intervenção do público na gestão da coisa pública? Ou as pessoas hesitam em intervir?

R. *Claro (que hesitam), porque há mecanismos de represálias, a par de mecanismos de dependência. E há anos que ninguém cria ondas, ou estas são criadas de forma muito limitada. Há uma aparência de normalidade, que nunca chega a culminar numa situação... normal.*

Dionísio Andrade¹³¹

P. Como vê a liberdade de imprensa na Madeira?

R. *A liberdade de imprensa na Madeira é quanto a mim uma situação um tanto ou quanto peculiar, característica de uma ilha e de um poder que já governa a ilha há 30 anos. Não se pode dizer que não há liberdade de imprensa, mas a liberdade de imprensa que há como mitigada, ou condicionada, uma liberdade de imprensa que esbarra com negócios, com interesses, com lobbies. Mas numa terra pequena como a Madeira, com 160 mil habitantes, com alguns jornais, semanários, rádios, e u canal de televisão, os jornalistas têm aqui um trabalho um tanto ou quanto dificultado pela questão geográfica, pela proximidade das fontes, pelo esbarrar na esquina com a pessoa que se criticou no dia anterior. E isto deixa marcas.*

Penso que os jornalistas, cientes desta realidade, pesam os prós e os contras da sua actividade, da forma como escrevem as suas notícias, do órgão para que trabalham, tudo isto marca e tudo isto são condicionalismos que deixam muito a desejar sobre o que deveria ser a verdadeira liberdade de imprensa, como existe em países e em democracias ocidentais mais avançadas, com 200 e mais anos de democracia.

P. Trata-se então aqui mais de um problema de auto-censura que de censura?

R. *É um problema de auto-censura. Há também a censura, embora encapotada. Às vezes os jornalistas nem se apercebem bem da censura, ou pelo menos da forma como é feita. Porque a censura na Madeira percorre outros caminhos que não chegam bem à redacção, que ficam nas chefias, com os editores. Há poucos casos de políticos a censurar directamente o jornalista. Podem fazer pressão, falar com o jornalista, eles até dizem que é uma forma de defender o seu ponto de vista, que não é censura, mas é sempre uma forma de condicionar o trabalho do jornalista. E depois, os jornalistas também se confrontam com o futuro do seu posto de trabalho. Que alternativas tem um jornalista que é dispensado porque bateu o pé e se recusou a alterar a forma como foi escrito o seu texto? Porque há jornalistas no desemprego, e muitos*

¹³¹ Dionísio Andrade é jornalista e presidente da Delegação Regional do Sindicato dos Jornalistas. A entrevista foi realizada em Agosto de 2006.

dos que deixaram a profissão deixaram-na desencantados com os critérios, em que vale mais os cifrões ou a influência política de um determinado grupo do que a ética ou a liberdade de imprensa. Há uns que impõem a sua vontade, e acabam por sofrer as consequências disso.

O jornalista pensa no seu ganha-pão, e para sair de um grupo e entrar noutro, nem sempre é fácil, porque os grupos acabam sempre por ter ligações, e o jornalista fica queimado.

P. Quem se queixa mais de censura é o Diário, não o Jornal...

R. É preciso ver que o Jornal da Madeira, sendo um órgão de capitais públicos, detido a 99% pela Região, está sob alçada do Governo regional e do secretário que a tutela, e do próprio presidente, que mantém lá os seus artigos de opinião e as críticas aos seus opositores e adversários políticos. Os jornalistas do Jornal sabem para que órgão trabalham, sabem como é que apresentam as notícias. Não nos esqueçamos que já houve jornalistas que foram expulsos do Jornal por serem críticos. As pessoas sabem quando criticam muito no Jornal, qual o caminho que as espera.

Quanto ao Diário, é uma situação ambígua. O Diário preserva muito os seus interesses económicos, pertence a um grupo económico com algum peso na região, tem negócios com outras empresas, tem relações com o Governo Regional e as câmaras, que subsidiam por vezes suplementos, publicidade paga, e tudo isto mexe com liberdade de imprensa, não me venham dizer que isso não acontece, já me descreverem episódios de determinadas notícias que não é oportuno divulgar, porque está em plano uma parceria, a divulgação de uma semana gastronómica.

Do que eu tenho conhecimento, dos casos de censura, é dito ao jornalistas que tem de ouvir as duas partes da questão, e que quando se torna impossível ter o input da parte visada pela notícias, esta é pura e simplesmente suspensa. E obviamente que o mutismo da outra parte foi combinado a priori... Principalmente porque é uma estratégia que não é seguida em todos os casos, há critérios diferentes para aplicar a pessoas diferentes.

P. De que se queixam mais os jornalistas? E o sindicato?

R. Os jornalistas queixam-se, acima de tudo, de excesso de trabalho. Porque houve um boom nas redacções com aumento de número de jornalistas. Passou-se de 30 para quase 200 jornalistas. Houve um boom com a abertura das rádios locais, com a abertura de semanários, e entra-se agora numa recessão em que as redacções se estão a retrair. Há cada vez mais notícias. Há jornalistas que chegam a fazer 6, 7, 8 reportagens por dia. O trabalho não pode ser bom, porque os jornalistas não têm tempo de pensar, de analisar, de confrontar, de investigar. É tudo á pressão. Também há órgãos que não dão boas condições de trabalho.

Também a questão remuneratória tem preocupado os jornalistas, já que estes são mal pagos para o nível de responsabilidade social que tem a actividade que desempenham.

P. Genericamente, os jornalistas não se queixam então de ser pressionados, ou perseguidos, ou censurados?

R. Há um ou outro caso que chega ao sindicato. Mas também nos dizem que “isso fica entre nós”, o que também indica que os jornalistas preferem não assumir publicamente que foi censurado. Haverá um caso, ou outro, mas normalmente pedem-nos discrição...

P. E reclamações por parte dos sindicatos?

R. Um dos propósitos do Sindicato é lutar pela liberdade de imprensa. Sem esta liberdade o jornalista está manietado. Mas o próprio jornalista tem o dever – está estatuto e no código deontológico - de denunciar os casos em que isso acontece, o que na maior parte das vezes não acontece. O mesmo devia acontecer quando lhe são postos obstáculos, ou quando o tentam intimidar, ou ameaçar... Nós temos feito chegar alguns casos às autoridades competentes, mas é bom que os próprios jornalistas se consciencializem, e o código deontológico di-lo, que quando o jornalista se vê alvo de censura deve denunciá-lo na própria peça. Mas comparando 20 anos atrás com a actualidade, hoje já se vêem casos em que os jornalistas dizem na peça, ou em rodapé, que foram verbalmente agredidos, ou intimidados. Não são todos, mas já se começam a identificar casos desses.

P. Trata-se portanto de uma responsabilidade de cada um?

R. Sim, isso vai da consciência de cada um, e do meio em que cada um está envolvido. Porque compreendo que alguns jornalistas gostariam de denunciar estas violações, mas não têm espaço para o fazer. Entendo que deviam ser as próprias chefias e direcções a ser os principais impulsionadores destas denúncias, mas a verdade é que há muitos interesses interligados. Mas vai-se fazendo o jornalismo com as possibilidades de cada um, e estou esperançado que mais ano menos ano vai haver uma perestroika em termos de liberdade de imprensa no jornalismo regional. As pessoas também já estão mais alertadas para a importância de uma imprensa livre, e serão os próprios receptores a exigir ao jornalista uma maior intervenção em relação ás liberdade de imprensa.

P. A postura do Governo Regional é a melhor para assegurar liberdade de imprensa, ou isso não terá grande importância na forma como a informação “passa”?

R. O que eu penso é que o facto do presidente do Governo regional ter sido um jornalista faz com que soubesse muito bem como se fazem as pressões, e pelas queixas que temos apresentado e pelo que se tem visto na comunicação social, quando se trata de jornalistas penso que este

governo não é exemplo para ninguém quando se trata de defender e respeitar a liberdade de imprensa.

Ricardo Freitas¹³²

P. Existe liberdade de imprensa na Madeira?

R. Não. E não porque a liberdade de imprensa é neste momento condicionada claramente pela relação política e empresarial que as empresas ligadas à comunicação social têm de dependência ao poder público, e de alguma maneira a um sistema de auto-limitação que os jornalistas exercem, uma auto-censura que é bloqueadora da verdadeira liberdade de imprensa, não existindo, regra geral, um contraditório, não havendo um espírito de investigação jornalística, não existindo um sentimento crítico, desde a opinião à reportagem, o que condiciona as acções a um faz de conta informativo onde os assuntos de menos importância passam a ter relevo, e para uma manchete ou outra se arranja um assunto que pode ser polémico em termos de linguagem, em termos de alguma acção por parte de um agente político ou social, mas não aprofundando o que dá origem à reacção, à notícia, à reacção, ficando-se muitas vezes pelo insulto, pelo grande título, muitas vezes pela forma e não pelo conteúdo.

P. Estes condicionamentos decorrem da existência de demasiado governo, ou de uma influência excessiva do Governo na economia...

R. Decorrem da própria dimensão da Região. A Região é pequena, há uma acção, há um peso, que é significativo do orçamento regional, onde todas as empresas de alguma dimensão podem ser beneficiadas ou prejudicadas caso não estejam alinhadas com um certo pensamento dominante do poder político, o que resulta – dada a sua dimensão e da hegemonia que aqui se instalou em termos de poder político – na ausência de equilíbrios políticos, de alternância, o que resulta que os vários órgãos de comunicação social e os jornalistas vão criando uma auto-censura que acaba por ser significativa.

Qualquer das grandes áreas de investimento da Região – a construção e o turismo – mas qualquer dos dois depende do orçamento regional e da capacidade de investimento público, controlada pelos representantes do maior partido político regional, que tendo a comunicação social como está se alimentam dessa imagem para permanecer no poder, porque vão condicionando toda a perspectiva de alternância ou alternativa que possa surgir, dando a entender que esta não existe, que é folclórica, e não aprofundando os problemas regionais, não

¹³² Ricardo Freitas é deputado à Assembleia da República, eleito pelo PS. A entrevista foi realizada em Agosto de 2006.

indo ao âmago dos assuntos, e não entrando por caminhos mais críticos das opções políticas do Governo Regional, entrando numa lógica de manutenção do poder, quase a todo o custo.

P. Sendo a comunicação social um elemento tão importante na manutenção do poder, não é estranho que o Governo Regional antagonize permanentemente aqueles que servem como arautos do poder?

R. *É uma opção táctica do poder regional, colocar a com social que o auxilia nessa manutenção do poder, como um elemento externo, credibilizando-a, apontando-a como inimiga, construindo a imagem de uma capacidade fiscalizadora da sociedade e da acção governativa, e isso vende a imagem junto dos cidadãos que não há obediência por parte dos jornais e das rádios e da televisão, e esta condicionante serve os interesses do poder. Se passasse a imagem de alinhamento claro, mais depressa a população descobriria este logro, pelo que é conveniente passar a imagem que há quem controle e fiscalize o Governo.*

Os órgãos de comunicação social fazem uma propaganda claríssima a favor do Governo, limitando-se quanto muito a publicar parangonas, de um excesso de linguagem, de uma forma peculiar de acção política, e não propriamente nas acções que possam envolver corrupção, má gestão, que condicionem no fundo as grandes orientações políticas em termos de desenvolvimento, de orientação de investimento, de acção social que o Governo propagueia. Tenta-se jogar como se se tratasse de um penalty, em vez de analisar todo o jogo. São pequenos episódios formais, que são objecto de análise ou de crítica, e a não introdução aqui dos factores plurais, normais de uma sociedade democrática, com a crítica de variados comentadores, permitindo que analistas dissequem o funcionamento do Governo. Mas isso também acontece na Assembleia Regional, onde a fiscalização é nula, já que o Governo nem lá põe os pés.

Os órgãos de comunicação servem para decorar esta forma de estar, dando muito jeito ao Governo Regional dizer que até há quem seja capaz de pôr o dedo na ferida. Mas a verdade é que quando há alguma investigação que vai mais longe, surgem logo as pressões, a intimidação, as ameaças de que vão ser postos em causa privilégios, e tudo volta então a ser como dantes.

XIII. Exemplo de um direito de resposta e publicação pelo Jornal da Madeira

Carta de Eduardo Welsh e Isabel Welsh ao director do Jornal da Madeira

Exmo. Sr. Director

Venho por este meio solicitar que seja publicada este direito de resposta, na secção Opinião em resposta ao artigo de Alberto João Jardim, titulado “digam o que querem”, com o post-scriptum “Os herdeiros do Hinton”, publicado no dia 4 de Julho de 2006, e ao abrigo do direito de resposta, consagrado na Lei de Imprensa.

Com os meus cumprimentos.

A fábrica Hinton teve um papel preponderante na economia da Madeira porque a cana de açúcar era uma das poucas actividades económicas que rendiam dinheiro ao agricultor. O seu preço era fixado pelo Governo da altura e era consideravelmente mais caro do que noutros países concorrentes. Daí que já na década de sessenta a fábrica não era economicamente competitiva nem rentável. A fábrica apenas parou de funcionar em 1984 por falta de um abastecimento adequado de cana.

Para quem é tão fanático do progresso, não compreendemos como o Dr. Alberto João não sente orgulho de a Madeira ter tido uma fábrica que foi pioneira na Europa, não só em termos de tecnologia mas em termos de fornecer as melhores condições para os seus trabalhadores.

Quanto às outras suas habituais alegações:

É mentira e pura falsidade que não gostamos da autonomia política.

Nunca, nem uma única vez, nos manifestámos contra a autonomia política. Manifestamo-nos contra as ilegalidades na administração pública, contra o abuso de poder, contra as expropriações políticas, contra as expropriações selvagens, contra o não pagamento do que nos é devido, contra a perseguição de que fomos alvo, e mais, contra todas as formas de favorecimento e corrupção.

Entendemos que as autoridades devem tomar responsabilidade pelos seus actos: que quem expropria deve cumprir a lei e a constituição, pagando uma justa indemnização e que o Dr. Jardim não se deve esquivar desta responsabilidade com falsas alegações e argumentos espúrios.

Nunca foi nossa intenção de nos vingarmos de ninguém; é sim nossa intenção defender os nossos direitos e a nossa imagem, e de combater o racismo, a xenofobia, os preconceitos políticos, a propaganda de incitação ao ódio e à inveja de que a demagogia do Dr. Alberto João são exemplo.

Isabel Welsh

Eduardo Welsh

No dia 6 de Julho, o Jornal da Madeira responde, nos termos seguintes:

Exmos. Srs.

Em relação ao assunto identificado em epígrafe, vimos informar V. Ex.cias. de que recebemos o vosso pedido de publicação, no entanto, o texto em causa não poderá ser publicado, no seu todo, como direito de resposta, uma vez que o respectivo conteúdo não cumpre os limites constantes do nº 4 do artigo 25º da Lei de Imprensa, nomeadamente por conter expressões desproporcionalmente desprimorosas e que envolvem responsabilidade criminal.

Assim, os excertos que se discriminarão em baixo, caso pretendam efectivamente a sua publicação, esta terá que ser feita em local conveniente à paginação do periódico, mediante pagamento antecipado correspondente ao da publicidade comercial.

- a) *3º parágrafo, 4ª linha e sgs: “Manifestamo-nos contra as ilegalidades na Administração Pública, contra o abuso de poder, contra as expropriações políticas, contra as expropriações selvagens, contra o não pagamento do que nos é devido,*

contra a perseguição de que fomos alvo, e mais, contra todas as formas de favorecimento e corrupção.”

- b) 4º parágrafo, 3ª e 4ª linhas “(...) e que o Dr. Jardim não se deve esquivar desta responsabilidade com falsas alegações e argumentos espúrios.”*
- c) 5º parágrafo, 3ª e 4ª linhas: “(...) a propaganda de incitação ao ódio e à inveja de que a demagogia do Dr. Alberto João são exemplo.”*

Mais informamos que, nesse caso, a eventual responsabilidade civil e/ou criminal resultante da publicação em causa, correrá por vossa conta, ficando o Jornal da Madeira e o respectivo Director isento de qualquer responsabilidade, conforme resulta do disposto no nº 4 do artigo 25º da referida Lei de Imprensa.

Sem outro assunto, de momento, com os melhores cumprimentos,

Rui Alberto Nóbrega Gonçalves

Gerente executivo

No dia 13 de Julho de 2006, foi publicado o seguinte texto no Jornal da Madeira:

Direito de resposta

A propósito de um artigo de opinião, da autoria de Alberto João Jardim, publicado no dia 4 de Julho, com o título “digam o que querem”, recebemos, da parte de Eduardo e Isabel Welsh, e ao abrigo do direito de resposta, alguns esclarecimentos que agora publicamos.

Segundo o documento, “a fábrica Hinton teve um papel preponderante na economia da Madeira porque a cana-de-açúcar era uma das poucas actividades económicas que rendiam dinheiro ao agricultor. O seu preço era fixado pelo Governo da altura e era consideravelmente mais caro que noutros países concorrentes. Daí que já na década de sessenta a fábrica não era economicamente competitiva nem rentável. A fábrica apenas parou de funcionar em 1984 por falta de um abastecimento adequado de cana”.

Refere ainda que “para quem é tão fanático do progresso, não compreendemos como o Dr. Alberto João não sente orgulho de a Madeira ter tido uma fábrica que foi pioneira na Europa, não só em termos de tecnologia mas em termos de fornecer as melhores condições para os seus trabalhadores”.

Prossegue o esclarecimento que, “quanto às outras suas habituais alegações: É mentira e pura falsidade que não gostamos da autonomia política. Nunca, nem uma única vez, nos manifestamos contra a autonomia política (...)”.

Os subscritores do documento referem ainda que “entendemos que as autoridades devem tomar responsabilidades pelos seus actos: que quem expropria deve cumprir a lei e a constituição, pagando uma justa indemnização (...)”.

Segundo o esclarecimento, “nunca foi nossa intenção de nos vingarmos de ninguém; é sim nossa intenção defender os nossos direitos e a nossa imagem, e de combater o racismo, a xenofobia, os preconceitos políticos (...)”.

XIV. Síntese do relacionamento de Alberto João Jardim com a imprensa

No dia 20 de Agosto de 2006 o Diário de Notícias da Madeira publicou um texto na secção “política” dedicada a uma análise de 30 anos de convivência de Jardim com a imprensa.

Quando a luta de Jardim era ao lado dos jornais

Jardim foi o criador da guerra entre a Política e a Informação. Começou a lutar do lado dos jornais, falando diariamente da liberdade de imprensa. Os tempos são outros, mas os Verões continuam escaldantes

Jardim queixa-se de estar a ser perseguido há 30 anos pela Comunicação Social. Diz que jornais e televisões escondem a sua obra. Que deturpam as suas declarações. Que facilitam a vida à oposição. E chama nomes a directores e jornalistas. "Vigaristas", "avençados", "de cócoras perante Lisboa", "escribas", "serventuários", "bufos-queixinhas", "colaboracionistas". Impõe-se a conclusão de que não há Estado de direito. Porque: ou é verdade o que o Chefe do GR diz e jornais como este o perseguem continuamente, o que é crime; ou não é verdade e o Presidente faz acusações sem as provar, quando, ao contrário, o autor de "ofensas" ao Presidente é levado a tribunal. Equação para a Justiça resolver de uma vez por todas.

Alberto João Jardim é o criador da guerra Política-Comunicação Social, mas, ao contrário do que acontece hoje, passou os primeiros "Verões quentes" da era democrática a lutar com a camisola da Informação vestida. O Verão de 1974 viveu-o Jardim a tentar formar um partido não comunista que chegasse a médio prazo ao poder na Madeira, via Frente Centrista ou PPD. Com muitas batalhas internas nessas duas formações embrionárias. Poucos meses depois, já

director do Jornal da Madeira, defendia com afinco a "liberdade de imprensa", a seu ver "um dos terreiros da luta por um futuro digno". Considerava então qualquer jornal como um lugar de debate de ideias e não um "lupanar para onde se atiram ódios pessoais". Por esse tempo, Jardim já falava na necessidade de regionalizar as delegações da RTP e da Emissora Nacional (EN, hoje RDP). O DN complementava a ideia dizendo que, nos seus dois anos de existência, a Delegação da RTP funcionara como um "autêntico animatógrafo sem razão de existir".

Contra as "verdades oficiais"

O Verão de 1975 foi deveras "Quente", conforme a denominação política. O mediatismo do areal porto-santense estava ainda longe. Mas Jardim já andava em polémica ideológica com o Conselho da Revolução e com o MFA. O MFA dizia que a Informação devia ser "verdadeira e pedagógica". Jardim descobria tal "armadilha" e avisava para o perigo da tentação de instaurar "verdades oficiais" de estilo totalitário. Assim escrevia na "Tribuna Livre" do JM, onde defendia o pluralismo informativo como garante do "exercício das liberdades". Com a Madeira a arder numa fogueira de bombas, descontentamento de Retornados, saneamentos e combates de rua entre grupos partidários rivais, Jardim agita mais: há que averiguar e castigar "os que selvaticamente recorrem à bomba" como argumento. Mas há que "chamar a contas" também quem provoca (nas estações de rádio e TV), truncando comunicados de partidos legítimos para ler "diatribes de organizações extremistas que nem partidos são". Nesse contexto, Jardim exige tempo de antena nos órgãos oficiais para todas as forças políticas (e não só para as minorias comunistas que ocupam a Comunicação Social via MFA). Sugere ainda a regionalização de "alguns programas da televisão", mas para que se faça uma informação "objectiva, plural e apartidária". Porque, se não for assim, "é melhor deixarem-se ficar quietos".

No mesmo Verão de 1975, o Ministério da Comunicação do comandante Jesuíno estipula sanções aos jornais que agridam o espírito democrático e revolucionário. Jardim dá a cara pelos jornais da Madeira, dizendo que essa medida não é para atingir a imprensa estatizada, naturalmente, mas sim a imprensa ainda independente do Estado, como a regional que ainda não foi "ocupada" nem se "rendeu".

Jardim a defender... o DIÁRIO

Jardim reage inclusive à proposta de um oficial do exército no sentido da necessidade de discutir o "caso" da Informação na Madeira objectando Jardim que "caso" é a Informação no

Continente, onde os jornais estatizados funcionam "vomitando unicamente orientação de feição minoritária e monocórdica". O líder do PPD-M inclui o DN-Madeira na defesa que fez da imprensa regional, fora a RTP e a EN, que "não prestam". Opina então: "A imprensa escrita (regional), no seu conjunto, tem a boa qualidade de ser legitimamente pluralista, cada órgão vivendo no pleno direito de seguir a respectiva orientação". Já no caso nacional as coisas são diferentes e o líder do PPD-M deixa o aviso de que, mesmo com "mil leis censórias", nada calará a "voz das liberdades". O gonzalvismo está no auge e Jardim interroga o primeiro-ministro da "batalha da produção": porquê o ódio ao "Expresso", ao "Tempo" e ao "Jornal Novo", "os grandes pilares da liberdade de imprensa neste País"?

A Assembleia Regional estreia-se a 19 de Julho de 1976, disponibilizando uma tribuna para o combate de Jardim, enquanto líder parlamentar do PSD. Os Verões na Região continuam quentes. Carros de dirigentes de esquerda incendiados e destruídos à bomba pelas milícias da FLAMA, embaladas no lema "venceremos, madeirenses, unidos vamos lutar".

As notas officiosas

Em Março de 1978, Jardim passa do Parlamento para a Presidência do Governo Regional. Na prática, é o salto da Comunicação Social para o Poder, já que deixa a Direcção do JM. Sem perda de tempo, faz aprovar na Assembleia o decreto regional número 17/78/M de 29 de Março que lhe permite obrigar todos os órgãos a publicarem as suas "notas officiosas". Na íntegra e em tempo útil. Logo nesse Verão 78, o PSD organiza festa rija no Paul da Serra para comemorar o 4.º aniversário do partido. Com missa campal, foguetório, banda, folclore e barracas de comes-e-bebes. E comício. Sá Carneiro, depois de uma intervenção fundamentalista de Egídio Pita, assiste atónito a um discurso de Jardim que ficará para a história: classifica de "efeminadas" as Forças Armadas de Portugal. Escândalo nacional, envolvendo o Presidente Eanes, os militares e o primeiro-ministro Mário Soares (que cairá dias depois), todos unidos na postura de "profundo desprezo" ante as "manifestações injuriosas" do presidente da Madeira.

Incitamento à ocupação da RTP

Não passa despercebida outra situação criada por Jardim, esta relativa à televisão estatizada, a de incitar os milhares de presentes no Paul da Serra à ocupação das instalações então nas Maravilhas. O jornalista Ribeiro Franco, de serviço no Paul pela RTP, sente-se em perigo perante os ânimos exaltados da multidão. Não faltam, também neste caso, as reacções críticas

aos níveis regional e nacional, falando-se da "irresponsabilidade" de Jardim e do incitamento ao "crime". Para contrapor, Jardim usa tempo de antena na RTP e faz sair uma das suas "notas oficiosas". Numa palavra, diz que andam com manobras de diversão, "deturpando" declarações suas, para desviar as atenções populares da crise nacional. Também a Assembleia Regional, com a sua absoluta maioria laranja, condena a "cabala organizada contra a Madeira".

O Verão de 1979 atingirá "temperaturas" igualmente elevadas. Enquanto o Continente desliza para a AD (PSD, CDS e PPM), Jardim continua a atacar na Região, agora na atmosfera do II Congresso do PSD-M, participado por Sá Carneiro, Natália Correia e António Capucho. Ao passo que um mar de novos militantes aproveita a maré laranja, Jardim mostra forças para obrigar a Administração da agência de notícias ANOP a mudar de delegado/jornalista (Hélder Guerra) na Região, no meio de uma polémica com o grupo de trabalho enviado ao Funchal para analisar as razões dos protestos do Presidente insular.

"Provocador politicamente incorrecto"

Provocador assumido no seu "politicamente incorrecto", Jardim alastra o azedume na guerra contra o Continente. Provoações: abstenção nas Presidenciais Soares-Basilio. "Não" ao luto por Machel. Recepção aos Bothas. Ofensas à Assembleia da República no Carnaval. "Nem um tostão para Timor". Guterres "aldrabão". Estado "mafioso". Ernâni Lopes "nazi".

Madeirenses-povo superior. A "televisão do Moniz" esconde as obras do Governo Regional para deslustrar o trabalho de Jardim.

Ante os contra-ataques de lá para cá ("Bokassa", "palhaçada na Madeira", "já chegámos à Madeira?", "défice democrático", "a Madeira que se torne independente", "cada madeirense deve 11 contos ao Continente", "sorvedouro dos dinheiros dos continentais"), Jardim nunca deixou de responder. Com treino regional diário... contra o DIÁRIO. A longa história que se conhece, até ao recrudescimento do contencioso nos últimos anos. Agora mesmo, foi lançada para cima da mesa a ameaça de um corte de negociações empresariais entre administrações de jornais... por causa do trabalho editorial. Se existe, o Estado de direito está em défice.

Luís Calisto

DN-Funchal / 20-08-2006